



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 718 - DE 30 DE JUNHO A 13 DE JULHO DE 2024 - R\$ 5,00

Emerge o programa da revolução social em meio à decomposição do capitalismo

**Tarefa da vanguarda com consciência de classe:
reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista**

**Balanço da greve dos técnicos administrativos e
professores das universidades e institutos federais**

Governo Lula expõe sua face patronal

Direção burocrática trai a greve nacional

**FORTALECE A LUTA DA OPOSIÇÃO À BUROCRACIA
SINDICAL PELA CONSTRUÇÃO DE UMA DIREÇÃO CLASSISTA**

***O Partido Operário Revolucionário reconhece o acerto
histórico e programático do livro “A Concepção
materialista da questão judaica”, de Abraham Leon***

***Viva a luta do povo palestino por sua
libertação e autodeterminação!***

Por uma República Socialista da Palestina!

Emerge o programa da revolução social em meio à decomposição do capitalismo

*Tarefa da vanguarda com consciência de classe:
reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista*

A longa guerra na Ucrânia, a genocida ocupação militar na Faixa de Gaza e o potente choque econômico dos Estados Unidos com a China já não deixam dúvidas de que as tendências bélicas caminham no sentido de maior abrangência mundial. Nessas condições, aprofundam-se as divergências políticas no seio da burguesia imperialista e avança a instabilidade da governabilidade internacional. Repercutem intensamente nos países de economia atrasada, semicoloniais, e abalam continentes inteiros. As potências, ao contrário de chegarem a um acordo para desacelerar os conflitos e apresentar um horizonte de pacificação, se unem em torno ao impulso da escalada militar.

A reunião do G-7, na Itália, e a Cúpula da Paz, na Suíça, se colocaram, de fato, pelo prolongamento da guerra na Ucrânia e pela indicação de que a aliança imperialista está disposta a provocar uma confrontação direta da OTAN com a Rússia. Desconheceu-se que a maioria dos países está pelo fim da guerra. Ignorou-se o descontentamento e apreensão das massas mundiais que pagam pelas nefastas consequências das guerras e das disputas econômicas.

As duas reuniões quase que simultâneas acobertaram o genocídio do povo palestino na Faixa de Gaza. Sob o palavreado de paz, se decidiu pela retomada do financiamento e da entrega de armas mais poderosas ao governo títere da Ucrânia. Consentiu-se que o governo dos Estados Unidos mantenha o apoio ao Estado genocida de Israel. Ambas as guerras vêm abrindo caminho para a generalização na Europa e no Oriente Médio. Em particular, os Estados Unidos recrudesceram as medidas protecionistas e punitivas contra a China.

Sobre a base desse movimento desintegrador e destruidor de forças produtivas, as frações da política burguesa disputam mudanças no poder e agem poderosamente para canalizar o descontentamento dos explorados. O fortalecimento da ultradireita que se manifestou nas eleições para o Parlamento Europeu evidencia o desespero que aumenta entre a classe média. Evidencia também as pressões da luta de classes e as manifestações do instinto de revolta que tem se acumulado no seio do proletariado. As massas assistem e são arrastadas pelas disputas interburguesas que não têm como apresentar soluções à crise estrutural do capitalismo. É sintomático o declínio do governo de centro-direita de Emmanuel Macron, na França, e do governo socialdemocrata de Olaf Scholz, na Alemanha. Não contradiz essa tendência o fato de na Inglaterra descender o governo conservador em favor dos trabalhistas. Nos Estados Unidos, cresce a possibilidade de republicano Donald Trump vencer o democrata Joe Biden. O primeiro debate eleitoral entre os dois presidenciáveis reforça essa possibilidade. O fundamental, neste caso, em particular, está em que a polarização ocorre em meio à decomposição da democracia imperialista. Os conflitos de orientação política, no entanto, não modificam as tendências de agravamento da crise econômica e o avanço da escalada bélica.

A resposta de Putin à reunião do G-7 e à Cúpula da Suíça assinala que a Rússia se prepara para a possibilidade de uma intervenção direta da OTAN na guerra da Ucrânia. Três dias depois, assinou um acordo com Kim Jong-un, governo da Coreia do Norte, de Pacto Estratégico de Ajuda Mútua.

Essa reaproximação da Rússia depois da desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) com a isolada Coreia do Norte é um indicador de que a política internacional se movimenta sob os ditames de forças militares. Representa uma mudança forçada da política de Putin que diuturnamente colaborou com os Estados Unidos para isolar a Coreia do Norte e bloquear seu programa nuclear. Ocorre que o pacto de Putin-Kim se realiza quando os Estados Unidos impulsionam o rearmamento do

Japão e o armamento de países aliados na Ásia Oriental. A emersão da China como potência econômica a obrigou a percorrer o caminho da escalada bélica. O conflito com Taiwan voltou a se agravar como parte da guerra comercial com os Estados Unidos.

Ao mesmo tempo que a aliança imperialista exigia da China o não fornecimento de armas à Rússia e os Estados Unidos impunham sanções comerciais aos chineses, o ex-secretário geral da OTAN, Jens Stoltenberg, divulgava que a organização discutia colocar armas nucleares de prontidão. E a Rússia reagia com o anúncio de que mudaria suas medidas de defesa nuclear. Os Estados Unidos e a Rússia controlam 90% dos artefatos nucleares. A China, por sua vez, expandiu sua capacidade na última década. Os Estados Unidos contam com uma poderosa aliança nuclear que engloba a Inglaterra e a França. Quando se chega ao ponto de se recorrer a esse tipo de ameaça, é porque as forças cegas da confrontação militar forçam passagem para a generalização das guerras ainda contidas nas fronteiras da Ucrânia e da Faixa de Gaza.

O curso dos acontecimentos depende não apenas das divisões e dos choques no interior da burguesia imperialista como também da luta de classes. Camadas das massas exploradas se movimentam molecularmente diante da carnificina na Faixa de Gaza. Mas se encontram em atraso no caso da destrutiva guerra na Ucrânia. A aliança imperialista que sustenta a política genocida do Estado sionista de Israel se ressentiu da mobilização internacional, mas se sente mais livre quanto à guerra na Ucrânia. Ocorreram, certamente, manifestações pelo fim da guerra na Europa, mas que não se desenvolveram. Nota-se, por sua vez, que o movimento contra a guerra na Faixa de Gaza não incorporou a bandeira de fim da guerra na Ucrânia. Essa separação se deve à crise de direção revolucionária.

A classe operária e os demais explorados se acham desorganizados e desunidos. Estão descontentes e revoltados com as consequências da crise econômica e das guerras. Necessitam procurar o caminho da unidade revolucionária. O que implica se chocar com a política burguesa em geral e a dominação imperialista.

As manifestações da luta de classes estão presentes no dia a dia, mas fragmentadas e controladas pelas direções pró-capitalistas. As correntes de esquerda que se afastaram ou abandonaram a via da revolução proletária servem aos obstáculos que se interpõem à luta unitária e independente das massas. Fragmentam-se ainda mais nas condições em que afloram as tarefas de combate ao imperialismo e à burguesia em geral.

Esse fator subjetivo está em contradição com as condições objetivas de desintegração do capitalismo de onde emerge o programa da revolução social. As guerras colocam no centro das respostas a luta de classes. Trata-se de confluí-la como programa de expropriação da burguesia e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. As reivindicações mais elementares são o ponto de partida para unir o proletariado e a maioria oprimida contra a guerra de dominação e a favor da guerra de libertação.

O proletariado encarna as experiências históricas das revoluções e está diante do objetivo de superar as derrotas impostas pelas contrarrevoluções. A restauração capitalista é provisória do ponto de vista da história. Seus efeitos catastróficos se estampam na guerra fratricida na Ucrânia. As conquistas programáticas se reerguem como condição de derrotar a burguesia putrefata, acabar com a dominação imperialista e eliminar a barbárie capitalista. É urgente concentrar toda a energia na tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, tendo por base o Programa de Transição.

Derrubar nas ruas e no Congresso Nacional o PL Antiaborto por Estupro

As manifestações e as divergências políticas entre os partidos conseguiram alterar o objetivo da bancada evangélica de aprovar em regime de urgência o PL 1904/2024 que criminaliza ainda mais o aborto. O presidente da Câmara de Deputados, Arthur Lira, do PP, desengavetou abruptamente o projeto do deputado Sóstenes Cavalcante, do PL, que altera o Código Penal aumentando a pena às mulheres que abortarem após vinte e duas semanas de gestação. A punição pode chegar a vinte anos de prisão, tanto para a mulher que sofreu o estupro quanto para os profissionais que o realizarem. As mulheres, com menos de 18 anos, poderão ser internadas em um estabelecimento educacional por três anos. A violência sofrida por crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, que entra nas estatísticas, atingiu 221,2 mil casos em 2022, sendo que quase dois terços se passam no ambiente familiar. Constata-se que “a principal causa de atendimento do sistema de saúde foi a violência sexual”, ou seja, “quase metade dos casos”. É importante assinalar a gravidade do fato de que diariamente 26 meninas menores de 14 anos dão luz a uma criança. No período de dez anos, 2011 a 2021, foram registrados 107.876 nascimentos de bebês de mães com menos de 14 anos. No ano passado ocorreram 140 abortos legais de meninas de até 14 anos. A grande maioria das meninas é de família pobre e miserável. Como se vê, trata-se de um fenômeno social que não será superado com medidas repressivas.

Os próprios críticos que pertencem a partidos da burguesia e juristas denunciaram que essa penalidade é maior que a prevista no Código Penal para o crime de estupro. Neste ponto, Sóstenes Cavalcante respondeu que a questão poderia ser resolvida aumentando a pena do estupro. Afirmou que o recuo de Arthur Lira quanto à urgência da votação e a criação de uma comissão parlamentar para estudar o PL 1904 não modificará o empenho daqueles que estão pela criminalização do aborto no caso de estupro. Não há dúvida de que a bancada evangélica, apoiada pela bancada católica, realizará uma contraofensiva para obter um apoio massivo entre a população. Para isso, conta com o aparato das igrejas e dos púlpitos onde pastores e padres farão proselitismo sobre a “defesa da vida”.

Os partidos que se valem da religião para angariar votos e promover as medidas de opressão social à maioria explorada acabarão por fortalecer a reação caso a oposição que se diz democrática e o movimento classista dos oprimidos não se colocarem por quebrar a espinha dorsal da política da direita e da ultradireita burguesas, que tem como carro-chefe o bolsonarismo.

O movimento democrático pequeno-burguês, que conta com partidos como PSOL, PT e correntes de esquerda estalinistas e centristas, tem sido importante no objetivo de resistir à ofensiva



As mulheres, que sofrem a opressão histórica desde que se constituiu a primeira sociedade de classes e o Estado como instrumento de dominação, chegam ao capitalismo altamente desenvolvido e em decomposição arrastando as antigas raízes da opressão de classe. A ignominiosa diferenciação salarial e a dupla jornada de trabalho refletem a opressão econômica, que por sua vez embasa todo tipo de discriminação.

do movimento antidemocrático impulsionado por camadas da pequena burguesia acomodada e frações obscurantistas burguesas. Suas limitações, porém, se encontram na dependência do jogo parlamentar e das manobras judiciais. No fundo, também exploram eleitoralmente questões como as do aborto e as que fazem parte do ideário do “identitarismo”, cujo conteúdo implica a rejeição à tese marxista de que toda opressão sofrida pelas massas é, em última instância, de classe.

A força ideológica das igrejas e a manipulação antidemocrática da direita e ultradireita burguesas se encontram na razão direta da ausência de independência política da classe operária e de sua organização em torno de um programa próprio, que como tal expressa a luta de classes contra toda forma de opressão e discriminação.

A derrota de medidas antidemocráticas que nascem e prosperam no interior da burguesia e, em certo sentido, no da pequena burguesia depende de pôr em pé um movimento de massa sob o programa e a orientação estratégica da classe operária.

Está claro que não foram as manifestações do dia 13, 15 e 23 de junho que demoveram Lira de apressar a votação.

Há uma divisão no interior da burguesia e da pequena burguesia que se fez presente nos embates das quatro paredes do Congresso Nacional. Sóstenes minimizou as críticas no parlamento e as manifestações de rua, prometendo dar continuidade ao trâmite que passou a depender dos embates na comissão criada por Lira. Saiu a campo o chefe dos evangélicos – em grande parte controlados pelo PL e demais partidos alinhados com Bolsonaro –, o pastor Silas Malafaia, em apoio a Sóstenes. Uma ala dos próprios bolsonaristas achou que o momento não é propício para levar adiante esse embate uma vez que ocorre nos marcos das eleições municipais. Isso explica o enfraquecimento momentâneo do impulso inicial propiciado por Lira.

O movimento de resistência não pode baixar a guarda. A disposição da bancada evangélica e de seus aliados que se encontram nas bancadas ruralista (do boi) e segurança (da bala) é de aproveitar o jogo aberto por Lira para retomar posições contrárias ao aborto que se manifestaram desde 2007, no período do governo Lula, com o PL 478, “Estatuto do Nascituro”, e retomadas sob o governo Bolsonaro, em 2022. O seu ministério da Saúde, controlado pelas igrejas, apresentou uma “nota técnica” que estabelecia o limite de 21 semanas e 6 dias de gestação para realizar o aborto. Se fosse transformado em lei, se eliminaria completamente o direito ao aborto.

Desde 1940, foi assegurado a legalidade do aborto em três casos: risco de vida da gestante, feto com anencefalia e estupro. A intenção das igrejas foi e é a de limitar ainda mais a antiga lei da era

de Getúlio Vargas, criminalizando o aborto no caso de estupro. O deputado Sóstenes retorna a recomendação do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de 2022.

A sanha dos bolsonaristas em requestrar o combate ao direito ao aborto se manifestou diante do conflito aberto pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), que decidiu contrariar a orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) que prescreve uma norma médica denominada assistolia fetal, que consiste em uma “injeção de produtos químicos no feto para evitar que seja retirado do útero com sinais de vida”. O PSOL entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a determinação do CFM que anula a norma da OMS. Diante dessa impugnação, o ministro do STF, Alexandre de Moraes, “suspendeu os processos judiciais e procedimentos administrativos e disciplinares provocados pela resolução do CFM” que impedia a assistolia fetal. A reação da bancada evangélica e aliados foi de pressionar o presidente da Câmara de Deputados, Lira, para desengavetar o PL 478. Lula e deputados do PT ficaram à espera da repercussão para somente depois se colocarem contra o PL 478. O presidente da República fez questão de se declarar por princípio contra o aborto, para justificar o seu posicionamento contrário à criminalização prevista pelo projeto de Sóstenes.

O roteiro desses acontecimentos, como se vê, ocorre nos corredores do Congresso Nacional, da Justiça, do Executivo e dos aparatos religiosos. As mulheres, que sofrem a opressão histórica desde que se constituiu a primeira sociedade de classes e o Estado como instrumento de dominação, chegam ao capitalismo altamente desenvolvido e em decomposição arrastando as antigas raízes da opressão de classe. A ignominiosa diferenciação salarial e a dupla jornada de trabalho refletem a opressão econômica, que por sua vez embasa todo tipo de discriminação.

Não é por falta de desenvolvimento das forças produtivas que as mulheres continuam subordinadas ao poder burguês dos homens e carentes de igualdade. A questão do aborto é colocada no plano da dominação ideológica da burguesia sobre o proletariado e a maioria oprimida. A religião, embora profundamente obscurantista, ao lado do alto desenvolvimento científico, continua a ser um fator de opressão sobre a mulher. É nesse terreno de divisão de classes que se coloca a criminalização do aborto. Não por acaso, a legislação de 1940 se mostra limitada. Mesmo assim, as igrejas chegam ao ponto de buscar a criminalização da mulher que sofre o estupro.

As estatísticas mostram que não se trata de todas as mulheres, mas principalmente as mulheres pobres e miseráveis. Ao invés do Estado e sua democracia burguesa protegê-las com o direito ao aborto e com as condições médico-hospitalares à altura do drama

vivido pelas mulheres, estabelecem uma lei extremamente limitada e ainda por cima vem os aparatos da religião a eliminar um de seus pontos que é o caso do estupro e aborto.

Basta arrancar a viseira da religião e da dominação ideológica geral para se procurar as causas que levam os homens a recorrerem à violência sexual sobre a mulher. A burguesia só pode oferecer aos estupradores – que devem ser reconhecidos como doentes – a criminalização. E a religião pretende criminalizar a mulher que recorre ao aborto depois de 22 semanas de gestação. Estupradores e estupradas são reprimidos como criminosos, quando deveriam receber proteção do Estado no sentido de quem necessita superar um drama humano, que no fundo responde a causas sociais típicas da sociedade de classes. Não se trata, evidentemente, de igualar o homem estuprador e a mulher estuprada, mas de encontrar suas causas e procurar a solução. A criminalização não faz senão agravar esse drama.

A luta imediata para derrubar o PL 1904 deve suscitar a questão geral da bárbara opressão que recai sobre as mulheres e, principalmente, sobre as mulheres pobres e miseráveis. Não faltam estudos realizados por instituições da burguesia que mostram que a maior parte dessa tragédia feminina se passa no interior da própria família. Tais deformações sociais e psíquicas não vêm ao acaso. Ocorrem, em grande medida, no seio das famílias trabalhadoras. Criminalizar o direito ao aborto no caso do estupro resulta em aumento da opressão social, e não o contrário. Criminalizar o aborto em geral atinge mais amplamente as mulheres, que somente recorrem a essa solução em caso extremo e de desespero. Mais uma vez é imperativo frisar que o aborto é um direito democrático que protege fundamentalmente a mulher trabalhadora, que sofre a dupla opressão.

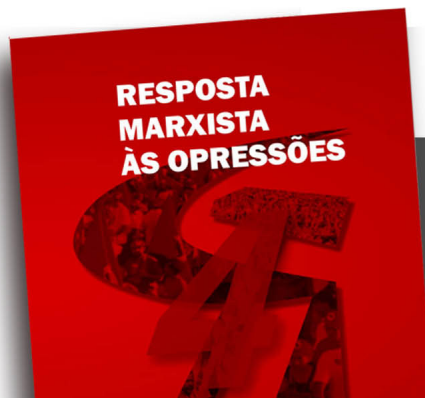
É dever do movimento que se ergueu contra o PL 1904 de não se limitar à questão do aborto. É preciso que coloque a luz do dia as bandeiras de defesa da mulher contra qualquer discriminação, seja econômica ou social. A luta pelo direito ao aborto tem de denunciar o caráter limitado da lei de 1940 e exigir do Estado burguês a garantia do aborto com a mais completa segurança médico-hospitalar. Vincula-se a essa luta a questão geral da maternidade, o que implica a licença maternidade assistida, redução da jornada, creches coletivas e trabalho igual salário igual.

Esse combate no interior do capitalismo somente pode ser frutífero se for por meio da luta de classes. Homens e mulheres da classe operária e das demais classes oprimidas devem se unir em torno às reivindicações de igualdade e fim das discriminações. Conquistas poderão ser arrancadas do Estado burguês, como já foram no passado. No entanto, não poderão ser sustentadas se não estiverem alicerçadas no objetivo histórico da revolução social.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



O Partido Operário Revolucionário se empenhou ao máximo para a vitória da greve dos trabalhadores das universidades e institutos federais

Abaixo reproduzimos o posicionamento do POR e da Corrente Proletária da Educação diante das negociações das direções conciliadoras do Andes, Sinasefe e Fasubra com o governo Lula, que concluíram com o enterro da greve nacional dos técnicos administrativos (TAEs) e dos professores das universidades e institutos federais.

A essência do balanço se encontra na inflexibilidade do governo Lula em atender minimamente as reivindicações e na mais completa flexibilidade das direções em se subordinar a um acordo derrotista. De um lado, Lula se mostrou comprometido com a sustentação do gigantesco parasitismo da dívida pública que teve um aumento de 3,1%, alcançando R\$ 6,91 trilhões; de outro, as direções burocráticas comprometidas em apoiar a política econômica que se volta contra os salários, empregos e direitos. A greve se insurgiu contra o longo arrocho salarial e a redução orçamentária das universidades e institutos. Lula decidiu pela continuidade da diretriz anterior que vem desde os governos de Temer e Bolsonaro.

Pressionado pelo capital financeiro a assumir um brutal ajuste fiscal como condição para prosseguir com o pagamento de um montante de juros e amortizações da dívida pública, que se reflete nas imposições do Congresso Nacional oligárquico, Lula e seu governo de frente ampla não poderiam ceder à greve, se essa não fosse solidamente unitária, altamente centra-

lizada por um comitê nacional de greve, firmemente regida pela democracia das assembleias de base e amplamente apoiada nas mobilizações de rua e ocupações de universidades e institutos.

As ilusões de que era possível obter parte das reivindicações, ainda que “rebai-xadas”, serviram às manobras e a inflexibilidade do governo federal. A imposição de negociações separadas e a aceitação por parte das direções conciliadoras evidenciaram imediatamente a linha política de impedir a unidade grevista e a potenciação dos métodos de luta próprios dos trabalhadores.

O governo tinha claro que poderia contar com as direções sindicais, que só foram à greve pressionadas pelo descontentamento das bases. Viu que os condicionamentos da forma virtual ou híbrida das assembleias indicavam que o movimento não iria ser impulsionado pela ação coletiva e pela democracia ditada pelas assembleias presenciais. Lula ficou seguro de que seu governo estava com a faca e o queijo na mão, de forma que poderia esperar o enfraquecimento da greve com o passar do tempo e com a colaboração mais aberta da burocracia sindical.

Dadas essas condições, a greve não poderia quebrar a inflexibilidade política do governo e das forças do grande capital que estão por detrás de suas decisões econômicas. Tratava-se de evitar o máximo possível

a polarização com os trabalhadores e criar as condições para que as direções pudessem desativar e enterrar a greve nacional. O governo Lula prestou um grande serviço à burguesia. Há um descontentamento crescente entre os trabalhadores da educação que assistem ao avanço da privatização, das escolas cívico-militares e do ensino a distância.

A greve dos TAEs e dos professores federais foi desencadeada no momento em que se manifestam sinais de agravamento da crise da educação no país. Há uma regressão em todos os níveis do ensino, cujos resultados negativos atingem a maioria da juventude oprimida. A inflexibilidade do governo Lula favorece a investida da ultradireita que vem ganhando terreno no processo de privatização, terceirização e redução da responsabilidade do Estado para com a educação pública.

Essa é a essência do balanço do POR que se encontra materializada no balanço crítico da Corrente Proletária da Educação que esteve mergulhada na greve, que combateu a linha colaboracionista das direções, que se empenhou na defesa dos métodos de luta dos explorados, que trabalhou pela democracia das assembleias presenciais, que dirigiu seus esforços para a unidade grevista e que se opôs ao acordo traidor.

Abaixo publicamos um balanço mais detalhado do percurso da luta.

Balanço da greve dos docentes Federais

Diretoria do Andes-SN (ALB – PSOL/PCB) e Renova Andes (PT) desmantelaram e enterraram a greve em nome do governismo e eleitoralismo

No dia 27 de junho o Andes-SN e o Sinasefe assinaram o acordo que selou o fim da greve junto ao governo Lula/Alckmin, com a presença da Ministra Ester Dweck (MGI) e Camilo Santana (MEC), um acordo que não atende às principais reivindicações do movimento quanto à reposição salarial, orçamento para as instituições de educação e muito menos em relação à revogação das contrarreformas. A greve do Andes, no momento do acordo, já havia sido desmontada, de cima para baixo.

A Corrente Proletária na Educação/POR atuou em defesa da greve desde antes de sua deflagração, teve participação destacada seja nos estados em que estava presente, seja em nível nacional, por meio da atuação frentista junto a outros coletivos de oposição. Combatemos o governismo no interior do movimento e seus inevitáveis métodos burocráticos, publicamos nossa linha em boletins

unificados da CPE no Andes, Fasubra e Sinasefe; junto à Frente Única Andes-SN Classista, junto com a ART, e também fizemos notas junto com o coletivo Rosa Luxemburgo, CAEL/PSTU, Militância Classista e Graúna. Fomos respondidos por um docente que é dirigente do PT e publicamos uma tréplica conjunta. Por fim, inscrevemos textos para o 67º Conselho do Andes (CONAD). Um sobre a luta contra o PL 1904/24 em defesa da luta com os métodos de ação direta pelo direito ao aborto, com mais de 40 assinaturas, um de conjuntura e outro sobre a greve.

O texto de conjuntura foi assinado junto aos companheiros da Frente Única Andes-SN Classista e independentes, trata da situação política internacional, com destaque para a Palestina e a situação nacional, com ênfase na greve, publicamos um trecho:

“No meio sindical, destaca-se a ação do governo Lula/Alckmin para quebrar a gigantesca greve da educação federal. Tentou, por meio de ameaças antissindiais, de não negociar com grevistas, em 10 de abril; impôs a divisão do funcionalismo federal em mesas setoriais específicas; organizou uma farsa com a assinatura da federação Proifes, rechaçada pelos docentes de todo o país e invalidada judicialmente; usou uma reunião com os reitores para inflar e requestrar parques anúncios de orçamento para as instituições federais de ensino e desafiou os dirigentes sindicais a terem a coragem de encerrar a greve. O governo só conseguiu quebrar a greve quando as direções governistas correram a atender a ordem para impedir um maior desgaste de Lula, diante da crescente indignação dos docentes e técnicos administrativos, com o tratamento dado por Lula e seus ministros. Dentro do Andes, a diretoria, conduzida pela corrente Andes de Luta e pela base (ALB), composta pelo PSOL e PCB, se uniu com o Fórum Renova Andes (PT) para enfraquecer e dismantlar a greve, confirmando o quanto o governismo, mesmo oculto sob críticas, é incompatível com as reivindicações mais básicas de reposição salarial e recomposição orçamentária, dentre outras. Os cálculos eleitorais para as eleições municipais, quando as candidaturas dos partidos da base do governo ostentaram a figura de Lula, falaram mais alto do que o anseio das bases por lutar contra o arrocho salarial e o estrangulamento orçamentário. Um fator determinante da quebra da greve foi o isolamento provocado pelas centrais sindicais, que recusaram-se a cumprir seu papel de centralizar as lutas em curso. Desastrosamente a greve da Educação Federal se encerra quando despontam greves do CNPQ e servidores federais da área ambiental.”

O Plano de luta do setor das federais trouxe um balanço do movimento e expressou o combate da ala classista, em defesa da greve e da democracia sindical. Realizamos na noite de 26 de junho uma representativa plenária com 63 docentes de 26 universidades, institutos federais e Cefets. O balanço foi assinado por 181 professores de 47 seções sindicais. A única alteração de conteúdo que foi demandada foi feita pelo coletivo Rosa Luxemburgo, retirando a menção aos partidos e transformando o chamado aos bloqueios e piquetes em “ações contundentes”. Manifestamos discordância, porém fizemos a concessão de retirar, considerando que essas ideias estão preservadas em nosso texto de conjuntura e que o conteúdo central do texto de balanço, de denúncia do governismo estava preservado. Publicamos a seguir o texto submetido ao CONAD:

UM BALANÇO DA GREVE PARA MANTER A MOBILIZAÇÃO E FORTALECER O ANDES-SN PARA AS LUTAS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, ORÇAMENTO, SALÁRIOS E DIREITOS

Escrevemos esse texto algumas horas depois da publicação do Comunicado n. 96 do Comando Nacional de Greve (CNG) do Andes-SN que determinou a assinatura do acordo com o governo no dia 26 de junho e o fim da greve até 03 de julho. Qualquer luta para o segundo semestre deverá partir do balanço do movimento paralista, compreendendo sua importância, onde residiu a sua fortaleza, o papel das direções majoritárias em seu enfraquecimento e desmantelamento e as reivindicações pendentes que nos impulsionam à continuidade da luta.

A greve da Educação Federal teve seu início em 11 de março, quando os técnicos administrativos (TAEs) da base da Fasubra entraram em greve. Ampliou-se com a adesão de docentes e TAEs do Sinasefe, no dia 03 de abril, e se expandiu com a deflagração da greve dos docentes da base do Andes no dia 15 de abril, sendo seguidos também pela incorporação de bases de sindicatos ligados à Proifes ou “autônomos”. Desde o início, não houve unidade entre as entidades do funcionalismo ou mesmo da educação federal. O Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais (FONASEFE)

serviu de contenção à luta e ao rebaixamento das propostas. Apesar da insatisfação generalizada no funcionalismo, a greve da educação federal permaneceu isolada e algumas categorias aprovaram indicativos de greve para julho. As maiores centrais sindicais têm responsabilidade no isolamento e enfraquecimento das greves.

A greve acabou, mas o arrocho salarial continua

Nossa primeira reivindicação, protocolada em julho de 2023, foi de 53%, referente às perdas de 01/07/2010 a 30/06/2023 (considerando a inflação acumulada e os reajustes realizados). Depois, com base em estudos do DIEESE, nossa demanda foi calculada em 39,92% parcelados em três anos. O parcelamento, no passado, era vivamente combatido pelo movimento sindical, por expressar a adaptação às metas de “ajuste fiscal” e levar ao acúmulo de perdas. Desta vez, a proposição de reajuste em prestações não veio do governo, mas foi inserida na pauta de reivindicações. Meses depois, o índice pedido foi reduzido a menos da metade, chegando a 22,71%, dividido em 3 parcelas iguais de 7,06% nos meses de maio de 2024, 2025 e 2026. O governo, ao mesmo tempo em que concedeu generosos índices a setores das polícias, manteve-se intransigente em sua oferta de 0% em 2024 e 9% divididos em 2025 e 2026.

Em 10 de abril, dias antes da deflagração da greve do Andes, o governo tentou impor um termo de compromisso, dizendo que não negociaria com as categorias em greve. O repúdio imediato da bancada sindical fez com que essa cláusula fosse retirada da minuta do termo. A assinatura desse termo pela Fasubra, Sinasefe e Proifes implicou na aceitação do deslocamento da discussão do reajuste para as mesas específicas, quebrando a perspectiva de unidade do funcionalismo federal em troca do pagamento do reajuste nos benefícios, com valores oferecidos antes da greve. O Andes, em respeito aos prazos e método de consulta às bases, não assinou o termo de compromisso. A “negociação” nas mesas setoriais se mostrou como instrumento de enrolação, divisão e enfraquecimento do movimento.

O governo, mais uma vez, se valeu de sua entidade fantoche, a federação Proifes, para tentar quebrar o movimento. A Proifes, em 30 de abril apresentou uma contraproposta que misturava reajustes com alterações na carreira. O governo, que certamente a formulou em conjunto, passou a adotá-la como base, fazendo malabarismo com números e inflando os índices de reposição. Autoritariamente o governo deu um ultimato e anunciou o fim das negociações de forma unilateral. As bases reagiram com força redobrada, as assembleias recusaram massivamente a proposta de reajuste 0% em 2024, que penaliza ainda mais os aposentados. Os docentes dos poucos sindicatos federados à Proifes se rebelaram contra suas diretorias e inclusive tentam se desfiliar da federação sabotadora. A força da Proifes não está nele próprio, mas no fato de ser um braço do governo federal. Não há como repudiar a Proifes sem denunciar a ação antissindical do governo Lula/Alckmin. Essa entidade artificial expressa no movimento nacional docente, não apenas um instrumento do governo, mas também do grande capital. Afinal, está prestando um serviço ao governo que, por sua vez, expressa os interesses do capital financeiro e outras frações burguesas. A postura do governo, tendo à frente a Ministra Esther Dweck, que é professora da UFRJ, e José Lopez Feijóo, ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos e ex-vice-presidente da CUT, mostra o quanto não se pode ter nenhuma ilusão na institucionalidade. Só podemos confiar na força da luta dos trabalhadores com independência de classe.

O rebaixamento das reivindicações por cima das assembleias

Nos dias que antecederam a farsa da assinatura do acordo, em

27 de maio, houve uma inflexão no interior do CNG/Andes-SN. Apesar das massivas manifestações como a Marcha da Educação Federal e a participação na Marcha da Classe Trabalhadora, ficou nítida uma aproximação entre a diretoria do Andes-SN, conduzida majoritariamente pelo coletivo Andes de Luta pela Base (ALB), e o Fórum Renova Andes. É importante lembrar que a greve docente de 2024 foi imposta pelo ímpeto e decisão das bases, não foi preparada pelas direções. No 42º Congresso do ANDES-SN, realizado em Fortaleza, de 26 de fevereiro a 01 de março, a diretoria (coletivo ALB) se uniu com o Fórum Renova Andes na defesa da greve sem data definida. Foram as bases, a partir da iniciativa de setores da oposição, que sustentaram a aprovação da greve para o primeiro semestre, aos brados de “Greve Já”. Deixar para o segundo semestre (marcado pelas eleições municipais), ou mesmo depois, seria inviabilizar sua materialização. Greve sem data, portanto, era uma posição avessa à greve. Instalado o movimento paredista, a diretoria do Andes assumiu sua condução junto com representantes das bases no CNG, enquanto o Renova segurou, onde pôde, a deflagração nas seções sindicais em que atua por meio de longos indicativos de greve e estados de greve, apenas tardiamente se somando ao movimento.

A partir de 23 de maio, porém, aquela aproximação toma feições de aliança entre ALB e Renova se materializando em uma ação coordenada para elaborar uma contraproposta rebaixada, usurpando das assembleias de base o poder de deliberar sobre isso. A ação coordenada se deu, no âmbito do CNG reunido em Brasília, através dos seguintes passos: 1) alterar a metodologia do CNG, apenas na discussão da contraproposta, em vez de ampla discussão, houve blocos de 5 falas, em que a ALB votava sempre para ter apenas um bloco; 2) fazer uma apresentação da sistematização dos dados que não diferenciava instituições em greve, em relação às demais, e desmembrava as propostas de índice em percentuais por ano. Intencionalmente ou não, esses dados assim agrupados serviram para ALB e Renova apresentarem como vinda das bases uma proposta minoritária, em relação às 60 assembleias, de rebaixar a reivindicação de reajuste de 22,71% (7,06% em 2024, 9% em janeiro 2025 e 5,16% em maio de 2026) para 18,85% (3,69% em agosto de 2024, 9% em janeiro de 2025 e 5,16% em maio de 2026).

Como parte da mesma operação, o “revogaço”, que começou com a rejeição das contrarreformas trabalhista, previdenciária, Novo Ensino Médio (NEM), e inúmeras legislações e normas que retiram direitos e intervenções nas universidades, no dia 26 de maio reformou-se em um pedido ultralimitado de revogação ou alteração de poucas instruções normativas e leis. A proposta de recomposição do orçamento restringiu-se à suplementação de R\$2,5 bilhões, calculados pela Andifes para as Universidades em 2024. A postura subserviente dos reitores faz com que eles não exijam financiamento integral e nem mesmo a recomposição segundo o ponto mais alto do último período, 2013. Esse cálculo da Andifes não contempla os Institutos Federais e CEFETs, que demandam R\$1,5 bilhão. A reivindicação da recomposição orçamentária aprovada pelo CNG ficou, portanto, abaixo do pedido dos reitores.

A justificativa para o rebaixamento das reivindicações, segundo seus proponentes, foi a necessidade de criar um fato político na segunda-feira, quando governo e Proifes anunciavam a assinatura do acordo. Uma minoria expressiva do CNG apontava outro caminho: não recuar, fortalecer a unidade entre as categorias e entidades em greve e radicalizar. A votação sobre abrir mão do total de 22,71% foi de 16 (manutenção) a 19 (rebaixamento). Feita a contraproposta que mutilou a pauta originária, abriu-se a discussão sobre o que fazer com ela. A aliança entre ALB e Renova propôs o protocolo no dia 27/05, enquanto setores da oposição (militantes da Frente Única Andes Classista – ART e CPE/POR, Coletivo Andes em Luta-CAEL e Coletivo Rosa Luxemburgo) e independentes defenderam remeter para apreciação de uma rodada de assembleias. Doze delegados defenderam o método histórico do nosso sindicato de consultar as bases, enquanto 21 resolveram passar por

cima da democracia sindical e ainda fazer uma minuta pronta para ser assinada pelo governo e Andes-SN no dia 27, o que poderia até mesmo desfechar o fim da greve. Apenas seis assembleias manifestaram a autorização de se levar uma contraproposta no dia 27/05. Tratou-se, portanto, de um método burocrático, que deve ser rechaçado para não ser repetido. A contraproposta levada ao MGI não criou nenhum fato político positivo para o movimento. O governo nem quis saber de seu conteúdo. Debochou cinicamente dos grevistas, virou as costas e fez uma reunião secreta em separado com a Proifes para assinar o acordo. Acordo esse invalidado judicialmente e politicamente.

A articulação ALB/Renova está promovendo uma descaracterização da horizontalidade do Andes-SN (decisões das assembleias) substituindo-a pela verticalidade, típica das federações e confederações (decisões pelas cúpulas), como faz a Proifes. A disputa com o Proifes se dá com o encaminhamento da luta, da greve, da busca de conquista das reivindicações e não no terreno de quem assina um termo de acordo, ainda mais quando esse é rebaixado e a categoria demonstrava disposição de luta.

Nessa linha, em todas as greves nacionais, desde antes da fundação da Andes, como a de 1980, o CNG não delibera sobre deflagração e finalização de greve e aceite ou recusa de propostas apresentadas pelo governo. Ele sempre foi marcado pelo respeito às decisões das assembleias, e foram derrotadas as tentativas de procedimentos diferentes, exceção do que fez a diretoria (1998-2000) na greve de 1998, ao assinar acordo à revelia do CNG e das assembleias, o que introduziu a famigerada Gratificação pelo Exercício Docente (GED), numa manobra da direção à época, ao arripio da pauta da greve e à revelia das instâncias de base.

Governismo e classismo disputaram os rumos do movimento

Nesse momento, ficou evidente a existência de uma divisão no movimento grevista entre uma ala governista (mesmo com críticas pontuais) que não queria a greve, foi arrastada e trabalhou para manter o corporativismo e rebaixar as propostas e outra ala classista que defendeu o fortalecimento da unidade e da mobilização, vinculando as reivindicações da greve da educação com os demais trabalhadores e juventude.

O movimento conquistou uma nova reunião, pós ultimato. A intransigência do governo, porém, se manteve. Houve manifestações em todos os estados, em alguns inclusive com bloqueio de rodovias e trançaços. Uma rodada de assembleias foi chamada a propor como reabrir as negociações. O CNG investiu ainda mais na canalização do ímpeto de luta do movimento paredista para o terreno em que o inimigo tem largas vantagens (pressão parlamentar, insulamento corporativo, mesas de negociação, campanhas virtuais). O Renova passou a buscar se diferenciar mais abertamente da Proifes e da ala da executiva nacional do PT que atacava a greve, expressando o anseio das bases que empurraram para a greve as diretorias de seções sindicais por eles dirigidas e se reposicionando à frente do movimento. O choque entre os professores grevistas e o governo de Lula/Alckmin passou a desnudar o caráter reacionário e antissindical do governo. Por dentro do CNG, os setores petistas redobravam esforços para impedir qualquer menção crítica a Lula, mantendo apenas as referências aos seus ministros, atenuada pela responsabilização do Congresso Nacional. As proposições de assembleias que sinalizavam para a necessidade de fortalecer a unidade e a radicalidade foram sumariamente vetadas, a exemplo de propostas de criar ou fortalecer os comandos unificados nas IFEs ou da educação federal nos estados e realizar uma plenária entre os delegados dos CNGs do Andes, Fasubra e Sinasefe, para furar o bloqueio à unidade imposto pelo corporativismo das direções. Ou foram aprovadas e mantidas em um limbo,

a exemplo da proposta de um dia nacional de lutas em defesa da Educação, em unidade com as greves estaduais do Andes, lutas de SP e PR contra a privatização e militarização da educação e com paralisações de categorias que não estivessem em greve.

O governo tentou, mais uma vez, quebrar o movimento por meio de uma reunião com os reitores, no dia 10/06. Apesar de negar a presença dos grevistas, Lula e seus ministros usaram a ocasião para incitar os dirigentes sindicais a terem “coragem” de acabar com a greve. A análise dos números propagandeados nessa reunião atestava a inexistência de motivos para aceitarmos a proposta que o presidente Lula afirmou ser “irrecusável”. Valores já notificados em agosto de 2023, no anúncio do “Novo PAC”, foram reembalados como “PAC da educação”. De novidade mesmo, dos R\$5,5 bi houve apenas R\$250 mi para os hospitais universitários. Em relação ao custeio, o governo se comprometeu a suplementar em R\$400 milhões o orçamento de 2024. A verba corresponde a 10% da reivindicação dos Reitores de R\$2,5 bi para as Universidades e R\$1,5 bi para a rede federal de Educação Básica e Tecnológica. Será dividida em R\$120,7 milhões para 38 Institutos Federais, 2 CEFET e o Colégio Pedro II – e 279,2 milhões para as 69 Universidades. Essa “recomposição”, mesmo somada, não garantirá condições adequadas de trabalho, estudo e permanência. Os professores reagiram com grande indignação às falas de Lula, os choques entre o movimento e o governo tenderiam a uma escalada.

O peso desmobilizador do comunicado 84

Após a reunião com os reitores houve duas reuniões de negociação, a primeira, de 11 de junho com os TAEs e a segunda, em 14 de junho, com os docentes federais. Houve diminutos avanços, no caso dos docentes apenas a antecipação de um mês no reajuste de 2026 (de maio para abril), a revogação da portaria 983/2020 e alguns grupos de trabalho que, sem greve, dificilmente trarão avanços. A ALB procurou inflar as parcas conquistas e passou a indicar pelas bases e pelo alto a orientação de fim da greve. No dia 15 de junho, a maior parte do CNG, alinhada com a ALB e Renova, passaram a defender que o movimento estava esgotado e não tinha como prosseguir. O Comunicado 84, divulgado na noite de 16 de junho, concluiu orientando a realização de assembleias para responderem se é hora de preparar a saída unificada. Tudo indica que essas direções atenderam ao chamado de Lula para que os dirigentes tenham a “coragem” de acabar com a greve. A oposição, no interior do CNG, conseguiu remover os trechos mais tendenciosos pelo fim precoce da greve, defendidos pela Diretoria/ALB e pelo Renova Andes; porém, não teve força suficiente para alterar a linha geral.

O Comunicado 84 caiu como uma bomba nos setores mais avançados das categorias onde os CLGs faziam o trabalho de mobilização e convencimento sobre os danos embutidos na proposta de reajuste misturado com carreira, vinda da Proifes/governo e a insuficiência da recomposição orçamentária. Cnicamente, os autores dessa peça desmobilizante reagiram às críticas com a seguinte pergunta: se a greve é tão forte, como pode ser derrubada por um documento? Procuram ocultar o peso da direção no movimento. As bases tiveram uma força hercúlea para passar por cima das vacilações das direções, manifestadas desde antes da deflagração. Porém, no atual momento da greve, sentir que a direção chamava a bater em retirada fortaleceu os setores mais conservadores do movimento e semeou o desânimo. Ainda assim, 20 assembleias manifestaram a disposição em continuar a greve e fortalecê-la.

Após a rodada de assembleias, o CNG arrematou o processo de desmonte da greve impondo a assinatura do acordo, apesar da existência de quase metade de assembleias que eram contrárias ao acordo e colocavam condições à assinatura. A maior motivação da assinatura foi política, de o fazer antes da Proifes, garantindo o “protagonismo”. Chegou-se a dizer que a assinatura era o último

fio de sustentação da Proifes. O acordo, que não tem validade jurídica para o setor público e precisa ser enviado ao Congresso, ao ser assinado protege o governo em relação a futuras lutas e nos vulnerabiliza, tendo em vista a necessidade de se manter a defesa da reposição salarial, o que ficará formalmente vedado até 2026, com essa assinatura, permitindo apenas lutas em caso de descumprimento do acordo ou pautas não remuneratórias. É evidente que a categoria pode e deve se insurgir contra essa amarra, porém, certamente terá mais dificuldades.

Manter a mobilização para as próximas lutas

Concluimos a greve, portanto, a partir de uma operação de cima para baixo. As reivindicações não satisfeitas nos colocam perante a tarefa de manter a greve como uma trincheira em defesa de nossos salários, condições de trabalho e dos direitos sociais. Precisamos estimular que o saldo político e organizativo obtido pelos comandos locais de greve possam ter desdobramentos na forma de comandos de mobilização, preferencialmente unificados, para garantir que não haja retaliações aos grevistas, exigir das administrações a reposição de aulas resguardando os direitos dos docentes e discentes e continuar a luta pelas reivindicações não atendidas. É preciso estar em máximo alerta para impedir qualquer contrarreforma administrativa, a desvinculação dos pisos constitucionais para a saúde e educação e a nova contrarreforma previdenciária. Todas essas ameaças têm ganhado cada vez mais espaço nos discursos do governo para sustentar as metas do novo arcabouço fiscal sem afetar decisivamente os interesses do grande capital. Em 2023, as emendas parlamentares totalizaram 34,6 bilhões, o governo destinou R\$5,2 bilhões por dia ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública e gastou R\$646 bilhões com subsídios ao grande capital. Aceitar o arrocho salarial e orçamentário é colaborar com as metas do novo arcabouço fiscal.

A capitulação da direção do Andes ao governismo causou graves prejuízos aos docentes. O eleitoralismo certamente foi um dos fatores que levou a ALB e Renova a agirem para minar a greve. O prolongamento tornaria a figura de Lula, certamente presente nos santinhos dos candidatos, cada vez menos capaz de agregar votos. O enfrentamento ao “fascismo” também foi usado como motivo para interromper a greve. Enfrentar a ultradireita não pode ser confundido com a blindagem do governo. Pelo contrário, é na luta em defesa das reivindicações e na unidade dos trabalhadores e juventude, com seus métodos próprios de luta, que poderemos nos fortalecer para enfrentar as tendências fascizantes que se manifestam na política. As ideias de que o movimento existia para “ajudar” o governo a enfrentar as pressões do Centrão ou de que trata-se de um governo em disputa impedem o avanço da consciência dos docentes. Quando Lula se manifestou abertamente contra a greve, incitando os trabalhadores e a juventude contra os grevistas, deslegitimando suas reivindicações, caiu a máscara de que não se tratava de um problema restrito aos ministros e secretários. Os docentes rejeitam o oportunismo da extrema direita em tentar cavalgar no descontentamento provocado pelo arrocho e os maus tratos. Abre-se espaço, portanto, para o desenvolvimento de uma oposição revolucionária, à esquerda, que não siga alimentando as ilusões na institucionalidade, mas que se vincule com a luta pelo socialismo.

De forma emergencial, como atualização de nosso plano de lutas, devemos demandar das centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais e entidades estudantis que atuem para unificar as lutas que despontam no país, a exemplo dos trabalhadores da educação do Paraná e de São Paulo, contra a privatização e militarização da educação, bem como com docentes em greve nos estados e outros setores do funcionalismo federal. Temos que recuperar os métodos de luta da nossa classe, fortalecendo a greve ativa com ações contundentes.

Proposta de Resolução O 67º CONAD delibera:

1) Que os ANDES e as seções sindicais busquem articular com centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores da Educação em todos os níveis e entidades estudantis um dia nacional de lutas em defesa da Educação, em data a definir, em agosto, dando visibilidade para as greves e lutas em curso.

2) Indicar que as seções sindicais transformem os comandos locais de greve em comitês de mobilização, convidando as entidades representativas dos técnico-administrativos e dos estudantes das IFEs a se somarem.

3) Que a diretoria do ANDES-SN faça uma carta com um chamado às centrais sindicais e sindicatos pela convocatória de um potente dia nacional de lutas, com paralisações e ações contundentes, em defesa dos empregos, reposição inflacionária dos salários, fim das privatizações e revogação das contrarreformas.

Sinasefe

Política de traição, desmobilização e medo da Direção Nacional do Sinasefe põe fim à greve dos Institutos Federais

A 193ª Plenária Nacional do Sinasefe ocorreu entre 21 e 22 de junho, onde a principal pauta era assinar ou rejeitar as propostas apresentadas pelo governo para técnicos administrativos em educação (TAEs) e docentes. Por imensa maioria, foi aprovada a assinatura do acordo. A Plenária se deu apenas como formalidade, pois Lobão (PSOL), coordenador geral do Sinasefe Nacional há algumas semanas já havia iniciado uma campanha de terrorismo entre a categoria, afirmando que se o sindicato não assinasse perderia o que foi “conquistado”, inclusive sob o discurso de enfraquecimento da greve quando ainda havia instituições aderindo à greve da Educação Federal. O fato é que a direção nacional majoritária do Sinasefe (PT/PSOL) seguiu as orientações de Lula, que no dia 10 de junho, em uma fala de ataque à greve da Educação Federal, disse que os dirigentes sindicais tinham de ter coragem para acabar a greve.

As propostas do governo em nada avançaram quanto à pauta salarial, onde o governo manteve 0% de reajuste salarial para 2024. O informe da própria direção nacional (DN) aponta que foi a maior greve da história do Sinasefe, 562 campi dos IFs parados, 82,5% de adesão, com aumento significativo de filiados e grande mobilização da base. A promessa do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para TAEs foi o principal trunfo do governo sob uma negociação dividida entre TAEs e docentes. Sobre o RSC para os TAEs, o governo não deixou claro como serão os critérios para alcançar a remuneração, nem se incluirá aposentados, e a implementação ocorrerá apenas em 2025.

No dia 11/06, para os TAEs, os índices já oferecidos não foram alterados com: reajuste 0 % em 2024, 9% em 2025 e 5% em 2026, que resulta num acumulado de apenas 14,5%; sobre as progressões ofereceu 0,1% a partir de 2025 e 0,1% em 2026, o que implica em uma diferença que para alguns níveis não chegaria a R\$5 na progressão, comparado ao step de 3,9%. Para os docentes, no dia 14/06, só tratou de pautas não orçamentárias, como a revogação da portaria 983/2020, que amplia a carga horária docente EBTT, sobre os índices o acordo manteve 0% em 2024, 9% em 2025 e 3,5% em 2026. Para ambos, apenas adiantou o reajuste de 2026 em um mês, passando para o mês de abril.

Os informes das seções expressaram imensa maioria pela assinatura do acordo. Chama a atenção que muitas falas apontavam que se aceitaria, mas reconheciam que o que foi oferecido estava muito aquém do atendimento da pauta. Houve algumas falas de crítica à condução da negociação por Lobão, que no processo de negociação apresentou contrapropostas rebaixadas sem discutir com a base, e com reuniões paralelas de acordos por fora do Comando Nacional de Greve (CNG), além da ampla campanha, com divulgação de vídeos que incitavam o fim do movimento grevista.

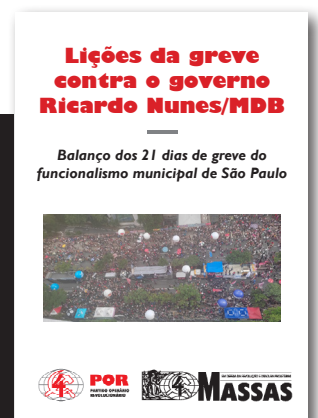
A Corrente Proletária/POR atuou na Assembleia Geral dos servidores do IFPE e Plenária Estadual da Paraíba defendendo a rejeição da proposta do governo. Em Pernambuco, conseguimos

aprovar a rejeição (182 rejeições e 105 pela assinatura). Na Paraíba, seção de Lobão (PSOL), em 2 campi houve rejeição, mas em Plenária Estadual foi aprovada a assinatura (52 aceitaram e 10 rejeitaram). Tanto nas Assembleias das seções PE e PB quanto na Plenária Nacional a Corrente Proletária fez falas defendendo a continuidade da greve.

A categoria foi traída por sua direção sindical, que para blindar o governo Lula agiu para desmontar a greve. A DN fez críticas ao sindicato patronal PROIFES, que atuou junto ao governo para desmontar a greve, com uma proposta extremamente rebaixada. No final, a direção do SINASEFE simplesmente assumiu o mesmo acordo que o governo assinou com o PROIFES. A direção do SINASEFE sinalizou para o governo Lula/Alckmin que também são governistas. Com esta proposta e as promessas aos TAEs a direção nacional grita aos quatro cantos que a greve foi “vitoriosa”. Uma coordenadora da nacional (Pão e Rosas/PSOL) afirmou “vamos colocar as conquistas embaixo do braço e ir para luta, mas nada de greve”. Assim, indicam que mesmo essas “conquistas rebaixadas” foram frutos da greve, mas que agora é momento de voltar para o método de pressão parlamentar (que nos últimos anos mostrou ser fracassado), principalmente porque se aproximam as eleições municipais, uma das razões dos membros da direção nacional (PT/PSOL) estarem tão preocupados com o fim da greve, podendo assim se dedicar às campanhas eleitorais.

Está mais que evidenciada a tarefa sempre defendida pela Corrente Proletária: Que a vanguarda dos servidores dos IFs construa uma fração revolucionária dos servidores, em defesa do sindicato classista, com independência perante os governos. Que tenhamos um saldo político organizativo e que as críticas à traição à greve sirva para mobilizar a base para a necessidade de disputar a direção do sindicato, por um SINASEFE classista, independente e que defenda os métodos próprios dos explorados e a ação direta dos servidores em luta por suas reivindicações.

LANÇAMENTO!
Adquira já com
o distribuidor do
Massas por apenas
R\$ 5,00



SinTUFABC

Pronunciamento da Corrente Proletária para a 15ª Assembleia de Greve do SinTUFABC

Por que votar NÃO à assinatura do Termo de Acordo?

1) Porque a assinatura do Termo de Acordo neste momento será uma traição à categoria, visto que as burocracias sindicais objetivam enterrar a greve para blindar o governo burguês de frente ampla, evitando o seu desgaste, sobretudo nas eleições municipais que se aproximam;

2) Porque as conquistas ainda são muito aquém das reivindicações, com ganhos financeiros ínfimos, e a greve não chegou no seu limite, sendo possível mantê-la e fortalecê-la para arrancar mais conquistas do governo;

3) Porque sem perspectiva de nova greve (a última foi em 2015) as perdas salariais acumuladas serão praticamente irrecuperáveis;

4) Porque a maioria das direções sindicais aceitaram a suspensão da Mesa Central de Negociação sob a alegação de resolver as desigualdades do sistema de carreiras, mas com a atual proposta do governo permaneceremos com os salários miseráveis e com a carreira arruinada;

5) Porque a capitulação dos sindicatos servirá ao objetivo do governo de fincar na consciência dos trabalhadores que o método grevista não gera frutos e por isso não adianta adotá-lo;

6) Porque o corporativismo fracassou, mas é possível construir uma greve unitária em torno das reivindicações gerais, a começar pela unificação com a greve nacional dos servidores federais ambientais (Ibama, ICMBio, SFB e MMA) iniciada na segunda-feira (24/06) e dos servidores INSS, com indicativo para 1 de julho.

Assinar as migalhas do governo é trair o movimento. Não é hora de recuar! Para arrancar nossas reivindicações e vencer é necessário unificar as lutas em curso!

Direções desmontam a Greve da FASUBRA

Alguns trabalhadores nos questionaram o que aconteceu no dia 21 de junho para a segunda-feira (24/06). De fato, há um abismo entre o Informe de Greve (IG) da FASUBRA N.º 05 de Junho de 2024 e o IG seguinte. Em síntese, aconteceu que, apesar da força do movimento e disposição de luta da categoria, a maioria das forças políticas da FASUBRA resolveu defender abertamente o encerramento da greve.

Lembramos que a operação de desmonte da greve começou há pelo menos um mês com a construção de “contrapropostas”. Na semana de 10 a 14 de junho, o governo confirmou que sequer atenderia as contrapropostas rebaixadas. Em evento com os Reitores, o Presidente Lula declarou que a greve da educação não tinha razão e pediu aos dirigentes sindicais que encerrassem o movimento. Assim, caiu por terra a ilusão alimentada pelas burocracias sindicais de que as conquistas avançariam, caso Lula assumisse as negociações.

Esgotou-se a linha corporativista predominante no movimento grevista. Restou, portanto, duas possibilidades: encerrar a greve imediatamente, acatando o pedido de Lula, ou fortalecer a unidade grevista, ampliando o enfrentamento ao governo. A via adotada pelas direções governistas foi a de encerrar a greve, como não poderia deixar de ser. Assim se passou no ANDES-SN e no SINASEFE. Na FASUBRA, em que a greve dos TAEs iniciada em 11 de março alcançou 68 das 69 Universidades Federais em 04 de junho,

o CNG aprovou uma orientação vacilante com uma linha evasiva de defesa da manutenção da greve, mas sem convocar ações para impulsioná-la e sem se posicionar claramente quanto às propostas do governo. O que serviu para desarmar o espírito de luta da categoria.

Apesar do desmonte das greves da educação federal, todas as assembleias dos sindicatos da base da FASUBRA, sem exceção, aprovaram a manutenção da greve; 16 reivindicaram melhorias na proposta do governo, conforme orientação do próprio CNG; 15 rejeitaram a proposta do governo; e apenas 16 aceitaram a proposta do governo, sinalizando pelo encerramento da greve, com a assinatura do Termo de Acordo. Com esse quadro das bases, a FASUBRA emitiu o Ofício N.º 83/2024 reivindicando nova reunião de negociação sob a base de dezenove itens pendentes.

O governo respondeu o ofício minutos após recebê-lo. Na resposta orquestrada junto às burocracias declarou que não há mais espaço para negociações com os TAEs e informou a data do evento de assinatura do Termo de Acordo. Com isso, finalmente Travesia/TnL e MLC/UC abandonaram as reivindicações e se juntaram às direções (PTCUT e PCdoB-CTB) que já vinham defendendo o aceite da proposta do governo e o fim da greve da FASUBRA.

Para forçar o fim da greve, em uma clara conduta de colaboração com o governo, o CNG da FASUBRA se reuniu no dia 24 de junho e orientou novas rodadas de assembleias para aprovação da assinatura às pressas do Termo de Acordo e retorno ao trabalho em 2 de julho. Inicialmente nem mesmo se tinha a Minuta do Termo de Acordo. A disponibilização da Minuta pelo governo gerou um alvoroço no CNG e nas bases devido às imprecisões. A discussão política central, porém se concentra no conteúdo e no significado político da assinatura do Termo de Acordo.

Por mais elaborado que seja o Termo, este não contemplará as principais reivindicações da greve da FASUBRA: contraproposta, incluindo índice de “reajuste” salarial em 2024 para contemplar ativos e aposentados e aumento dos percentuais de correlação entre os níveis; fim da terceirização, recuperação de cargos e concurso já para todos os cargos; jornada de 30 horas para todos; revogação da EBSERH e de normativas que restringem direitos, como adicional de insalubridade e greve; deposição de reitores interventores; e fim do ponto eletrônico.

Infelizmente, pela movimentação das direções, tudo indica que a decisão da maioria das bases será a favor da assinatura do Termo de Acordo pela FASUBRA. O terrorismo de que podemos perder o que já conquistamos serve a esse objetivo. Não perderemos o que já conquistamos. O problema reside em seguir o caminho do SINASEFE e se render ao governo, ou se manter na batalha.

A Corrente Proletária/POR defende, junto a outros coletivos da força política Unidade para Lutar e Lutar com Independência, a manutenção da greve. A 14ª Assembleia de Greve do SinTUFABC rejeitou a proposta do governo e aprovou a continuidade da greve, reivindicando a manutenção das negociações com base na contraproposta da FASUBRA e nas demais reivindicações da categoria. Essas decisões mostraram a força e a disposição da categoria em continuar a luta grevista para arrancar o atendimento das reivindicações. É preciso manter a coerência política da assembleia anterior e desautorizar a assinatura do Termo de Acordo pela FASUBRA. Com essa decisão mostraremos nossa firmeza.

Abaixo os desmandos do governo!

Não se sujeitar à traição das direções! Pela unificação das lutas!

Transcrição da discussão sobre a greve nas universidades e institutos federais, realizado pela TV A Comuna no dia 19/06

Boa noite. Sou professora na UFPE, integro o comando local de greve da ADUFEP e, hoje, eu estou em Brasília, para a reunião do Comando Nacional de Greve (CNG). Chaguinha me pediu para falar principalmente de nossa greve em Pernambuco, como é que está a construção. É inevitável ligar a greve de Pernambuco à greve nacional, à greve da educação federal, que não é só de professores. É também de técnicos administrativos, que envolve universidades, institutos; e também os estudantes, terceirizados. Então é inevitável falarmos de um quadro mais geral. Mas eu vou procurar comentar os nossos desafios políticos na UFPE.

Nós da UFPE temos uma situação bastante difícil em que a nossa base está em choque com a direção do sindicato, da sessão sindical (que é a ADUFEP). É uma seção sindical dirigida pelo PCdoB, que tem procurado desvincular a nossa seção do movimento nacional docente, do Andes, e isso colocou imensos desafios para construção da greve. Para vocês terem ideia, na assembleia de deflagração, eles fizeram um plebiscito virtual. A assembleia não era uma assembleia de verdade. Se chegou ao ponto de não deixar votar nada, nem questão de ordem, nada! A presidenta cortou a fala das pessoas por 30 minutos, falava em 'suspensão da mesa' e outros absurdos. Então, a greve foi deflagrada por vontade das bases. Ela não foi construída, não foi estimulada; veio por vontade das bases em resposta a uma situação de uma necessidade bem concreta, que é a resposta ao problema do arrocho salarial e do estrangulamento orçamentário. Em nível nacional, de certa forma, também não foi uma greve que estimulada pela direção do nosso sindicato nacional.

Estive no congresso em Fortaleza, em fevereiro, e, naquele momento, os grupos da diretoria, que dentro do movimento docente é o grupo que se chama ALB, assim como o grupo do Renova-Andes, que é o setor do PT dentro do Andes, estavam querendo votar uma resolução de greve no horizonte, e as bases começaram a gritar 'greve já!', 'greve já!' e houve essa votação. E aí se antecipou a deflagração da greve. É claro que não é o congresso que vota a greve, são as assembleias. Mas, teve esse indicativo muito importante que foi no fim de fevereiro, já tendo em vista que os técnicos administrativos, via FASUBRA, estavam indicando que entrariam em greve 10 dias depois. Coloco essa particularidade porque essa é uma greve que foi construída, impulsionada, a partir das suas bases. Isso mostra uma grande força, uma grande disposição de luta, mas, ao mesmo tempo, mostra também um desafio de não termos aquelas direções que estavam à frente impulsionando o movimento.

Tivemos também todo esse percurso que o Moacir relata das negociações dos TAE's, e tivemos também, de certa forma, dos professores. Há uma particularidade que é a de estarmos sob um governo no qual boa parte da categoria votou e tinha expectativas. Então, isso é um elemento de conjuntura. É um movimento que o tempo todo refletiu a ilusão dos setores das bases e também do compromisso político das principais correntes que o dirigem em, de certa forma, blindar o governo. Se vê que é uma greve em que raramente se fala o nome do Lula. É muito raro falar "Lula, queremos nossos salários!". Sempre é o Feijó, é o Camilo, é o Haddad. Então, isso é um sintoma do movimento que foi muito cauteloso em relação a como lidar com o governo, enquanto Lula não teve cautela nenhuma em tentar quebrar a greve desde os primeiros passos.

No dia 10 de abril, o governo montou uma mesa de negociação em que fez uma chantagem com o movimento da educação federal. Condição para a liberação de benefícios, que já estavam anuncia-

dos, à assinatura de um termo de compromisso. E ali tentou colocar uma cláusula que, se estivesse em greve, não negociaria. Uma cláusula abertamente antissindical. A bancada sindical reclamou e essa medida foi derrubada, mas conseguiu colocar uma semente ali de divisão, que era a ideia de que as negociações seriam feitas em mesas setoriais separadas. Isso é um fator importante para vermos que não se pode abrir mão da unidade na luta. Porque a tentativa de dividir só nos enfraquece. Você vê como a nossa greve seria mais poderosa se tivéssemos uma única mesa de negociação, entre FASUBRA, SINASEFE e Andes, por meio dos seus comandos de greve. Com certeza, teríamos maior impulso.

O governo de Lula tentou também quebrar a greve por meio de um acordo, um falso acordo; um acordo do governo com ele mesmo. Ele se colocou diante do espelho, diante de uma entidade fantoche que é o Proifes e assinou um acordo com o Proifes à revelia de toda a base do Andes, do SINASEFE (dos professores que não são representado pelo Proifes) e das próprias bases do Proifes, que é uma federação biônica, artificial, criada pelo governo do PT para tentar quebrar o Andes. Essa tentativa também não conseguiu quebrar a greve. Na sequência, o governo fez, no dia 10 de junho, uma reunião com os reitores que teve a finalidade concreta de atacar a greve. Foi uma reunião com os reitores, mas que tinha como principal interlocutor os dirigentes sindicais. Os grevistas pediram para estar nessa reunião, o que foi negado. Então, o governo mandou um recado: não deixar as pessoas estarem lá para responder. Como se vê, o governo Lula primeiro tentou quebrar a greve com uma ameaça antissindical, no dia 10 de Abril; então agiu para dividir e enfraquecer; depois esse acordo infame com o Proifes, que inclusive, judicialmente, foi colocado a sua invalidade. A reunião com os reitores foi sintomática, porque se fez um grande espetáculo em torno de números: R\$ 5,5 bilhões do PAC da educação, recomposição do orçamento (porque a greve é por salário, mas também por orçamento), o nosso orçamento de hoje, mesmo com essa recomposição que o Lula deu, não corresponde a 40% do que era o orçamento de 2013. O orçamento da UFPE não chega a 1/3, mesmo com a recomposição do que era em 2013. Diante de uma situação tão grave, governo fez todo esse espetáculo. É muito importante prestar atenção no que falou no final da exposição, primeiro incitou a população contra os grevistas, falando que é uma greve que atrapalha o povo e também se dirigiu às lideranças sindicais para que elas tivessem a coragem de acabar com a greve. Então, mais uma vez, o governo se remete a um interlocutor inadequado porque quem decide sobre os rumos da greve, por maior importância que possam ter as direções sindicais, são as próprias categorias nas suas assembleias.

Balanco das eleições na APEOESP (2023)

A Oposição Unificada Combativa - Chapa 2 obteve uma importante vitória política diante da chapa governista do PT e aliados, inclusive setores que eram da Oposição e capitularam à Chapa 1!

LANÇAMENTO!
Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas
R\$ 5,00



Na UFPE, nós estamos com uma diretoria que o tempo todo tentou sabotar o comando local de greve, dificultar o nosso trabalho e ainda assim, para vocês terem a ideia da força desse movimento, ainda assim, depois que o governo fez essa proposta, com a qual deu um ultimato e falou que era a última, a Adufep fez mais uma assembleia antidemocrática, que foi mais um plebiscito online, e, mais uma vez, nesse plebiscito - eu não vou me lembrar dos números quebradinhos -, mas acho que foram 900 votos a 500 pela rejeição da proposta do governo e pela manutenção da greve. Então, vemos o desafio de que as bases consigam ter uma expressão organizativa, porque, muitas vezes, as direções acabam, por interesses próprios, enfraquecendo a luta. Temos uma circunstância em que os nossos sindicatos estão sendo dirigidos por correntes políticas que, de alguma maneira, se alinham por trás da eleição do presidente Lula, com a argumentação do combate ao fascismo etc. Mas, o nosso próprio sindicato que tem uma trajetória de independência (o Andes - SN), no momento da eleição de Lula, fez outdoor de parabéns, participou da posse do ministro, quando, na realidade, deveriam estar o tempo todo alertando a categoria de que não poderíamos confiar nesse governo Lula/Alckmin.

Não é surpresa o arroxo salarial, uma vez que o governo estabeleceu como máxima prioridade sustentar o pagamento da dívida pública. O arcabouço fiscal é incompatível com o direito constitucional dos trabalhadores, do funcionalismo público de terem reposição do que a inflação retirou do salário. O arcabouço fiscal é incompatível com a necessidade de garantir condições dignas de trabalho, de estudo, de permanência nas universidades. Falei que nosso orçamento caiu muito de 2013 para cá, mas caiu numa circunstância em que tinha não só de ser mantido, mas de ser ampliado, porque, de lá para cá, cresceu o número de instituições, estabeleceram-se as cotas, entram, portanto, mais estudantes na universidade elevando as demandas de permanência.

Na UFPE, passamos pelos centros de estudo conversando com todo mundo e a vimos como toda a comunidade universitária está sentindo na pele esse corte de orçamento. Nos caso dos terceirizados, os contratos não estão sendo atualizados, os valores etc. Então, vai diminuindo o pessoal e é preciso fazer o mesmo serviço. Quem limpava uma sala tem de limpar mais. Na UFPE, têm campi que falta até mesmo RU, como em Vitória de Santo Antão, fruto de uma expansão precária. E na UFPE (...) ocorre uma circunstância de não ter alimentação adequada. No RU, no ano passado, houve uma intoxicação alimentar de mais de 1000 estudantes porque é privatizado. Quem ganha a licitação é quem paga menos. E aí é oferecido uma alimentação de baixíssima qualidade. Chegou a ocorrer uma situação em que, numa semana de provas, alguns estudantes perderam a prova, sendo alguns hospitalizados por infecção e intoxicação alimentar. Os técnicos pagam também com o seu corpo pelo corte do orçamento. Tivemos uma atividade recente num campus interiorizado onde uma técnica do HC comentou que havia falta de um equipamento para fazer a ressonância (porque quando a gente faz a ressonância, o funcionário, o trabalhador sai daquele ambiente para não ficar exposto ali). No HC da UFPE, falta esse equipamento. E aí esse trabalhador tem de ficar horas ali dentro. Ele sai eletrizado, dando choque, e os superiores falam: "agora você tem de andar na terra, na areia para descarregar." Isso compromete o organismo do profissional, atinge a sua imunidade.

Então, sentimos na pele esse corte de orçamento. E qual a situação que temos agora? A de que as nossas reivindicações não são atendidas. Continuamos com 0% de reposição salarial para 2024. Estamos numa circunstância em que a necessidade de reposição de orçamento não foi atendida. Os reitores - falo dos reitores das Universidades e IF's - reivindicavam R\$ 2,5 bilhões para as universidades e R\$ 1,5 bilhão para os IF's, ou seja, R\$ 4 bilhões. O governo liberou para custeio apenas R\$ 400 milhões, o que representa 10%. Os reitores já falaram que isso não dá para pagar as contas até o fim do ano.

Chegamos no momento em que as preocupações têm sido ex-

ternadas por uma parcela das bases no que diz respeito aos rumos de nossa direção nacional. Tivemos um comunicado recente que passou a exaltar essas medidas, passou a exaltar esse PAC da educação, a exaltar aquelas ofertas do MGI que foram assinadas pelo Proifes. Isso nos coloca numa situação muito difícil. E inclusive o que fizeram, por meio do Comando Nacional de Greve, foi uma disputa tensa de maioria e minoria, deram a orientação de perguntar para as bases se devemos permanecer em greve ou sair. E isso foi lido pelas bases como um sinal de desmonte do movimento. Então, há alguns comandos de greve manifestando a sua insatisfação com essa posição, como são os casos dos comandos de greve de Pelotas e de Sergipe. Não podemos inflar esses dados.

Trago essa realidade para os grevistas porque estamos diante de uma necessidade objetiva de defender os nossos salários, as universidades públicas, os direitos sociais. Estamos numa condição objetiva em que o governo planeja desvincular as receitas dos pisos constitucionais de saúde e educação, em que o governo planeja desvincular o valor do salário mínimo da aposentadoria, fazendo uma nova reforma da Previdência. Tudo para garantir o superavit fiscal, as metas do arcabouço. Uma circunstância em que o governo paga por dia R\$ 5,2 bilhões de juros e amortizações da dívida pública. Então, se juntamos todo aquele pacote, que ele reembalou no dia 10 de junho para os reitores e falou que somando tudo dará R\$ 10 bilhões, para obras de expansão do novo campus; juntou vários anúncios já antigos para dar essa cifra. Juntando R\$ 10 bilhões (o que dá dois dias de pagamento de juros da dívida pública), vemos qual é a prioridade. Juntando todos os subsídios que foram dados ao grande capital no ano passado, com isenção de imposto, créditos facilitados etc. corresponderam a R\$ 600 bilhões, ou seja, 6% do PIB. Então, sabemos que existe dinheiro. Esse dinheiro está indo para emendas parlamentares etc. Uma cifra astronômica de emendas parlamentares que dobraram no governo, no primeiro ano de governo Lula em relação ao último ano do Bolsonaro, está indo para juros da dívida, está indo para uma minoria que parasita o Tesouro Nacional. Como foram as respostas aos setores das polícias. Então, falo aqui expressando o sentimento majoritário do nosso comando local de greve, para nós a necessidade é a de continuar a luta. É de rejeitar o rebaixamento e principalmente de rejeitar qualquer ilusionismo que tente transformar em vitória uma situação que não é vitoriosa. Nós sabemos que qualquer coisa que conquistarmos é com luta, mas sabemos que com mais luta a gente pode conseguir mais.

Hoje foi um dia importante em Pernambuco porque os técnicos tiveram uma assembleia muito cheia, muito bonita, em que recusaram em peso a proposta do governo e disseram que a greve continuava e ainda gritando "Lula, a culpa é sua!". Tivemos uma assembleia do IFPE que mostrou também a sua rejeição ao acordo que não atende às principais pautas da greve. Então, o que nós tivemos de forma mais recente nessas últimas mesas do dia 11/06, do dia 14/06, o que tivemos de concreto foi a revogação de uma portaria do MEC que penaliza os professores EBTT. Essa que aumenta carga horária de ensino e estimula a necessidade de registrar o ponto. Isso foi revogado e é importante. Vai ter efeito na vida desses professores, mas sabemos que não era a nossa principal reivindicação. Tem outras categorias que estão em greve no país. Nós temos greves da saúde federal no Rio de Janeiro, greves estaduais, por exemplo, da UECE de vários lugares. Temos lutas como a do Paraná contra a privatização da educação. Temos lutas em São Paulo contra a militarização da educação. Então, o caminho para fortalecer a nossa luta é a unidade. Precisamos quebrar esse corporativismo que só nos leva à derrota. Precisamos avaliar esses métodos que foram contaminados pelos métodos parlamentares. A gente vai lá ficar convencendo parlamentar? Parlamentar está ganhando as emendas às custas do nosso do nosso arrocho salarial. O pessoal fica priorizando métodos virtuais "vamos fazer twitasso, hashtag!". Não gente! Os métodos que precisamos são os métodos da luta de classes: é greve ativa, mobilizada com

piquete, bloqueios. Isso também aconteceu em nossa greve. Existe essa disposição também.

Então, queria trazer esse panorama que conecta a nossa realidade local na qual estamos lidando com uma burocracia extremamente autoritária e que, mesmo assim, a categoria conseguiu expressar a sua vontade de lutar e que está batalhando e que, inclusive, em nível nacional, também o movimento tem as suas diferenças. E nós estamos nessa batalha, mas nós queremos impulsionar esse instinto e quem sabe conectar com as lutas que estão despontando, porque há setores do Ibama, do IBGE que sinalizaram que querem entrar em greve brevemente. Então, precisamos estar atento a isso. Não podemos desistir. Precisamos reforçar nosso movimento. Na semana que vem teremos Assembleia na ADUFEP. Essa orientação do CNG veio de forma muito acelerada, inclusive do ponto de vista da nossa construção. Um comunicado que, na verdade, foi lido na segunda-feira, orientando para essas assembleias. Temos no Nordeste a particularidade do São João. Temos particularidades locais, que dizem respeito às nossas questões internas com a Reitoria. Temos de lidar com as ameaças de punição aos grevistas. Então, por conta disso, a nossa assembleia vai

ser feita na próxima semana e nós estaremos lá para defender que se apoie nos pontos mais elevados da luta, do nosso fortalecimento. Agradeço muito Chaguinha por ter propiciado esse encontro. Lamento não ter ouvido os demais companheiros porque estou aqui no CNG (Brasília) e temos uma rotina aqui de reunião até 10h da noite, 9h da noite, bastante intensiva. E também num dia como hoje, onde tivemos o ato contra o PL do aborto, o PL dos estupradores lá na Câmara. Então, estávamos lá se manifestando. E saudamos a presença de vários companheiros de luta. Está aqui a Débora, que mencionou como compartilhamos da construção do comitê de solidariedade à Palestina de Pernambuco, um dos comitês mais ativos do país, que tem feito atos, marchas recorrentes, denunciando o genocídio do povo palestino e chamando as centrais sindicais, chamando o movimento a se unir, porque o que percebemos também na nossa greve é isso. Onde estão as centrais sindicais? Porque deveria ser delas o papel de centralizar. Tem essas dificuldades. Mas, por outro lado, contamos com a disposição de luta, com as tradições e com os nossos métodos. É com essas armas que enfrentamos o capital e os governos que se colocam como defensores do capital. Obrigada, Chaguinha.

Resposta a Valter Pomar

A greve da educação federal e o governismo pseudocrítico

Nossa responsabilidade com o movimento exige impulsionar as tendências de luta na categoria, desmascarar o governo Lula/Alckmin e denunciar o desmonte da greve promovido pelo PSOL, PCB e PT

No dia 20 de junho, os agrupamentos de oposição à esquerda à diretoria do ANDES-SN publicaram uma nota intitulada: “Com zero% em 2024 e reajuste bem abaixo da inflação, a greve precisa continuar”. Horas depois, foi publicada a resposta de Valter Pomar, professor da UFABC, dirigente do PT e da corrente Articulação de Esquerda.

Pomar, como dirigente da Articulação de Esquerda/PT, faz críticas ao governo Lula, mas na condição de conselheiro. Porta-se como alguém que quer orientar o governo a não se desgastar com as bases universitárias que atuaram para o eleger, a não negociar com a Federação pelega Proifes, a mudar sua política monetária pró capital financeiro e oferecer algo acima de 0% como reajuste em 2024. Na condição de dirigente petista, Pomar nos desaprova por afirmarmos que a greve desnudou o caráter reacionário do Governo Lula-Alckmin. Que se critique medidas pontuais ou “opções” políticas, ele tem acordo. Mas rasgar a máscara das ilusões semeadas entre os professores e demais trabalhadores, aí já é demais.

Vale a pena fazer um retrospecto sobre quais foram as posições em relação à construção da greve por parte do Renova Andes, corrente do PT no interior do Andes-SN. No 42º Congresso do Andes, de 26 de fevereiro a 01 de março, o Renova se juntou com a diretoria do Andes para impedir que fosse aprovada a construção da greve do Andes e da Educação Federal no primeiro semestre. Jogar para o segundo semestre, na prática, significava ser contra a greve. A greve se impôs. Foi deflagrada nacionalmente em 15 de abril. As seções sindicais dirigidas pelo Renova seguraram o quanto puderam a deflagração da greve, desviavam a insatisfação das bases com indicativos de greve, estados de greve o que, no fim das contas, era não greve. Houve seção sindical que só entrou em greve em maio e junho!

O PT, portanto, tem duas alas no movimento docente. Uma por fora ou em choque com o ANDES-SN, seja alinhada ao Proifes ou no interior das IFEs atacando a greve e os grevistas. Outra interna, que resistiu o quanto pôde à deflagração, mas depois, atuou para impedir que o movimento se chocasse com Lula. O interesse de

Pomar em defender a greve é recente. Seu primeiro texto sobre o tema apareceu em seu blog em 23 de maio, simultâneo ao momento em que o Renova baixou em peso no Comando Nacional de Greve (CNG) e se juntou com a ALB para rebaixar a pauta de reivindicações por cima das assembleias de base. O Renova foi co-autor, junto com a ALB/diretoria, do Comunicado 84, de 16 de junho, que induz ao fim da greve, inflando as “conquistas” e colocando o ânimo da categoria para baixo. Nas quase quatro semanas em que Pomar publicou as suas notas em defesa da greve se dedicou a se diferenciar do Proifes e procurar convencer a executiva do PT a pressionar o governo a negociar com o movimento. A lógica do Renova e da ALB foi de que quanto mais modestas as reivindicações, mais fácil obter uma conquista, mesmo diante de um quadro em que as assembleias rejeitaram massivamente a proposta que o governo apresentou como última, desautorizando o Proifes a assinar. Depois da assinatura, várias universidades ainda entrarem em greve. Pomar afirma que a greve é um instrumento para obter conquistas e que se justifica quando há possibilidade de vitória. Em seu entendimento, a greve se esgotou depois do dia 14 de junho, data da última mesa de negociação com o governo (com a participação do MEC e do MGI). A resposta ao nosso manifesto serviu para repassar a nova orientação. Que, apesar das críticas, coincide com a fala de Lula: que os dirigentes tenham a coragem de acabar com a greve, que não deixe a greve morrer por inanição.

A linha dos coletivos de oposição (CAEL, Rosa Luxemburgo, Graúna, Militância Classista e Frente Única Andes-SN Classista (CPE/POR e ART), na greve, foi outra: manter nossas reivindicações, ampliar a unidade no interior de cada instituição de ensino com estudantes e técnicos administrativos (TAEs); coesionar a greve da educação federal; ampliar a unidade com o funcionalismo federal e com os demais trabalhadores. A pauta inicial permitia a expansão para além da educação federal. Há greves em curso na saúde federal, indicativos em setores do funcionalismo, greves estaduais e lutas contra a privatização e militarização da educação. No entanto, os demais sindicatos do funcionalismo e as maiores centrais sindicais bloquearam a unidade.

Pomar identifica que nossa avaliação é de que mantidos os atuais métodos de luta não conseguiremos arrancar mais nada do governo e isso é correto. O prolongamento da greve, sem a alteração da linha política de subordinar o movimento ao parlamento conduz o movimento a um beco sem saída. A possibilidade de outro rumo foi bloqueada pela ação das direções ao rebaixarem e se apoiarem nas tendências ao desânimo e à dispersão. A conduta das direções torna-se mais grave por se dar dias depois de Lula fazer seu sermão contra a greve, em reunião com os reitores, e chamar os dirigentes sindicais a terem a coragem de acabar com a greve. No mesmo dia em que essa fala foi feita, mais universidades entraram em greve.

Pomar acusa os signatários de apenas querer demarcar uma diferença com a diretoria do Andes. Por fim, se arvora à condição daqueles que têm a responsabilidade de conduzir o movimento

e manter condições para as próximas batalhas. Motivos não nos faltam para novas batalhas, o governo Lula (PT) mantém o arrocho salarial do funcionalismo e o estrangulamento orçamentário das instituições de ensino; preserva as contrarreformas e privatizações; e ainda prepara a desvinculação dos pisos constitucionais, a reforma administrativa e uma nova reforma da previdência, desvinculando o valor dos benefícios do salário mínimo. Pomar fala de lutas futuras, mas sabe bem que a proposta do governo em discussão é uma amarra até 2026, por conta do reajuste parcelado. Pomar conclui dizendo que “insistir na greve é fazer o jogo de quem trabalhou o tempo todo para derrotar o movimento”. Bloquear a greve é uma necessidade para impedir que o desgaste da figura de Lula tenha maiores efeitos nas eleições municipais. Na prática, a análise de Pomar é guiada pelo objetivo de evitar um choque maior da categoria com o governo Lula, o que o desnudaria perante camadas mais amplas de trabalhadores.

 **NOSSA CLASSE**
*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Junho de 2024

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária

Uma das reivindicações centrais de nossa campanha salarial: Que Lula e seu ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ex-metalúrgico, revoguem imediatamente as reformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização!

Faltam pouco mais de dois meses para a nossa data-base, em setembro. Até agora a campanha salarial continua no papel. A experiência de dividir em grupos para “negociar” com os patrões já demonstrou que só favorece os capitalistas. Essa será a segunda campanha salarial em que Lula e Marinho estão no comando do país. Ambos se recusam a revogar as contrarreformas dos governos Temer e Bolsonaro. Criaram um Conselho para discutir a reforma trabalhista e a terceirização, reunindo os patrões, governo e dirigentes sindicais, mas nada foi para frente. Ao contrário, o patronato continua com essas malditas contrarreformas. Nós, trabalhadores, continuamos amargando o pão que o diabo amassou com a terceirização, layoff, banco de horas e demissões. As empresas terceirizadas tomaram conta de quase todas as fábricas, pagando salários menores e superexplorando nossa força de trabalho.

É preciso dar um basta nessa situação. Na época das eleições, Lula prometeu que revogaria tudo que fosse contra o trabalhador.

Marinho repetiu que estaria ocupando o ministério para defender o trabalhador. Os dirigentes sindicais pediram nosso voto e também prometeram que este seria um governo diferente, porque estaria aberto ao diálogo com os explorados. Não vimos nada até agora. O salário mínimo continua de fome, a reforma trabalhista continua arrancando nossos direitos, a terceirização avança por todos os setores e conseguir uma aposentadoria se tornou um martírio para milhões de trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a exigirem que as direções sindicais convoquem as assembleias e que unifiquem a campanha salarial. Além da reposição salarial, essa campanha tem de exigir que o governo Lula e Marinho revoguem as reformas de Temer e Bolsonaro. No entanto, essa exigência só poderá ser concretizada se as assembleias aprovarem a organização, desde já, da greve. Sem a luta direta, nem os patrões, nem Lula e nem Marinho atenderão nossas justas reivindicações.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Por uma campanha salarial unificada! A divisão só interessa aos patrões!

Lutar pela reposição integral da inflação e aumento real! Por um piso salarial igual ao salário mínimo vital, suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias!

O Boletim Nossa Classe vem denunciando e combatendo, há muito tempo a divisão que a burocracia sindical dos metalúrgicos do ABC e de todo o país tem imposto à classe operária e aos demais trabalhadores. As campanhas salariais que antes eram unificadas, com a realização de assembleias gerais, uma só pauta e bancada de negociação, atualmente está dividida em vários grupos, que negociam separadamente com os patrões. A burocracia passou a fazer acordos que não repõem as perdas salariais com alguns grupos patronais e deixam os demais setores sozinhos, isolados para fazerem a luta. Conclusão: termina a campanha salarial e o piso salarial da maioria dos trabalhadores continua uma miséria, insuficiente para manter uma família. Segundo o Dieese, o salário mínimo necessário para manter uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 6.890,00.

É por esse motivo que o Boletim Nossa Classe chama os operários a exigirem que os sindicatos convoquem assembleias gerais

democráticas, com direito dos trabalhadores se expressarem e apresentarem suas propostas, que devem ser discutidas e votadas por todos. Devemos acabar com a divisão entre trabalhadores efetivos, terceirizados e temporários. Somos uma só classe.


As reivindicações que unificam e defendem a vida dos trabalhadores e suas famílias são: 1) Reposição integral da inflação e aumento real; 2) Por um piso salarial igual ao salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores em suas assembleias. São os trabalhadores que sabem quanto é necessário para manter suas famílias; 3) Emprego a todos por meio da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, e a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho (escala móvel das horas de trabalho); 4) Efetivação de todos os trabalhadores terceirizados; 5) Revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, e da lei da terceirização.

Operários da Volkswagen revoltados rejeitam proposta de horas extras!

No dia 11 de junho, o sindicato metalúrgico do ABC realizou assembleia com os trabalhadores da Volkswagen e colocou em votação a proposta de trabalhar vários sábados adicionais e feriados como horas extras. A empresa alegou que necessita recuperar a produção perdida durante as férias coletivas, que ela havia concedido. Frente as críticas de um operário no setor, antes da assembleia, o Leandro, representante da Comissão de fábrica da Ala 1, estamparia, falou que “por ele os sábados adicionais horas extras seriam obrigatórios”. Vejam companheiros, o grau de servilismo a que chegaram esses diretores sindicais traidores! Abandonaram totalmente a defesa dos trabalhadores e passaram a defender os interesses da patronal. O coordenador da comissão de fábrica na assembleia fez todo tipo de manobra para tentar aprovar a proposta da fábrica. Porém, colocado em votação, a maioria dos operários rejeitou a proposta. Alguns operários reclamaram que já estão trabalhando 10 minutos diários de compensação, e trabalhando sábados para pagar banco de horas negativos. Agora, a empresa e a pelegada do sindicato querem empurrar mais trabalho aos sábados e feriados.


O Boletim Nossa Classe chama os operários da Volkswagen e demais empresas a se organizarem, para construir as comissões de luta, independente, classista e revolucionárias, para expulsar os dirigentes traidores do sindicato. Chamamos os operários a rejeitarem os acordos de horas extras, de Banco de Horas, PDV, Layoff, que só beneficiam os pa-

trões, e a lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Por emprego a todos, dividindo as horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho (escala móvel das horas de trabalho).



Adquira com o distribuidor do Nossa Classe:

**CAMPANHA DO BOLETIM NOSSA CLASSE
CONTRA AS DEMISSÕES E OS
ACORDOS DE FLEXIBILIZAÇÃO
CAPITALISTA DO TRABALHO**





Nossa luta por um programa próprio e pela independência política da classe operária e dos demais explorados

Vencer a burocracia sindical, para acabar com as traições às necessidades mais elementares do proletariado

Constituir as oposições sindicais, classistas e revolucionárias

Trabalhar pela construção do Partido Operário Revolucionário (POR)

SÃO PAULO
2023

Formação política

A origem e o papel dos sindicatos

Os sindicatos nasceram num estágio de ascensão do capitalismo, ou seja, de grande desenvolvimento das forças produtivas industriais. Os sindicatos surgiram da luta de classes, das revoltas espontâneas contra a opressão da classe burguesa sobre a classe operária. A burguesia (patrões) os combateram a ferro e fogo para que não viessem a se impor, pois se tratava de uma organização proletária. Através dos sindicatos, a classe operária superava a ausência de organização coletiva e imprimia à luta de classes uma nova dinâmica em relação às manifestações espontâneas. Passaram a expressar as reivindicações do proletariado (trabalhadores assalariados) de forma organizada. As reformas obtidas foram produto da luta de classes acirrada.

Os sindicatos se edificaram como organização independente do proletariado frente a burguesia e seu estado. Tal independência refletia a capacidade do proletariado de se organizar como classe revolucionária. Não mais comparecia como uma classe dispersa e descontente com as consequências sociais do sistema de exploração da minoria opressora sobre a maioria oprimida. Mas sim como a classe capaz de se organizar à margem das instituições patronais

e impor-se como classe organizada. Frente as relações capitalistas de produção e apropriação das riquezas, em que os operários individualizados são obrigados a vender sua força de trabalho como mercadoria e concorrem entre si no mercado de trabalho, os sindicatos independentes se impuseram como uma conquista revolucionária.

Como podemos ver nessa primeira parte da formação política, os sindicatos surgiram como organização independente da classe operária, para combater a exploração da burguesia (patrões) e seu Estado. Atualmente, as direções sindicais ligadas à CUT, à Força Sindical e demais centrais, ao apoiarem o governo burguês de Lula/Alckmin, abandonaram a luta independente da classe operária contra a exploração capitalista e estatizaram os sindicatos e centrais.

O Nossa Classe chama os operários a exigirem que os sindicatos e centrais rompam com o governo burguês de Lula e organizem a luta com independência política, convocando um Dia Nacional de Luta, com manifestações e bloqueios, como preparação da greve geral, em defesa dos empregos, salários e direitos.

Mais um massacre na faixa de Gaza! Fim do Genocídio do povo Palestino!

No dia 8 de junho, um dia após completar 8 meses de ocupação na faixa de Gaza, as forças do Estado Sionista de Israel desfecharam um ataque por terra e ar, matando 274 palestinos, entre eles 64 crianças e adolescentes, e 57 mulheres, estimando-se 698 feridos. Contabilizam-se 37.124 vítimas fatais da ofensiva militar de Israel. A decisão de passar por cima de milhares de corpos para o Estado

sionista apossar-se dessa parte do que restou do território palestino expressa a estratégia do genocídio.

Pela retirada imediata e incondicional do exército sionista de Israel da Faixa de Gaza. Pela autodeterminação do povo palestino! Por uma República socialista que una judeus, palestinos e árabes!

Resposta do Boletim Nossa Classe

O que leva a queda da sindicalização?

No mês de junho, o IBGE aponta a queda de sindicalização de trabalhadores em todo o país. Os dados foram coletados em 2023. Mostra que dos 100,7 milhões de trabalhadores com emprego apenas 8,4% eram filiados ao sindicato. Revela que em apenas um ano os sindicatos perderam 713 mil sindicalizados. Diz ainda que se se levar em comparação o ano de 2012, quando existiam 89,7 milhões de ocupados, a queda foi maior, visto que havia 14,4 milhões de trabalhadores sindicalizados, ou seja, 16,1%. A pesquisa indica, também, que a maior queda ocorreu no sul, embora as maiores taxas de sindicalização continuem sendo nessa parte do país. Na região sul, 9,4%; no Nordeste, 9,5%, enquanto no Sudeste é de 7,9%. Os servidores públicos são os mais sindicalizados, com 18,3%.

O fundamental dessa pesquisa é compreender as razões que levam os trabalhadores rejeitarem a sindicalização. Esse fenômeno não se restringe ao Brasil. As taxas de sindicalização no mundo vêm sendo também reduzidas. No Brasil, sempre foi muito baixa e, nos últimos anos, chegou a esse percentual minúsculo de 8,4%. Há fatores objetivos e subjetivos que provocam a crescente queda.

O Boletim Nossa Classe destaca as causas que são determinantes: 1) as demissões. O trabalhador vive ameaçado de demissão, o que o desencoraja a arcar com o valor da filiação. Quando demitido, se vê na contingência de assumir qualquer posto de trabalho, nem sempre o novo emprego corresponde ao sindicato da função exercida anteriormente; 2) o trabalho temporário. Conforme vem

crescendo o emprego por tempo determinado, mais difícil convencer o trabalhador a se filiar ao sindicato; 3) a reforma trabalhista. A partir de 2017, Temer impôs um conjunto de medidas de precarização do trabalho e destruição de direitos. Entre elas: o avanço da terceirização para todas funções das fábricas e serviços públicos. Os trabalhadores são contratados por empresas terceirizadas, e contam somente com sindicatos de fachada; o trabalho intermitente, quando o trabalhador é chamado para exercer a função em alguns dias da semana ou mês, portanto o vínculo com um sindicato passa ser extremamente difícil; o aumento do chamado empreendedorismo, quando o trabalhador assume um pequeno negócio e é proprietário e mão-de obra ao mesmo tempo, portanto, não vê necessidade de recorrer ao sindicato.

De todos esses fatores apontados, a reforma trabalhista, sem dúvida, é a causadora da baixa sindicalização nos últimos anos. Não por acaso, em determinados momentos, como esse que vivemos agora, assistimos a um crescimento da mão de obra ocupada, no entanto, as condições impostas pela reforma trabalhista fazem com que a filiação sindical passe a ser mais um peso diante dos baixos salários e das ameaças permanentes de perda do posto de trabalho.

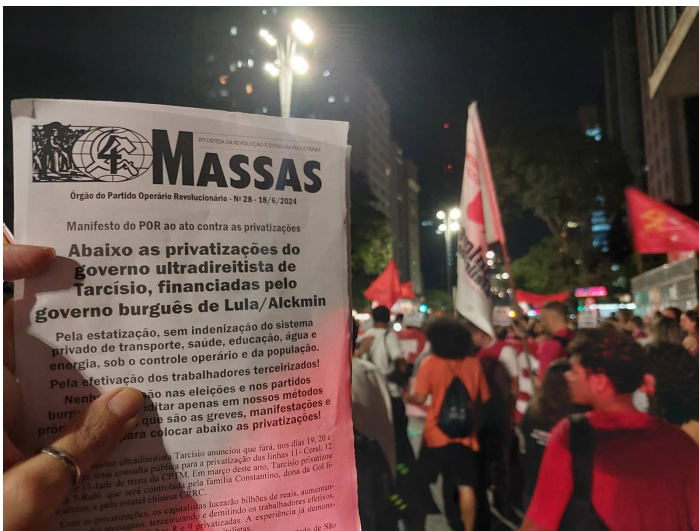
Mas o principal da queda da sindicalização está nas condições subjetivas, isto é, na política das direções sindicais. São burocracias que transformaram o sindicato em aparatos transmissores da política burguesa. São direções que abandonaram a defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores e passaram a defender os

pleitos do patronato. Exercem a colaboração de classes, em oposição à luta de classe. Diante das ameaças de demissões, aceitaram os acordos de flexibilização capitalista (banco de horas, PDV, layoff). Frente a reforma trabalhista e à lei da terceirização, foram incapazes de organizar os explorados para enfrentar Temer e o Congresso Nacional. Para se proteger da queda de sindicalização, fizeram do sindicato uma empresa de venda de serviços (planos de saúde, cursos profissionais etc.). Essa situação acabou criando desconfiança entre uma parcela de trabalhadores, que na maioria dos casos confunde o sindicato com a sua direção.

Como responder a essa trágica situação? Não há outro caminho senão recuperar os sindicatos para a luta. O que implica o combate às direções sindicais colaboracionistas, a defesa da democracia sindical em todas as instâncias do sindicato (das assembleias, das eleições e dos congressos), a constituição das comissões de fábrica independentes do patrão e do governo e a luta por um programa próprio de reivindicações. Essa é a única forma de ganhar a confiança dos trabalhadores para que venham a fazer parte de um instrumento de luta, que é o sindicato.

São Paulo

Intervenção do POR no ato contra as privatizações



O ato contra as privatizações realizado no dia 20 de junho, na Av. Paulista, apesar do grande número de panfletos entregues nas estações de trem e metrô, fazendo o chamado para o ato, não contou com a presença da classe operária, dos demais trabalhadores e da juventude. Foi um ato de vanguarda. Os sindicatos dos metroviários, ferroviários, da Conlutas/PSTU, que têm milhares de trabalhadores em suas bases, e que assinaram a convocatória, não realizaram assembleias para convocar os trabalhadores para participarem do ato. Ao contrário, como sempre, enviaram apenas membros das direções para fazerem falas demagógicas e tentar arrastar os trabalhadores para a saída burguesa das eleições.

Na reunião da frente única de luta que definiu a data do ato foi aprovado para a convocatória a consigna “Contra as privatizações! Fora Tarcísio”. Nós, do POR, apresentamos a proposta de incluir no panfleto de convocatória a consigna “Toda força à luta contra as privatizações do governo Tarcísio. Em defesa dos empregos, salários e direitos”. Argumentamos que “Fora Tarcísio” personifica o problema. Que a luta é contra a privatização do governo Tarcísio e de toda a burguesia. Além disso, a consigna “Fora Tarcísio” tem, como teve a consigna “Fora Bolsonaro” dos vários atos organizados na Paulista em 2021, pela Frente Povo Sem Medo e Brasil Popular, um caráter totalmente eleitoral. Por isso, os atos de 2021 foram canalizados para o apoio a frente ampla burguesa de Lula/Alckmin. O caráter eleitoral desta consigna ficou claro também durante as panfletagens nas estações de trem e do metrô, quando alguns trabalhadores ao lerem o “Fora Tarcísio”, perguntavam “qual candidato vocês defendem?” ou “quem vocês defendem para colocar no lugar dele?”. Ai está a importância de colocar no panfleto de convocatória para o ato, a consigna contra as privatizações, em defesa dos empregos, salários e direitos. Desta forma

podemos fazer toda a agitação para a luta contra as privatizações, para debater e ganhar os trabalhadores, que ainda não entenderam que a privatização significa, demissão, terceirização, baixos salários e redução de direitos. Será ganhando os trabalhadores para a luta contra as privatizações e a terceirização, em defesa dos empregos, salários e direitos, que colocaremos abaixo o plano privatista do governo ultradireitista de Tarcísio e de toda a burguesia, financiado pelo governo burguês de Lula/Alckmin.

O POR trabalhou ativamente para a realização do ato. Participou das panfletagens. Distribuiu o Boletim Nossa Classe nas fábricas fazendo o chamado aos operários. Elaborou e entregou um manifesto com nossa linha no dia do ato, defendendo a estatização, sem indenização do sistema privado de transporte, saúde, educação, água, energia, sob o controle operário e da população. Nenhuma ilusão nas eleições e nos partidos burgueses. Acreditar apenas em nossos métodos próprios de luta, que são as greves, manifestações e bloqueios, para colocar abaixo as privatizações.

Pronunciamento do POR no ato

Boa noite, camaradas, eu falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Quero destacar aqui, primeiramente, a importância da constituição deste comitê contra as privatizações, porque como já foi colocado, a ultradireita está avançando não só no Brasil, mas no mundo inteiro. O sistema capitalista se encontra em profunda decomposição. A guerra na Ucrânia, a guerra de dominação na Palestina e o genocídio do povo palestino levado a cabo pelo Estado Sionista de Israel, financiado pelo imperialismo são provas da decomposição do capitalismo. O que coloca a necessidade urgente de constituir a Frente Única anti-imperialista. Essa é a resposta que a classe operária mundial deve dar para o avanço da barbárie do sistema capitalista e da ultradireita. O governo Tarcísio expressa a política de privatização do imperialismo.

Nós estamos vendo a disputa interburguesa. De um lado, a frente burguesa encabeçada pelo PT/Lula/Alckmin, que está financiando através do BNDES as privatizações, as PPPs, que o governo de ultradireita está levando a cabo aqui em São Paulo. Por isso, nosso manifesto coloca abaixo as privatizações do governo ultradireitista de Tarcísio, financiadas pelo governo burguês de Lula/Alckmin. Portanto, chamamos a classe operária, os camponeses, os estudantes e demais explorados a não terem nenhuma ilusão nos partidos burgueses, a não terem nenhuma ilusão nas eleições. Está provado que a ultradireita não se combate e não se coloca abaixo por meio das eleições. Porque aqui na Paulista tivemos em 2021, vários atos “Fora Bolsonaro”. E para onde foi toda aquela luta? Foi canalizada para a saída burguesa das eleições. Chamamos a classe operária a rechaçar toda via eleitoral. A acreditar apenas no método da ação direta, da greve.

Por isso, nós do POR chamamos a classe operária e demais explorados a exigirem que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com manifestações e bloqueios, como preparação da greve geral, em defesa de um programa próprio da classe operária. A luta contra as privatizações deve estar ligada à luta contra a terceirização, que vem junto com a privatização. O governo Tarcísio já privatizou linhas da CPTM, terceirizou a bilheteria, precarizando as condições de trabalho, que nós conhecemos muito bem. Por isso, é necessário levantar a bandeira pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados, por um salário mínimo que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias. Para concluir camaradas, nós do POR consideramos de extrema importância unificar, construir uma frente única de luta dos trabalhadores em todo o país, para colocar abaixo a privatização do governo Tarcísio, mas também as do governo burguês de frente ampla.

Manifesto do POR ao ato contra as privatizações

Abaixo as privatizações do governo ultradireitista Tarcísio, financiado pelo governo burguês Lula/Alckmin

Pela estatização, sem indenização do sistema privado de transporte, saúde, educação, água, energia, sob o controle operário e da população.

Pela efetivação dos trabalhadores terceirizados!

Nenhuma ilusão nas eleições e nos partidos burgueses! Acreditar apenas em nossos métodos próprios de luta, que são as greves, manifestações e bloqueios, para colocar abaixo as privatizações!

O governador ultradireitista de Tarcísio anunciou que fará nos dias 19, 20 e 21 de junho uma consulta pública para a privatização das linhas 11- Coral, 12-Safira, e 13-Jade de trens da CPTM. Em março deste ano, Tarcísio privatizou a linha 7-Rubi, que será controlada pela família Constantino, dona da Gol linhas aéreas, e pela estatal chinesa CRRC.

Com as privatizações os capitalistas lucrarão bilhões de reais, aumentando o preço das passagens, terceirizando e demitindo os

trabalhadores efetivos. Como aconteceu com as linhas 8 e 9 privatizadas. A experiência já demonstrou que as privatizações só favorecem os capitalistas.

O bolsonarista Tarcísio desde que assumiu o governo do estado de São Paulo lançou seu gigantesco plano de privatização. Faz e fez parte desse plano a privatização da Sabesp, do Metro e da CPTM. Mas, vai mais longe. Marcou para novembro a privatização de 33 escolas públicas. A política de Tarcísio tem dois eixos fundamentais: 1) as privatizações; 2) o fortalecimento da Segurança Pública, ou seja, a matança de trabalhadores e jovens da periferia de São Paulo. E em municípios, como ocorreu no Guarujá, onde dezenas de pobres foram assassinados a mando de Tarcísio e de seu secretário de Segurança, o sanguinário Derrite.

O problema da privatização não se limita ao estado de São Paulo. A privatização acontece em todo o país e conta com o financiamento do governo burguês de Lula/Alckmin, que entregou R\$ 10 bilhões para o governo Tarcísio levar adiante seu plano privatista. As poucas empresas estatais ou semi-estatais que restaram estão, agora, na mira das privatizações, a exemplo da Petrobras. Como se vê, trata-se de uma política geral dos governos burgueses, sejam de ultradireita, direita ou pseudo-reformista, como o de Lula.

O Partido Operário Revolucionário, junto a outras organizações e movimentos, faz parte do Comitê contra as privatizações e tem defendido que é somente com a greve, as manifestações de ruas, a ação direta e coletiva das massas em todo o país que colocaremos abaixo as privatizações e defenderemos os empregos, salários e direitos.

Esse ato deve ser o primeiro passo na tarefa de constituir comitês de luta contra as privatizações nas fábricas, bairros, escolas etc. por todo o país. Devemos exigir que os sindicatos e centrais rompam com o governo burguês de Lula, se coloquem no campo da independência política e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral, pelo fim das privatizações, pela reestatização das privatizadas, sem indenização e sob o controle operário da produção.

O POR chama a classe operária, a juventude e demais explorados a não depositarem nenhuma ilusão nas eleições burguesas, nos partidos burgueses, que desde já não fazem outra coisa senão pedir votos e prometer o atendimento das reivindicações para a maioria oprimida. NÃO, companheiros! Nossas reivindicações serão conquistadas por meio de nossa luta, enfrentando os governantes e seus planos antinacionais e antipopulares. Nosso objetivo é construir nosso próprio partido, que tem como objetivo derrotar o capitalismo, raiz de todas as desgraças que recaem sobre os explorados. É desde já que trabalhamos para construir nosso instrumento que porá fim ao sistema de exploração do trabalho e erguerá um governo operário e camponês, que será resultado da revolução proletária.

São Paulo

O conteúdo de classe do Movimento VAT (Vida Além do Trabalho)

Surgido das redes sociais, a partir do influenciador Ricardo Azevedo, o movimento Vida Além do Trabalho, VAT, tem ganhado projeção, não só nas redes e grandes mídias, mas também nas manifestações e com apoio explícito de diversas correntes de esquerda como PSOL, PCB, MRT, PSTU etc. Sua principal expressão se dá por uma petição online dirigida à Câmara de Deputados, que neste momento reúne pouco mais de 1 milhão de assinaturas. Sua proposta é a de acabar com a escala 6x1, que é “uma das principais causas de exaustão física e mental dos trabalhadores. A carga horária abusiva imposta por essa escala de trabalho afeta negativamente a qualidade de vida dos empregados, comprometendo sua saúde, bem-estar e relações familiares”. No

texto da petição lê-se em sua abertura: “Nós, cidadãos e cidadãs preocupados com as condições de trabalho no Brasil, vimos por meio deste abaixo-assinado expressar nossa profunda inquietação em relação à atual situação dos trabalhadores brasileiros e solicitar uma revisão na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com o objetivo de proporcionar uma vida além do trabalho, como preconizado pelo Movimento VAT (Vida Além do Trabalho).”

De fato as condições de trabalho no Brasil vem se decompondo muito rapidamente, principalmente depois de 2017 com a aprovação da Reforma Trabalhista, que destruiu as bases da CLT. Jornadas de 12 horas, a escala 6x1, o negociado sobre o legislado, o contrato de Pessoa Jurídica (Pejotização), os Layoffs, PDVs, PDIs,

bem como a massa de trabalhadores informais e desempregados, formam um quadro resumido das condições precárias de trabalho no país. Este quadro pode ser verificado mais facilmente entre os trabalhadores dos setores mais explorados como os entregadores, lojistas/varejistas, trabalhadores do setor de serviços, motoristas, operários da construção civil etc.

O Movimento VAT acerta em fazer a denúncia dessa situação. Acerta também em fazer a defesa da redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Cabe então uma discussão com os companheiros desse movimento se os caminhos buscados para se conquistar tais reivindicações podem mesmo levar às vitórias. O VAT, tem buscado o caminho institucional para travar essa luta, sem se dar conta que foi justamente por esse caminho que os direitos trabalhistas no país foram ceifados, no contexto da profunda crise econômica que se abateu sobre o país em 2015-2016, quando a burguesia brasileira e seus serviços, governos e legisladores, atenderam à imposição imperialista de cortar na carne dos trabalhadores o que fosse necessário para manter a taxa média de lucro o capital. Assim, o VAT apela para os representantes da Câmara Federal: “Nesse sentido, instamos a Câmara Federal a considerar as seguintes ações: Revisão da escala de trabalho 6x1 e a implementação de alternativas que promovam uma jornada de trabalho mais equilibrada, permitindo que os trabalhadores desfrutem de tempo para suas vidas pessoais e familiares; Debate público aberto e transparente, envolvendo representantes dos trabalhadores, empregadores e especialistas em direitos laborais, para encontrar soluções viáveis e justas que melhorem as condições de trabalho no Brasil; Criação de políticas de proteção ao trabalhador que incluam o direito a férias regulares, licença parental, limitação de horas extras, entre outras medidas que promovam a saúde física e mental dos empregados; Fiscalização rigorosa para garantir o cumprimento das novas regulamentações trabalhistas e a punição de empresas que desrespeitem os direitos dos trabalhadores.”

Como se vê, a denúncia correta não leva necessariamente às reivindicações e aos métodos de luta corretos. O Movimento VAT aprofunda o erro ao justificar a necessidade de redução da jornada de trabalho para aumentar a produtividade do trabalho, ou seja, a produção da mais-valia para o capitalista, e para se alinhar à reivindicação burguesa de “desenvolvimento sustentável”. Eis o que diz o movimento em sua petição: “Não podemos ignorar que, em um mundo cada vez mais conectado e com avanços tecnológicos, devemos reavaliar as práticas de trabalho que afetam a saúde e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Trabalhadores saudáveis e satisfeitos são mais produtivos e contribuem para o desenvolvimento sustentável do país.” Foi

justamente este argumento, de ‘ganho de produtividade’, que o movimento se entronca com setores do PT e PDT. Em dezembro de 2023, um projeto relatado pelo senador Paulo Paim, de autoria do PDT (PL 1105/2023), foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, indo para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Se aprovado, vai para a Câmara e depois para a sanção presidencial. O projeto prevê a redução da jornada sem redução de salário para até 36 horas semanais, “mantendo 100% da produtividade”. Nos debates nestas comissões a possibilidade de redução salarial foi incluída, desde que aprovada em convenção sindical.

Ao expressar uma reivindicação correta dos trabalhadores, mas limitar a atuação desses mesmos trabalhadores a uma assinatura de petição e campanhas virtuais, o VAT comparece como sintoma da integração das direções sindicais ao capitalismo. É possível, no entanto, que alguém interponha esse argumento dizendo que o VAT está nas manifestações e até convocando manifestação própria, como no 1º de Maio. De fato, o VAT compareceu no 1º de Maio com uma manifestação própria, servindo, de forma consciente ou não, ao profundo divisionismo das esquerdas, que em São Paulo contou com cinco manifestações diferentes no Dia do Trabalhador, quando a tarefa era unificar as lutas. Já nas demais manifestações encontramos os panfletos do VAT com direcionamento para a petição online direcionada à Câmara. Por esse caminho o VAT não será capaz de conquistar as reivindicações que defende, nem fortalecer a organização dos trabalhadores para enfrentar não só a escala 6x1 como toda a destruição dos direitos trabalhistas no país.

A decomposição dos direitos trabalhistas é fruto da ação da burguesia internacional e só pode ser respondida pelos meios e métodos da luta de classes. No centro dessa luta deve estar a revogação da reforma trabalhista, aprovada pela ditadura civil de Temer e mantida nos governos Bolsonaro e Lula. A recusa das centrais sindicais, dos grandes sindicatos e partidos em construir uma luta pela revogação da reforma trabalhista, bem como pelo fim da terceirização, faz com que surjam movimentos como este, que apesar de correto em sua reivindicação geral, é incapaz de resolver o problema das massas por prescindir da ação direta e da luta de classes. Certamente o VAT se fortaleceria se ampliasse a reivindicação de fim da escala 6x1 para a revogação da reforma trabalhista, mas ainda mais importante seria convocar as grandes centrais sindicais, sindicatos e movimento a fazer uma ampla campanha pela recomposição dos direitos. Os métodos dessa campanha deveriam ser as mobilizações massivas, as greves etc. Sem isso, apesar da reivindicação geral ser estritamente proletária, seu conteúdo de classe permanece pequeno-burguês, tentando conciliar os interesses das classes antagônicas (redução da jornada com aumento da produtividade e desenvolvimento sustentável).

Rio Grande do Norte

Decisão judicial determina pagamento direto dos salários e rescisões aos terceirizados da limpeza da UFRN

Após inúmeras paralisações e pressões das bases, o Sindicato da Limpeza (Sindlimp-RN) resolveu entrar, em meados de maio, com a ação judicial solicitando bloqueio das verbas da UFRN para pagamento dos salários. No dia 19 de junho, após audiência, o TRT determinou o bloqueio de modo que a UFRN, até o final do contrato, pague diretamente aos trabalhadores os salários e rescisões do final do contrato, que se encerra em 02/08, e somente as sobras (ou seja, o lucro) serem repassadas à empresa. Com a decisão, a UFRN contabilizará a folha sem que tenha que ocorrer o atraso da empresa. Os trabalhadores receberam a notícia como uma conquista e um alívio, uma vez que, tudo indica, terão o próximo pagamento e verbas rescisórias assegurados. A notícia de que a atual empresa Criart perderá o contrato em agosto também foi comemorada pelos trabalhadores. No entanto, permanecem preocupados sobre qual será a próxima empresa que assumirá o contrato e se terão seus empregos garantidos.

Além da ausência da estabilidade, a terceirização traz o problema de que, a cada encerramento de contrato e troca de empresa, nem todos os trabalhadores são recontratados, uma parte é simplesmente demitida e não retorna. Muitos trabalhadores da UFRN já estão há 10, 15, 20 anos passando de uma empresa a outra, sempre na incerteza se continuarão ou não no contrato seguinte.

A Corrente Proletária/POR, diante dessa situação, tem denunciado o caráter parasitário da terceirização, que fica ainda mais evidente quando a UFRN paga diretamente os salários. Tem propagandeado a bandeira da efetivação imediata dos trabalhadores terceirizados, sem necessidade de concurso, como forma de romper de uma vez por todas com esse ciclo sem fim em que sai empresa e entra empresa, mas permanecem as mesmas condições precárias de trabalho e direitos.

Rio de Janeiro

Escalada de violência golpeia a população pobre

Em menos de um mês, a cidade do Rio de Janeiro se viu marcada por uma escalada da violência nas regiões Norte e Oeste. Visando o período eleitoral que se aproxima, a questão da segurança pública na cidade passa a ser o carro-chefe dos discursos eleitorais, tanto da direita, quanto da esquerda reformista, uma vez que ambas se colocam como melhores gestores da barbárie que avança na cidade. Enquanto isso, a classe operária e a maioria oprimida seguem pagando o alto custo da violência.

No início do mês de junho, na Zona Oeste, surgiram embates entre milicianos, após a execução de um dos líderes da região. Além de ônibus sequestrados e depredados, as ações dos milicianos também afetaram diretamente o acesso da população a saúde já que com a escalada dos conflitos e tiroteios muitas Clínicas da Família passaram a fechar mais cedo, principalmente na região de Rio das Pedras. Já na Zona Norte, a violência tem marcado presença no Complexo Maré onde, nas últimas semanas, houve um aumento intenso das operações no conjunto de favelas. As operações que tem como justificativa “prender envolvidos em crimes de roubo de carga”, acabam afetando todos os segmentos de serviços essenciais da comunidade, inclusive, provocando a suspensão das aulas na região.

Sem perspectiva de uma solução rápida para essa situação, o proletariado carioca é obrigado a enfrentar diariamente a violência das polícias e das milícias, de um lado, a violência do narcotráfico, de outro, isso tudo paralelamente à miséria e a fome que marcam o dia a dia dos explorados. É nesse contexto que começam a se desenhar as candidaturas para a prefeitura da cidade. O maucaratismo começa a ser estampado nos muros e nas redes sociais, anunciando os novos salvadores da cidade.

A esquerda centrista começa a se apresentar para as eleições completamente dividida, cada um com seu candidato para a prefeitura ou para a Câmara de Vereadores. Radicalizando o discurso vazio, fortalecendo a democracia oligárquica e iludindo as massas de que por meio das eleições elas podem ter uma “alternativa socialista” ou algo semelhante.

É tarefa da vanguarda com consciência de classe desmascarar esses oportunistas e convocar os explorados a confiarem em suas próprias forças para lutar com seus métodos próprios, as greves, as manifestações etc., por um programa próprio de reivindicações, que inclua as necessidades imediatas como empregos e salários, além da luta contra a violência reacionária dos milicianos, traficantes e governantes.

Rio Grande do Norte

Direção do SINTE/RN aceita a miserável proposta do governo petista

No dia 14 de junho, ocorreu a assembleia do SINTE. A direção do sindicato não fez nenhum esforço para convocar os trabalhadores da educação. Ao contrário, divulgou a assembleia um dia antes. O resultado não poderia ser outro, uma assembleia com 60 pessoas. No entanto, uma assembleia que discutiria a proposta do governo do PT de parcelar em 19 vezes o retroativo. Além de descumprir o acordo de greve de 2023 das 8 parcelas (proposto pelo próprio governo), implica que o retroativo de 2023 ainda será pago até o final de 2025, o que certamente será usado pelo governo Fátima como um obstáculo para a concessão de reajuste em 2025. Esse novo parcelamento ainda reduz praticamente pela metade o valor da parcela de retroativo recebida pelos trabalhadores. Por exemplo, se até o mês passado um professor recebia R\$ 500 de retroativo por mês (referente ao retroativo de 2022), neste novo parcelamento passará a receber R\$ 275 de retroativo por mês.

Apesar da manobra da direção do sindicato, uma parte dos professores propôs que fosse convocada uma nova assembleia para o início de julho (após o recesso), mas foi desconsiderada. A

direção do sindicato conduziu a votação na forma de “aceitação” ou “rejeição” da proposta do governo. Com aproximadamente 60 pessoas presentes, cerca de 65% dos votos foram pela aceitação, e 35% dos votos pela rejeição.

O governo agiu de forma proposital, quebrando o acordo das 8 parcelas justamente no recesso, colocando uma faca no pescoço da categoria. Seu objetivo, com as 19 parcelas, é reduzir os recursos da educação no Orçamento, tirando da remuneração dos professores e direcionando essas verbas para pagamento da dívida pública estadual, ao mesmo tempo em que mantém amplos incentivos fiscais aos capitalistas no estado.

Com esse novo ataque do governo Fátima (PT/MDB), que contou com a colaboração da direção do SINTE (PT), faz-se necessário a constituição de uma fração revolucionária no interior do movimento, que expresse as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores em educação, a democracia sindical das bases e a independência político-sindical frente aos governos.

Rondônia

Mais uma vez o governo do estado golpeia os trabalhadores da educação

A direção do Sinter, há muito vem colaborando com o governo do coronel Marcos Rocha. Foram meses de negociações com o governador, nas chamadas “mesas de negociação”. Basta lembrar que a proposta da tal mesa de negociação foi rejeitada em 15 de abril pela assembleia, que se colocou por uma contraproposta e pela greve. Foi encaminhada essa contraproposta para Secretaria que aceitou. A direção sindical, por sua vez, em

assembleia do dia 22 suspendeu a greve, com o argumento de foi firmado um acordo com a Secretaria e que a contraproposta seria cumprida no pagamento de junho, através de uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa. No dia 25 de junho saiu o contracheque e nada de cumprimento do famigerado acordo. Este fato gerou um descontentamento nos trabalhadores. Ao perceber a situação, imediatamente os burocratas do sindicato

convocam uma assembleia com urgência para explicar os trâmites para a categoria. Foram muitas explicações para a base. Diante das explicações, a categoria deliberou pela greve imediatamente, mas com as manobras feitas “ficou decidido que, caso não haja a publicação da Lei até o dia 30 de junho, a entidade fará uma assembleia com indicativo de greve será realizada na próxima quarta-feira (3).”

Ceará

Campanha de solidariedade e denúncia de perseguição garantem readmissão do professor Rafael Belizário

A demissão do professor Rafael Belizário, do último concurso de 2018, provocou indignação e motivou uma ampla campanha de solidariedade na vanguarda da categoria.

Rafael Belizário leciona na cidade de Iracema, região Jaguaribara do Ceará, e foi lotado desde 2023 em duas unidades escolares da rede estadual de ensino. Inicialmente, quando procurou a escola, foi lhe negada a lotação pela diretora e a Crede. Ao buscar a Seduc para resolver seu problema, foi finalmente concedida a lotação. Assim, se iniciou a perseguição política por parte do núcleo gestor da EEMTI Dep. Figueiredo Correia e Superintendência do CREDE 11 – Jaguaribe, ao mexer com os protegidos da direção escola. Essa relação promíscua é muito comum no interior do estado. A tirania do núcleo gestor arregimentou os PCAs, grêmio estudantil e alunos com o aval da Crede 11, para criar as condições de punição ao professor mediante um relatório desfavorável do estágio probatório. Abriu-se irregularmente um processo administrativo com uma avaliação extraordinária do seu probatório em apenas dois anos de exercício, sem direito à defesa! O resultado foi sua exoneração em junho.

O professor buscou apoio da APEOC (PCdoB, PT, PSOL) para reverter sua situação, mas esta negou disponibilizar sua assessoria jurídica, alegando que Rafael não era filiado à entidade. Propôs,

A Corrente Proletária/POR interveio com fala na defesa da greve imediata pelo cumprimento das reivindicações, mostrando que os métodos de lutas utilizados através de mesas negociações e dar trégua para ao governo só levam à derrota. Somente o método da ação direta é capaz de arrancar do governo as reivindicações vitais para os trabalhadores da educação.

em lugar disto, indicar um advogado particular com o qual o professor pagaria se fosse readmitido (o equivalente a duas remunerações dele). Ao procurar a FPM, as correntes de oposição se colocaram por sua defesa e convocaram a categoria para um ato na Seduc, exigindo a readmissão imediata do professor.

Somente na última terça-feira, após a repercussão do caso na categoria e a pressão da oposição com ato de rua, o Sindicato APEOC manifestou-se publicamente contra a demissão e correu a mobilizar diretores e advogados para negociar junto à Seduc a anulação da exoneração, ainda que o processo administrativo seguisse.

A Corrente Proletária na Educação/POR, que integra a Frente Permanente de Mobilização, fez campanha própria com cartazes e nota denunciando a perseguição e exigindo a reintegração, assim como a organização de atos (em frente à escola, à Crede e Seduc) para pressionar o governo Elmano. Defendeu também a exigência de que o sindicato APEOC fizesse a defesa do professor.

A reintegração de Rafael Belizário foi uma vitória da categoria diante das perseguições e uma vitória das oposições sobre a burocracia da Apeoc. Reforça a tradição de luta contra a odiosa perseguição e abusos dos gestores. Não há outro caminho para o fortalecimento da consciência de classe dos explorados.

Fortaleza

Presença do POR nas manifestações contra o PL 1904

Nos dias 15 e 23 de junho, ocorrem os atos em Fortaleza do Dia Nacional de Lutas contra o Projeto de Lei 1904/24, que tramita no Congresso e visa equiparar o aborto, após a 22ª semana de gestação, ao crime de homicídio. O primeiro ato se concentrou na Praça do Ferreira e percorreu as ruas do Centro até a Praça do Carmo. O segundo foi realizado na Praia de Iracema. Ambas as atividades foram convocadas pela Frente Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto no Ceará e contou com a presença diversas correntes e sindicatos.

Tanto no primeiro ato, mais massivo, quanto no segundo, mais esvaziado, predominou o apelo legalista e eleitoreiro. As principais palavras de ordem foram o “Fora Lira” e o “Arquiva PL 1904”. No segundo ato, a abertura das inscrições para as falas foi feita quase ao final. E, como de costume, carregadas de ilusão na solução parlamentar frente a ofensiva direitista em criminalizar o aborto. A principal palavra de ordem de “Fora Lira”, mostra como os movimentos estão obrigados a confundir os explorados: por um lado, vendendo a queda do presidente da Câmara como a saída para deter a ultradireita e, por outro, obscurecendo a fisiológica relação do governo com o Centrão e os partidos direitistas (é importante lembrar que Lira se reelegera com apoio de Lula e do PT).

O Partido Operário Revolucionário compareceu às manifestações intervindo com a distribuição do manifesto, bandeiras, banca de materiais e defendendo que a luta nas ruas, com independên-

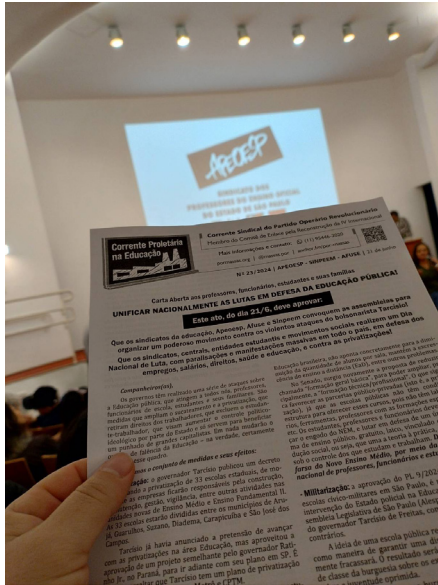
cia de classe, é o caminho para conquistar as reivindicações dos oprimidos. Apenas a luta nacional dos explorados em torno de suas próprias reivindicações (emprego a todos, salário vital, direitos trabalhistas, derrubada da reforma da previdência etc.) permitirá fazer frente ao obscurantismo, ao PL-1904/24 e conquistar o direito irrestrito ao aborto, que somente será arrancado por meio da ação direta.

Para a alcançar a verdadeira libertação da mulher diante do capitalismo em putrefação, e incapaz de assegurar os direitos femininos mínimos, a luta dos explorados deve unir trabalhadores de ambos os sexos e ser operária e socialista.



São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária no Conselho da APEOESP e no ato do funcionalismo público



Os dias 20 e 21 de junho foram definidos como “48h de mobilização” em defesa das reivindicações do professorado. O movimento teve seu auge nas assembleias de abril e maio, chegando a colocar mais de 10 mil trabalhadores na rua, mas acabou sendo dispersado pela política imobilista da direção da Apeoesp, que utilizou de várias manobras para adiar e impedir um levante do magistério paulista. Contou para isso com as correntes que antes

do meio do ano, a oposição tem de estar preparada para retomar a mobilização nas regiões. A Corrente Proletária tem atuado nesse sentido. Esteve presente nas atividades dos dias 20 e 21/6, tendo feito inclusive a proposta de nova assembleia para o começo de agosto, mas o CR controlado pela burocracia rejeitou. Prevaleceu a política imobilista da direção e da maioria das correntes de esquerda, as quais, na verdade, queriam liberar suas mãos para a caça aos votos no segundo semestre. A categoria terá de combater essa prática de utilização das suas reivindicações como trampolim eleitoral - caminho que vem sendo trilhado há tempos também, e que só tem nos levado a derrotas e mais derrotas.

A Corrente Proletária/POR defende que o professorado confie em suas próprias forças, erga o combate com base nas bandeiras que unificam os trabalhadores e utilize o método da ação direta, pois esse é o único caminho para reverter os revezes sofridos e avançar na conquista de suas reivindicações.

Publicamos a Carta que acompanhou a intervenção da Corrente Proletária

compunham a oposição, e que debandaram para o lado da burocracia. O resultado foi que, no dia 21 de junho, o CER (Conselho Estadual de Representantes) estava esvaziado, o que se repetiu no ato pela tarde, na Avenida Paulista. Na prática, em vez de “48h de mobilização”, o que se viu foi o fim melancólico da campanha neste primeiro semestre.

À vanguarda com consciência de classe cabe nadar contra a corrente e continuar trabalhando desde as escolas para erguer a luta pelas reivindicações da categoria, que são muitas. A situação vai de mal a pior, a privatização avança a passos largos, o ultradireitista Tarcísio tem conseguido dar passos concretos no sentido da militarização, o arrocho salarial permanece, os trabalhadores estão adoecendo, enfim, motivos para organizar o professorado não faltam.

A política burocrática da direção da Apeoesp é um obstáculo a ser superado. Em momentos como esse, de recrudescimento dos ataques da burguesia e seus governos, cresce a importância dos sindicatos, como ferramentas de combate em defesa dos trabalhadores. A casta que dirige o sindicato dos professores, no entanto, tem atuado há tempos como um empecilho à organização classista do magistério. Nesta campanha atuou deliberadamente para frear o ímpeto grevista que emergia das escolas. Não queria uma mobilização forte, pois temia que isso respingasse no governo federal, que a atual direção defende cegamente. Sacrificou a mobilização para que não voltasse contra o governo de seu partido, o PT. Vale lembrar que havia a greve da Educação federal no mesmo contexto, indicando objetivamente o caminho da unidade – o que a burocracia sindical queria evitar a qualquer custo.

À oposição resta também um balanço prático: como se constituir como uma frente classista, capaz de atrair os setores mais combativos da categoria, de modo a fortalecer a luta contra a burocratização da Apeoesp? É urgente a realização de uma plenária, com vistas nessa tarefa fundamental. O fato é que a oposição concluiu praticamente dissolvida nesta campanha. É preciso que se erga a partir do trabalho de base, dar organicidade às reuniões e manter publicações regulares, de modo a expressar a tendência instintiva que está presente das escolas, resultado da enorme insatisfação represada. Logo que retornarem as aulas, após a parada

Carta Aberta aos professores, funcionários, estudantes e suas famílias

Unificar nacionalmente as lutas em defesa da educação pública!

Este ato, do dia 21/6, deve aprovar:

Que os sindicatos da educação, Apeoesp, Afuse e Sinpeem convoquem as assembleias para organizar um poderoso movimento contra os violentos ataques do bolsoneiro Tarcísio!

Que os sindicatos, centrais, entidades estudantis e movimentos sociais realizem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas em todo o país, em defesa dos empregos, salários, direitos, saúde e educação, e contra as privatizações!

Companheiros(as),

Os governos têm realizado uma série de ataques sobre a Educação pública, que atingem a todos nós, professores, funcionários de escola, estudantes e seus familiares. São medidas que ampliam o sucateamento e a privatização, que retiram direitos dos trabalhadores, que excluem o estudante-trabalhador, que visam aumentar o controle político-ideológico por parte do Estado e só servem para beneficiar um punhado de grandes capitalistas. Em nada mudarão o quadro de falência da Educação – na verdade, certamente piorarão esse quadro.

Vejamos o conjunto de medidas e seus efeitos:

- Privatização: o governador Tarcísio publicou um decreto autorizando a privatização de 33 escolas estaduais, de modo que as empresas ficarão responsáveis pela construção, manutenção, gestão, vigilância, entre outras atividades nas unidades novas de Ensino Médio e Ensino Fundamental II. As 33 escolas estarão divididas entre os municípios de Arujá, Guarulhos, Suzano, Diadema, Carapicuíba e São José dos Campos.

Tarcísio já havia anunciado a pretensão de avançar com as privatizações na área Educação, mas aproveitou a aprovação de um projeto semelhante pelo governador Ratinho Jr., no Paraná, para ir adiante com seu plano em SP. É preciso ressaltar que Tarcísio tem um plano de privatização geral, muito além da Sabesp, Metrô e CPTM.

Nenhuma mudança favorável aos trabalhadores e estudantes virá com a privatização. Pelo contrário, os bolsonaristas Ratinho e Tarcísio caminham juntos na desresponsabilização do Estado para com os serviços públicos. Implementaram as plataformas digitais para favorecer os negócios privados e entregaram aos capitalistas as escolas públicas, para que possam lucrar às custas do Estado. Aproveemos uma verdadeira campanha contra a privatização das escolas, que certamente deve ter como ponto de partida a convocação de assembleias e a preparação da greve.

- Novo Ensino Médio (NEM): o Projeto do NEM aprovado na Câmara dos Vereadores está agora sendo analisado pelo Senado. Trata-se de um Projeto totalmente alinhado com os interesses privatistas, que mantém os odiados “itinerários”, não muda nada em relação aos verdadeiros problemas da Educação brasileira, não aponta concretamente para a diminuição da quantidade de alunos por sala, mantém a excrecência do ensino a distância (EaD), entre outros problemas.

No Senado, surgiu novamente a proposta de reduzir a chamada “formação geral básica”, para poder ampliar, principalmente, a “formação técnica/profissional”. O que significa favorecer as parcerias público-privadas (isto é, a privatização), já que as escolas públicas não têm condições/estrutura para oferecer esses cursos, pois não têm laboratórios, ferramentas, professores com as formações específicas etc. Os estudantes, professores e funcionários devem rechaçar o engodo do NEM, e lutar em defesa de um único sistema de ensino público, gratuito, laico, vinculado com a produção social, ou seja, que uma a teoria à prática, e que esteja sob o controle dos que estudam e trabalham. Derrotemos a farsa do Novo Ensino Médio, por meio da mobilização nacional de professores, funcionários e estudantes.

- Militarização: a aprovação do PL 9/2024, que institui as escolas cívico-militares em São Paulo, é mais um passo da intervenção do Estado policial na Educação do país. A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou o projeto do governador Tarcísio de Freitas, com 54 votos contra 21 contrários.

A ideia de uma escola pública regida pela força policial, como maneira de garantir uma disciplina de ferro, certamente fracassará. O resultado será o de reforçar a ditadura de classe da burguesia sobre os explorados e, em particular, sobre a juventude oprimida.

É inconcebível para a burguesia a existência de uma escola pública democrática, que implica a mais ampla liberdade de ensino, elaboração curricular, organização estudantil e manifestação sindical e política.

Os politiquinhos que procuram modelar a escola pública à semelhança dos quartéis estão obrigados a ocultar as causas da falência do ensino. A escola pública traz para dentro de si e reflete as chagas da sociedade de classe, que não tem como incorporar a juventude no trabalho e no ensino.

Não tendo como contornar a crise social potenciada pelo desemprego massivo da juventude e pela pobreza e miséria, e não tendo como reverter a proliferação da criminalidade, das drogas e da marginalidade, o Estado não tem outra resposta, a não ser impor uma ordem militarista e policial. As consequências serão o esmagamento da escola pública e a imposição da violência institucional desfechada contra a juventude que se rebela, de uma forma ou de outra. Organizemos, desde já, a luta contra a implantação das escolas cívico-militares.

- Contratos precários: após uma atribuição de aulas caótica no início do ano, problema que arrastou por meses, muitos professores continuaram sem emprego ou tiveram de se submeter ao subemprego. O governo estadual anunciou recentemente que chamará os 15 mil que passaram no último concurso, número que passa longe de resolver a crônica falta de professores da rede. E anunciou mais um Processo Seletivo Simplificado para a contratação precária, para 2025.

Para os professores, isso significa a preservação da odiosa segregação que separa efetivos e contratados, estes com salários menores e menos direitos, sem estabilidade. Para os estudantes, isso significa a manutenção da precarização do ensino, das aulas vagas etc. Nossa luta deve ser pela estabilidade a todos, com a efetivação de todos os contratados.

- Ensino Integral: o governo estadual continua ampliando o PEI (Programa de Ensino Integral), apesar das falas do secretário Feder, que havia afirmado que não investiria mais nesse modelo.

Há uma lista com várias escolas em todo o estado na mira para se tornarem PEIs. Não sem resistência: na Escola Prof. Pio Telles Peixoto, no bairro do Jaguará/SP, a comunidade escolar conseguiu impedir a transformação para PEI na reunião do Conselho, um importante exemplo de combatividade!

Para a juventude, o PEI tem significado apenas mais tempo de permanência na mesma escola falida de sempre. Tem resultado na eliminação dos cursos noturnos, principalmente da EJA, o que tem levado à exclusão do estudante-trabalhador.

Para os professores, o PEI tem dificultado o acúmulo de cargos – e aqui cabe uma explicação: os professores não acumulam cargos por escolha, e sim por necessidade, tendo em vista que o salário de uma rede não dá para sustentar a família. Nas escolas do PEI, também o controle político-ideológico é muito maior, sendo comum a cessação da designação daqueles que não demonstrem o “perfil” do Programa, ou seja, que não rezam a cartilha do diretor e dos superiores na hierarquia. Nossa luta é pela extinção das PEIs e abertura de todas as salas de aula e turnos fechados. Redução do número de alunos por sala, no máximo 25 alunos. Nenhum estudante fora da escola. Nenhum professor sem emprego!

- Repressão: os governos têm intensificado a repressão sobre os lutadores. No Paraná, os manifestantes contrários à privatização das escolas pelo governador Ratinho Jr. foram recebidos com balas de borracha, bombas de gás e demais apetrechos do aparato repressivo na Assembleia Legislativa. Em São Paulo, o mesmo se passou com os estudantes e trabalhadores na Alesp, quando da votação do PL das Escolas Cívico-Militares. Na rede municipal de ensino, o prefeito Nunes tem atacado os grevistas com o corte de ponto (não pagamento dos salários).

Como se vê, os planos de destruição do ensino público têm enfrentado a resistência instintiva dos explorados. O que falta é a direção das entidades estudantis (UNE, UBES, UEE, UPES, UMES), dos sindicatos, das confederações (principalmente a CNTE), das centrais sindicais e dos movimentos sociais saírem da paralisia em que se encontram. As condições para a unificação dos movimentos em defesa da Educação, dos serviços públicos e dos explorados em geral estão plenamente dadas. É urgente a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas em todo o país, levantando as bandeiras de defesa dos empregos, salários e direitos.

As Universidades e Institutos Federais apontaram o caminho da greve. As reivindicações são praticamente as mesmas dos professores e funcionários da Educação Básica: salários, condições de trabalho e direitos. O governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin tem sido duro com os grevistas, mantendo o índice de 0% de reajuste em 2024. Postura semelhante foi vista nas campanhas

salariais da Educação em vários estados e municípios do país, predominando a linha do arrocho, com reajustes abaixo da inflação. Isso, sem contar os ataques contidos nas reformas previdenciária, trabalhista e administrativa, tanto em âmbito nacional, como regional.

- Terceirização: Tarcísio segue a política dos governos do PSDB. Expande a terceirização nas escolas públicas. Em vez de funcionários efetivos, Tarcísio continua contratando empresas privadas para os serviços escolares. Essa foi a porta aberta para impor a privatização de 33 escolas. As empresas terceirizadas sugam o sangue dos trabalhadores, atrasam os salários e não pagam os direitos trabalhistas. A Afuse não move uma palha para unificar os funcionários efetivos e contratados, entre eles os terceirizados. A Apeoesp, por sua vez, não faz um verdadeiro combate pelo fim da terceirização. Chega de corpo mole! A nossa luta é pelo fim da terceirização e efetivação de todos os trabalhadores terceirizados.

Professores, funcionários e estudantes, dá para notar que a situação é grave. Está em curso uma poderosa onda de destruição das nossas escolas. Precisamos estar atentos! Nossa tarefa é exigir das direções sindicais e estudantis que rompam com o imobilismo, temos de ampliar o trabalho de mobilização em cada escola, em cada bairro.

Não podemos aceitar que as direções do movimento abandonem o campo da luta em nome da campanha por seus candidatos. Nenhuma solução aos explorados virá pela via do voto nas eleições controladas pela burguesia. Todas as conquistas obtidas pela juventude e pelos trabalhadores sempre foram resultado da luta. Nesse sentido, devemos rejeitar o oportunismo daqueles que

querem transformar as lutas em trampolim eleitoral. Não! Devemos confiar apenas em nossas próprias forças e lutar no campo da independência de classe!

Se nossas lutas devem começar pelas reivindicações mais sentidas, em cada escola e em cada bairro proletário, isso não quer dizer que temos de perder de vista os problemas mais amplos, pois esses nos afetam também, e acabam resultando em mais planos de retirada de direitos, em mais arrocho salarial, devido ao aumento do preço das mercadorias etc.

Estamos nos referindo, por exemplo, às guerras de dominação, como ocorre na Ucrânia e no genocídio dos palestinos praticado pelo Estado sionista de Israel; estamos falando nos desastres climáticos, como se deu no Rio Grande do Sul, onde os mais afetados foram e continuam sendo os mais pobres e oprimidos; enfim, estamos falando de todas as questões gerais, que são reflexos da crise estrutural do capitalismo, que devem ser enfrentadas com o programa revolucionário do proletariado, classe que deve assumir a direção de toda a nacionalidade oprimida, numa luta de vida ou morte contra a burguesia e o capitalismo, que é a raiz de todos os problemas que recaem sobre os nossos ombros.

A Corrente Proletária na Educação/POR chama os professores e funcionários de escola, a juventude oprimida e demais explorados a se levantarem contra esse conjunto de ataques dos governos e dos capitalistas. Essa luta deve abranger todos nós, efetivos, contratados, desempregados, estudantes-trabalhadores e seus familiares, em um combate só em todo o país, em defesa da escola pública.

Rio Grande do Sul

Responder com a mobilização e organização as ameaças do governador

Na reunião de 25 de junho com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o governador Eduardo Leite fez uma ameaça voltada ao funcionalismo. Disse que o estado está sem fundo para cumprir, inclusive no futuro próximo, o pagamento dos salários de seus funcionários. Relatou que suas reservas acumuladas pelas privatizações já estavam esgotadas. Declarou à imprensa: “Só a União tem capacidade e ferramentas para suportar momentos como esse de queda de arrecadação. Não existe possibilidade de emissão de dívida por parte dos entes subnacionais. A União é que tem essa capacidade, fez isso na pandemia, e nós rogamos que seja feita agora também”. Em resposta, os ministros Fernando Haddad e o seu auxiliar Paulo Pimenta (Apoio e Reconstrução do Rio Grande do Sul) disseram que está sendo feita a compensação devida ao estado no ano que vem pelas perdas com o corte no ICMS sobre combustíveis durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. E que seria feita pela via do abatimento da dívida do estado com a União. A dívida foi suspensa por três anos.

Tudo indica que o governo federal descartou fazer um endividamento como se passou no período da pandemia. Leite aproveitou para reclamar a liberdade de uso dos recursos que a União subsidiaria com o adiamento do montante de juros de uma dívida de mais de R\$ 100 bilhões do Rio Grande do Sul. É bem possível que o governo federal esteja vigiando esse uso, uma vez que a possibilidade de desvios existe. Para sensibilizar Lula, Leite afirmou que se tratava de recursos para proteger as famílias atingidas pela tragédia. Essa tratativa de um estado – o quarto mais importante da federação – que se achava falido antes da tragédia evidenciou uma relação entre pedinte e doador. Esse estado tem capacidade econômica, mas suas potencialidades foram sendo consumidas por grandes grupos capitalistas. As massas exploradas, ao contrário, arcaram com a pobreza e miséria.

A estrutura oligárquica de constituição da federação e a centralização autoritária levaram cada vez mais os estados a se endividarem e ficarem à mercê dos interesses das forças burguesas. No fundo, os estados e municípios são governados de acordo com os ditames da gigantesca dívida pública e dos interesses do capital financeiro. O funcionalismo, a classe operária e a população oprimida dos bairros mais atingidos pelas enchentes devem tomar em suas mãos a defesa dos empregos, dos salários, da reconstrução das moradias e do funcionamento dos serviços públicos, como educação, saúde e transporte.

Não se pode confiar nas negociações entre o governador Leite (PSDB) e o presidente Lula (PT). A fase de reconstrução do estado será difícil sobretudo para quem depende da venda aos capitalistas de sua força de trabalho e dos serviços públicos.

Cabe à vanguarda consciente organizar a luta em torno de um programa próprio de emergência, com os métodos da ação direta e sob o regime da democracia proletária.



Entrevista

Eleições 2024: Transcrição da entrevista concedida pelo POR ao canal Mesa de Debates

Na sexta-feira, 21 de junho, fomos entrevistados pelo canal Mesa de Debates em relação às eleições de 2024. Apesar do partido ainda não ter apresentado uma resolução sobre as eleições, pudemos expor as linhas gerais do problema e as tarefas para a vanguarda com consciência de classe. Abaixo transcrevemos a essência da entrevista. Editamos algumas passagens para retirar certas oralidades e trechos repetitivos. A entrevista completa pode ser encontrada através do código QR ao lado.



Uma saudação para o Guilherme e ao canal Mesa de Debates. O POR sempre participa, apoia essa iniciativa. Acreditamos que é um canal importante porque traz a discussão entre as correntes no campo das esquerdas, apresenta debates entre elas e achamos muito importante para a classe operária que conheça as posições dos partidos e que os partidos possam debater francamente suas ideias diante das massas, diante dos trabalhadores. Esse canal serve de instrumento para isso. Uma saudação também aos companheiros e companheiras que vão assistir depois dessa atividade e as que estão assistindo. E qualquer dúvida em relação ao que for colocado aqui ou qualquer necessidade de discutir com o partido as nossas posições estão aí nosso endereço eletrônico.

Em seguida, o entrevistador fez uma pergunta mais geral sobre as eleições e sobre as candidaturas da extrema-direita e da frente ampla.

Antes de responder diretamente a essa questão, acho que vale a pena fazermos uma introdução, uma consideração mais geral sobre este processo eleitoral. Porque, via de regra, quando chega o ano de eleição, que é ano sim ano não, os partidos em geral - os partidos da burguesia, os reformistas ou do campo da esquerda - começam a tratar a eleição no sentido de verificar quais os candidatos estão colocados, e aí começar as escolhas, começar as alianças etc. Para nós, pelo contrário, antes de qualquer atitude política, é fundamental caracterizar que eleição é essa.

Antes de pensar em qualquer outra coisa, nas disputas ou mesmo na divisão a que você se referiu, a pergunta que se coloca é: que eleição é essa? Qual o contexto dessa eleição? E, para analisar qualquer processo eleitoral, devemos partir da situação geral da crise capitalista, e da situação internacional. Apesar de serem eleições municipais, localizadas, com candidatos a vereadores e prefeitos, a crise internacional capitalista afeta o mundo todo e chega até os reflexos que acontecem em nível local, nas cidades. Então, sem partir de uma análise de qual é a situação político-econômica internacional, acaba-se por cair no eleitoralismo mais rasteiro. E, para ser resumido, analisamos que, do ponto de vista geral, o capitalismo está em uma crise profunda que se manifesta em alguns aspectos principais, as guerras que estão acontecendo neste momento, como a guerra na Ucrânia, que tem uma importância estratégica gigante, pois se dá entre duas ex-repúblicas soviéticas, a guerra na Faixa de Gaza, o massacre do povo palestino pelo Estado sionista de Israel e a guerra comercial entre os EUA e a China. Essas três guerras, ainda que uma seja comercial, são diferentes, é claro, elas marcam o grau a que chegou a crise capitalista internacional. E, de maneira mais geral ainda, temos uma corrida armamentista muito grande. Se tem um cenário em que os países de capitalismo avançado estão se armando até os dentes, principalmente os países

imperialistas. Então essa eleição de 2024 acontece neste contexto mais geral da crise capitalista.

E em relação ao Brasil, como a crise capitalista se manifesta, se manifesta em um governo diferente da eleição anterior. Um governo que foi eleito em 2022, que é de crise. Podemos verificar pelas notícias e pelos diversos acontecimentos que é um governo de profunda crise, que não consegue se sobrepor ao Congresso Nacional. Tem saído sempre derrotado nas disputas com o centrão e alas da direita. O que mostra que aquele discurso das eleições presidenciais de 2022, que derrotaria o fascismo, elegendo o PT, Lula e a Frente Ampla, necessária para derrotar o fascismo, era, na verdade, um espantalho. Isto porque o fascismo, ou as tendências fascistas não foram derrotadas, apenas eleitoralmente na disputa pelo Executivo, mas o Legislativo permanece recheado das tendências fascistas, da extrema-direita, que vêm ganhando cada vez mais terreno, nos estados, nas câmaras, no Senado. E a tendência é que ganhe ainda mais espaço agora, nas eleições municipais.

Esse é o contexto mais geral em que essa eleição acontece: um cenário de crise internacional profunda, de armamentismo das potências, de avanço do imperialismo sobre os países atrasados e um cenário nacional em que a frente ampla governista se mostra completamente incapaz de resolver o problema das tendências fascistas. Diga-se, de passagem, que essas tendências fascistas, que não estão presentes só no Brasil, mas no mundo todo, mas se olharmos para o País, essas tendências cresceram justamente no terreno deixado pelos partidos reformistas como o PT e seus satélites, PCdoB, PSOL etc. Cresceram no terreno deixado pelo petismo, visivelmente, como tendências fascistas. Então não estamos por acaso num contexto de crescimento do fascismo, estamos neste contexto por conta da negação da luta de classes por parte das direções políticas, das direções sindicais etc.

Para concluir essa contextualização, a eleição acontece num contexto de profunda divisão das esquerdas. Esse é um ponto que queremos tratar melhor. Essas esquerdas não estão sendo capazes de travar um combate contra as tendências fascizantes, de um lado, e contra a frente ampla, o reformismo do PT e contra a conciliação de classes, de outro. Estamos diante de um cenário muito difícil. Cenário em que não temos uma organização de luta mais geral, frentista, de luta que pudesse combater essas duas variantes da burguesia, que não resolvem os problemas das massas. Na prática, essa eleição está subordinada à divisão interburguesa que esteve presente nas eleições de 2022.

Na sequência o entrevistador pediu que o entrevistado discorresse mais sobre essa divisão das esquerdas.

Esse ponto é central. Podemos dizer que o traço distintivo desse processo eleitoral municipal de 2024 é a divisão das esquerdas. Não é algo novo, mas algo que já vem se manifestando há muito tempo, que se expressa de forma mais clara no processo eleitoral, porque cada corrente política vai trabalhar para se construir e se fortalecer através das eleições. Esse é um ponto grave: se utilizar das eleições como forma de fortalecimento aparelhista e não como forma de organização da luta.

O POR é um partido leninista, então intervém nas eleições, considera fundamental a intervenção nas eleições. Nós não somos um partido legalizado, por conta da legislação que é extremamente repressiva para poder legalizar um partido no Brasil, o que sig-

nifica que não participamos oficialmente, legalmente, do processo eleitoral, mas intervimos nas eleições através da luta, através do movimento, através de uma posição política que nós vamos apresentar para as massas. Não se pode negar a intervenção nas eleições, mas usar esse momento como uma tribuna revolucionária para convocar as massas à luta e para denunciar a democracia burguesa. Essa é a nossa compreensão geral sobre as eleições.

O que vemos, no entanto, é que as esquerdas se utilizam das eleições para o seu auto-fortalecimento legal. Aí cada corrente vai fazer o lançamento de candidaturas próprias, vai lançar seu candidato a prefeito, vai tentar lançar seu candidato a vereador, vai apresentar o que se chama de “alternativa socialista”, seja lá o que isso queira dizer. O que significa isso? Significa que as massas podem, pelas eleições, ter uma alternativa? Não. Não existe alternativa socialista através das eleições. Então, essa ideia de apresentar uma alternativa nas eleições, na verdade, é se subordinar ao eleitoralismo, ainda que se fale de comunismo, ainda que se fale de revolução, ainda que se use palavras revolucionárias e esquerdistas, mas na prática estão subordinadas às eleições.

Essa divisão é o traço que precisamos discutir a fundo. Manifestou-se claramente no 1º de Maio. Neste dia, só aqui em São Paulo, tivemos pelo menos cinco manifestações. Veja o tamanho do absurdo, quando temos de unificar as lutas, concentrar os trabalhadores, e usar o 1º de Maio como ponto de partida para lutar pelas reivindicações mais sentidas dos explorados, para desenvolver um programa próprio de reivindicações, lutar pelos empregos, pelos salários, pelos direitos etc. Na verdade, vimos um 1º de Maio fragmentado, cada corrente tentando fazer o seu ato, o PSTU chamou o seu ato próprio, outras correntes menores foram atrás, o PSTU rompeu com o ato da Sé para chamar o seu ato próprio, a UP chamou o seu ato próprio, teve o ato dos reformistas, do PT, lá no Itaquerão, teve o ato tradicional na Praça da Sé, que foi minoritário por conta do rompimento dessas correntes. Então o que vimos no 1º de Maio foi a divisão das esquerdas. O que está acontecendo nessas eleições é a continuidade da divisão. Não houve uma tentativa de unificar ou reuniões para se formar uma frente de luta, de tal forma que essa frente de luta pudesse, agora nas eleições, ser a continuidade. Uma frente que tivesse na luta pelas reivindicações, combatendo, com os métodos próprios, organizando as greves, organizando as manifestações etc., e que chegaria no período eleitoral como expressão dessas lutas, para combater o eleitoralismo e para denunciar a democracia burguesa.

Termino esse bloco falando do Polo Socialista. É bastante interessante falar dele aqui, porque talvez você vá lembrar que quando surgiu tivemos uma entrevista no canal Mesa de Debates, onde discutimos o Polo. Você, Guilherme, fez a pergunta sobre o que o POR achava, os companheiros que estiverem assistindo podem voltar lá no vídeo de 2022, onde falei: bom, é uma frente eleitoral, não é uma frente de luta pelas reivindicações mais sentidas dos explorados, quando passar as eleições ela vai se desfazer. E o que aconteceu? Não precisou nem passar as eleições, porque ela funcionou no primeiro turno e se desfez no segundo. Nem passou as eleições. Para você ver a fragilidade de uma frente que é, em primeiro lugar, superestrutural, e, em segundo, uma frente eleitoral. No primeiro turno formou-se a frente, no segundo turno o PSTU decidiu pelo voto no PT unilateralmente, o que significou que as outras correntes ficaram a ver navios, e aí, ou elas decidiram pelo voto no PT e a frente ampla, ou se dissolveria a frente. Assistimos aos debates anteriores que vocês fizeram com outros camaradas e vimos alguns lamentando não ter sido possível reviver o Polo Socialista, mas sem fazer um balanço do que foi a experiência do Polo.

Vejam, se o Polo Socialista se mantivesse posteriormente às eleições, organizando a luta, concentrando as diversas reivindicações e diversas lutas que estão acontecendo, chegaria no processo eleitoral seguinte com muito mais força, chegaria com vida, chegaria com história, porque teria se desenvolvido e desenvolvido uma

série de lutas, e aí poderia se expressar naquele processo eleitoral como continuidade das lutas. Mas, a cada dois anos, reivindicar o Polo Socialista não faz o menor sentido. Caracteriza-se como um polo eleitoral.

Assim, o Polo ressurgue nas eleições como mera expressão eleitoral, então não tem uma disputa possível. Supondo que voltasse neste momento, voltaria já com objetivo eleitoral tendo no seu DNA as eleições. Caso se modificasse de alguma forma para ser algo para além das eleições, certamente discutiríamos

Temos uma série de lutas se desenvolvendo, precisamos unificá-las, formar uma frente de combate, uma frente que tenha a tarefa de fazer dois combates paralelos e simultâneos: de um lado, combater o avanço da extrema-direita, do bolsonarismo, que segue vivo. E, de outro lado, combater a conciliação de classe do PT e da frente ampla. Essa é a tarefa. E essa luta só pode ser feita com os métodos próprios da classe operária, com os métodos próprios dos outros trabalhadores, as manifestações, os piquetes, as greves, os bloqueios, com os métodos da ação direta. É nesse sentido que nós do POR reivindicamos uma frente de luta, com esse conteúdo.

Neste ponto, o entrevistador fez uma pergunta sobre a Oposição Revolucionária ao Governo Lula.

Quando o Governo Lula foi eleito se colocou concretamente a necessidade de uma Oposição Revolucionária ao governo de frente ampla. Prontamente, foi apontado por setores do petismo que tal oposição ia jogar água no moinho da direita, mas as reivindicações dessa oposição revolucionária não coincidem em nada com as posições da direita. Defender as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores, a moradia, a educação, a saúde, o salário, os empregos, os direitos, contra as reformas antioperárias e antipopulares etc. são a coluna vertebral desta frente, dessa oposição revolucionária. Trabalhamos pela sua construção, chamamos as organizações, enviamos convites, convocamos nas reuniões e comitês, este trabalho foi feito, mas não houve adesão. Tivemos algumas organizações que integraram essa frente. Mas não se fortaleceu. Isso é concreto, não temos porque negar a realidade. A frente se manteve, mas sem condições de colocar o seu programa para as massas de forma mais ampla, por conta da sua limitação, por conta do seu caráter embrionário.

É no processo da luta que travamos a batalha política para que se fortaleça, mas uma frente de luta precisa se manifestar na realidade. Perceba a diferença em relação ao Polo ou às ‘frentes de esquerda’ eleitorais: se constituiu posteriormente à eleição do Lula, e a nossa defesa foi para que trabalhasse durante esse governo ou seja para lutar contra esse governo, para organizar os trabalhadores, porque sabíamos desde os primeiros dias do governo Lula que os ataques viriam. Não poderíamos ter ilusões. Teríamos de estar preparados. E os ataques vieram: novo teto de gastos através do arcabouço fiscal, marco temporal, reajuste zero para os servidores federais, salário mínimo de miséria, nenhuma revogação das contrarreformas, o que mostra que o governo Lula é de continuidade ao governo Temer e do governo Bolsonaro no que diz respeito à proteção do grande capital.

O entrevistador fez um questionamento sobre a questão numérica das correntes de esquerda.

De fato, as organizações do campo das esquerdas, que se reivindicam da luta dos trabalhadores e do marxismo são minoritárias. Mas entendemos que a unificação se dá através das necessidades, ou seja, através das reivindicações. Temos diferenças entre as organizações, mas nas reivindicações mais sentidas e mais importante temos acordo, inclusive essa foi uma fala que fizemos diversas vezes nos comitês. Por exemplo, quando o governo Lula

foi eleito, houve aquela tentativa de golpe dos bolsonaristas. Formou-se então um comitê de luta que tinha como proposta unificar as reivindicações e combater o golpismo. Esse comitê em luta contra o golpismo era um embrião de uma frente de oposição revolucionária ao governo Lula, acontece que ele não foi adiante, não se desenvolveu. E como ele faria para se desenvolver? Se entrocando com as massas, arrastando as massas pelas reivindicações próprias, o que significa que deve se identificar quais são os principais problemas que a classe está sofrendo nesse momento! Então são essas bandeiras que nós temos de levantar.

Os principais problemas que as massas estão sofrendo nesse momento, nesse período histórico, é o problema da destruição dos seus direitos: o problema do rebaixamento salarial, da falta de moradia, da terceirização, que está penetrada em todos setores, deixando os trabalhadores sem organização sindical, com salários reduzidos, com direitos reduzidos, então esses são os principais problemas. Uma frente de esquerda deve se organizar em torno desses problemas, essa é a tarefa. É assim que poderemos superar esse caráter embrionário. Em outras palavras, o que coloca os trabalhadores em movimento? Não é chamar só os trabalhadores, nem dizer que nas eleições eles têm uma alternativa, porque não terão alternativa nenhuma nas eleições. Para superar o nosso caráter embrionário, nosso caráter minoritário, só através das reivindicações, através de um programa próprio de luta, que parta dessas necessidades: emprego, salários, direitos etc.

Em seguida, o entrevistador questionou sobre as eleições em SP e a polarização.

De fato, aqui em São Paulo vamos ter o processo eleitoral mais visado por conta dessa candidatura do Boulos. O que podemos verificar na prática é que as eleições em São Paulo serão uma reprodução menor da disputa de 2022, com as devidas diferenças. O PT tem mostrado uma fragilidade muito grande em São Paulo, não tem conseguido impor um candidato próprio e teve de apoiar uma candidatura do PSOL, que é um partido pequeno-burguês, sem inserção na classe operária, sem inserção no proletariado, um partido pequeno-burguês, com uma política pequeno-burguesa. E que teve de trazer a Marta Suplicy, como se não bastasse todo seu histórico, que mostrou ser uma agente da burguesia, sendo que recentemente trabalhou por três anos no governo Nunes. Não se pode, portanto, ter nenhuma ilusão de que se trata de uma chapa de esquerda, que representa os trabalhadores, nada disso. Representa uma ala da burguesia, assim como a frente ampla do governo federal representa uma ala da burguesia que é uma ala diferente da ala da que apoia a extrema direita, francamente contra os trabalhadores, privatista etc.

Outro aspecto, que estamos vendo, claramente, é que a cada eleição surge, por parte do reformismo do PT, do PSOL e dos aliados de esquerda, uma certa carta-coringa, que é dizer que se trata de combater o fascismo nas eleições. O voto neles seria a única forma de sobreviver, a única forma de existir etc., toda essa ladainha que falaram em 2022 estão reproduzindo agora. Os trabalhadores não podem ter nenhuma ilusão nessa candidatura de frente ampla do PSOL/PT.

Do outro lado, você tem a direita que está fragmentada, é importante perceber isso. Tem o Nunes, o Marçal, que é o um charlatão, que surge como outsider, como aquele candidato que vem de fora da política, quase todo ano você tem esse candidato que vem de fora da política e arrasta uma parte dos trabalhadores ou da classe média, tem o Kataguiri, o Datena, no PSDB. Como podemos ver, a direita também está profundamente fragmentada, mas ela pode eventualmente trabalhar para unificar porque os interesses da direita são os que mais confluem com os interesses da burguesia. Não existe diferença significativa entre essas candidaturas da direita, é apenas diferença de grau.

Para os trabalhadores, o essencial é perceber que esta eleição expressa uma divisão interburguesa. O dramático de tudo isso é o fato dos trabalhadores não terem um partido próprio, não terem uma direção política própria, revolucionária, que pudesse combater essas duas vertentes burguesas. Esse é o grande problema, o fato dos trabalhadores estarem órfãos de uma direção revolucionária. E, quando os trabalhadores estão órfãos de uma direção revolucionária, o que acontece na prática é serem arrastados para uma ou outra candidatura burguesa, como aconteceu em 2022.

Nossa tarefa diante disso é seguir trabalhando para que os trabalhadores confiem nas suas próprias forças, para que organizem as lutas, para que fortaleçam os comitês, como o comitê contra as privatizações.

O entrevistador fez então uma pergunta sobre a legislação e a legalização dos partidos, em especial do partido revolucionário.

De fato, o problema de legalização de um partido é muito grave. Os menores são profundamente limitados. A legislação é draconiana para poder se legalizar uma legenda. A eleição é tática, não é estratégica, ou seja, o partido tem a sua estratégia revolucionária, a estratégia da ditadura do proletariado e da revolução proletária, a partir dela executa uma série de táticas no campo da luta, para poder chegar à sua estratégia. Assim se pode discutir qual o papel do partido revolucionário nas eleições. Como um meio para desenvolver a sua estratégia revolucionária, denunciando a democracia burguesa, que é uma democracia oligárquica, denunciando a legislação eleitoral, essa legislação extremamente antidemocrática, draconiana, denunciando a democracia burguesa em todas as suas instâncias e nunca fortalecendo o eleitoralismo, nunca dizendo para as massas que é possível, pelas eleições, eleger um melhor candidato, um melhor gestor do Estado burguês, porque as eleições subordinam as massas a essa ou aquela fração da burguesia, ao poder econômico. Portanto, a participação do partido revolucionário nas eleições deve se subordinar à estratégia revolucionária, se não se utiliza a estratégia revolucionária como um guia para atuar nas eleições, então se está subordinando ao eleitoralismo.

Diante desta resposta, o entrevistador nos questionou sobre como pensar a contradição entre avanço da decomposição do capitalismo e uma “esquerda muito eleitoreira”.

O capitalismo avança para barbárie a passos largos, temos uma possibilidade, que não é nada alarmista, de uma Terceira Guerra Mundial. Sabemos que não estamos às portas disso, mas quando observamos o desenvolvimento da crise capitalista é a conclusão que chegamos. E, de outro lado, como você mesmo disse, uma esquerda eleitoreira. É importante que os camaradas, os companheiros e as companheiras que forem assistir essa entrevista percebam que não se trata de usar essa ou aquela palavra revolucionária nas eleições, mas se trata de uma prática de uma orientação política que se guie pela revolução proletária e pela ditadura do proletariado, isso determina a intervenção nas eleições.

A intervenção eleitoral não pode ignorar a crise capitalista mais geral, mesmo que sejam eleições municipais. O POR desenvolve bem essa questão da crise capitalista. Temos, por exemplo, um livro publicado sobre a guerra na Ucrânia com todo o seu desenvolvimento, sem perspectiva de solução rápida, o que é um uma tragédia para a humanidade. E sobre isso, veja que não tem por parte das esquerdas, dessas correntes que estamos falando que comparecem nas eleições como ‘alternativa socialista’, não existe um trabalho para formar uma frente de luta contra as guerras.

Isso faz parte da história do movimento operário, a classe operária sempre lutou contra as guerras, e hoje temos uma guerra com mais de dois anos, na Ucrânia, entre duas ex-repúblicas soviéticas, e não temos um movimento contra a guerra. Isso mostra o retrocesso político em que vivemos.

No caso da Palestina, em que o POR também editou um livro contendo suas elaborações táticas e estratégicas, formou-se um embrião de luta geral, que são as grandes manifestações internacionais em defesa da Palestina. Esse movimento é um embrião de

uma frente única anti-imperialista, e por isso nós estamos trabalhando bastante para que a luta contra o massacre do povo palestino se transforme numa frente anti-imperialista, ou seja, que combata os Estados Unidos e os países da Europa, que são aqueles que sustentam a guerra na Faixa de Gaza. Para nós, é fundamental essa discussão dentro do processo eleitoral municipal, não dá para descolar essas duas coisas. E diante de tudo isso, qual tem sido a resposta das esquerdas? O eleitoralismo. Confiar nesse ou naquele candidato para resolver os problemas das massas.

POR participa do Podcast Tripalium

Ascenso e queda do PT

Caráter do terceiro mandato de Lula, a crise política no Brasil e a situação mundial

A construção do Partido Operário Revolucionário

O POR participou da gravação de um episódio no Podcast Tripalium, o qual foi liberado para assistir on-line na segunda, 24/6. O convite veio através do contato dos companheiros do Tripalium com o partido nas atividades do movimento social. Primeiro, durante o último congresso da Apeoesp; após alguns desencontros, o contato foi retomado no ato contra o genocídio palestino. Tudo acertado para o dia da gravação, um companheiro se dirigiu até São Bernardo, onde fica o estúdio. Foram mais de duas horas de conversa, sobre os temas mais candentes da atualidade. No final das contas, a atividade acabou se convertendo numa importante oportunidade para o POR expor o seu programa, para apresentar suas ideias ao público do Tripalium.



A guerra na Ucrânia e o genocídio na Palestina tomaram um lugar central na conversa. Não só pelas considerações teóricas, táticas e estratégicas, mas devido ao balanço concreto das manifestações em São Paulo, inclusive o papel do comitê que as está organizando. O POR compõe o comitê e tem levado suas posições ao debate junto às demais organizações. O companheiro tratou de demonstrar que essa participação está determinada pela linha traçada pelo POR, que coloca a urgência de se constituir uma frente única anti-imperialista para frear o genocídio e derrotar a política colonialista do Estado sionista de Israel. Mostrou também como não foi possível a mesma movimentação em torno à guerra na Ucrânia, tendo em vista as confusões que reinam na esquerda e entre os oprimidos em geral.

Em vários momentos, o debate acabou tocando nos aspectos organizativos, no problema da tradição de esquerda, classista, que vem sendo abandonada pelos partidos. O POR coloca que se trata de uma questão mais de fundo, com raízes históricas, que é a crise de direção revolucionária. Daí a fala do companheiro ter se dirigido à importância da construção do partido revolucionário e, dentro disso, o aspecto da estratégia. Está aí um elemento que distingue o POR de todas as organizações do campo da esquerda: o POR é o único partido que defende abertamente a revolução e a ditadura proletárias.

O ponto alto da discussão se deu quando emergiu a polêmica “reforma ou revolução”. Imediatamente a entrevista caminhou para uma avaliação da estratégia reformista do PT, o que implicava fazer uma caracterização e traçar os prognósticos fundamentais sobre o governo Lula. Aqui cabe um parêntese: os entrevistadores possuem clara inclinação política ao PT, o que não impediu o de-

bate franco e fraterno. Pelo contrário, um dos entrevistadores fez questão de mostrar o livro do POR que ele havia adquirido e estudado, intitulado Ascenso e queda do PT. A pergunta que surgiu naturalmente foi se o partido não havia se equivocado quanto à “queda”, uma vez que Lula retornou ao poder com as eleições de 2022. A resposta veio da seguinte maneira: longe de provar um suposto equívoco de análise, a situação atual de profunda subordinação do PT ao Congresso, ao Judiciário e à burguesia de maneira geral confirmava a ideia da “queda”, pois a vitória eleitoral não havia resultado em um verdadeiro ascenso.

A partir desse ponto, a entrevista foi se dirigindo ao posicionamento concreto do POR diante de todos os problemas elencados. Em outras palavras: o que fazer? Nesse momento, o companheiro teve de demonstrar o problema do freio imposto pelas direções sindicais. Alguns exemplos foram lembrados para demonstrar que o obstáculo não se encontra em uma suposta ausência de disposição de luta das massas, pelo contrário, os combates instintivos têm explodido na forma das greves, das ocupações e das grandes manifestações. No caso da Palestina, há que se acrescentar a resistência armada, especialmente a dirigida pelo Hamas. O POR tem feito uma distinção entre a violência dos opressores e a dos oprimidos. Trata-se de impulsionar as tendências instintivas de luta das massas, trabalhando com o programa classista e revolucionário do proletariado para dar um caráter consciente ao combate das massas, o que passa por levantar as reivindicações e os métodos históricos da classe operária.

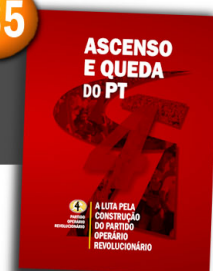
O balanço que o POR faz de sua participação no Podcast é bastante positivo. Uma organização embrionária como o POR não pode perder oportunidade nenhuma de expor seu programa, de divulgar suas posições. Os leitores do Jornal Massas podem conferir o conteúdo deste breve artigo assistindo ao episódio na plataforma YouTube. Esperamos que o debate tenha cumprido a função de apresentar as ideias fundamentais do partido e colocar os problemas mais candentes desde um ponto de vista proletário.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Nesta edição:

Curso de formação SP

- A obra de Abraham Leon, “A concepção materialista da questão judaica”

Palestina

- Retomar o caminho das grandes manifestações

Bolívia

- Fracassa o golpe militar na Bolívia

Argentina

- Diante da repressão terrorista do governo de Milei

- A “Cúpula da Paz na Suíça”: Uma nova tentativa de isolar a Rússia

Trotsky

- Carta Aberta pela criação da IV Internacional

- Rússia e o Proletariado Mundial

- Como Stálin venceu a oposição

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Curso de Formação - Palestina

Realizado o curso de formação política do POR, em SP, sobre a obra de Abraham Leon, “A concepção materialista da questão judaica”

No dia 26 de junho, aconteceu o curso de formação política do POR, na regional SP. O estudo se deu em cima da obra “A concepção materialista da questão judaica”, escrita em dezembro de 1942, por Abraham Leon. A atividade fez parte da campanha do partido sobre a questão palestina.

A militância porista tem se esforçado por realizar o embate ideológico e prático ao genocídio em andamento. O curso de formação tem sido um desses instrumentos. A publicação dos livros, jornais e outros materiais tem servido ao objetivo de propagandar as ideias do marxismo, aplicadas às condições atuais. O debate sobre os conflitos e sobre a perigosa escalada bélica, como se vê na guerra na Ucrânia e no genocídio palestino praticado pelo Estado sionista de Israel, faz parte da resposta política à decomposição do capitalismo.

A escolha do tema e do autor estudado coletivamente foi justificada em razão de um conjunto de fatores, com destaque para três: primeiro, cabia tratar do papel do sionismo, tema central na obra de Abraham Leon; segundo, pela necessidade de resposta à campanha falaciosa do sionismo, que qualifica todo e qualquer questionamento à sua ação como antissemitas – Abraham Leon discute as raízes históricas e o sentido político do antissemitismo; em terceiro lugar, o POR decidiu recuperar a memória deste autor em específico, por se tratar de um militante polonês que ajudou a construir a seção belga da IV Internacional.

A assimilação da experiência deve servir à compreensão do papel do marxismo-leninismo-trotskyismo, ainda mais agora, quando a crise do capitalismo empurra a humanidade novamente em direção à barbárie, colocando a necessidade da reconstrução do partido mundial da revolução socialista.

Abraham Leon (pseudônimo de Abraham Wejnstok) foi um militante trotskista de origem judaica. Nasceu em Varsóvia, Polônia, em 1918. Morreu em 1944, com 26 anos, no campo de concentração de Auschwitz, no sul da Polônia, área anexada pela Alemanha nazista. Portanto, nasceu em plena Primeira, e morreu durante a Segunda Guerra. A Polônia da época de seu nascimento estava sob pesada influência do nacionalismo, personificado em grande medida por Pilsudski, que representava o social-patriotismo pequeno-burguês. No mesmo contexto, os judeus procuravam sua solução através também de um mito nacionalista: o sionismo. Abraham Leon tornou-se membro e depois líder, da seção belga de Hashomer Hatzair, traduzido como A Guarda da Juventude, a ala



Abram Leon (1918-1944)

esquerda do movimento juvenil sionista. Por outro lado, vivia-se sob o impacto da Revolução Russa.

Diante desse quadro, é compreensível que tenham surgido tentativas de conciliar o sionismo pequeno-burguês com o marxismo: o “borochovismo” – referência autor ucraniano Ber Borochov – foi a expressão mais acabada desse amálgama, inspirando judeus em todo o mundo, por várias décadas. Tendo sofrido a influência dessas ideias durante a juventude, Abraham teve, mais tarde, de acertar contas com o borochovismo.

Nascido em Varsóvia, sua família logo decidiu se mudar para a Bélgica, em 1926, onde cresceu. Antes da Bélgica, a família partiu para uma curta experiência, de cerca de um ano somente, na Palestina. Sofreu na pele o antissemitismo e a opressão de classe. Quando jovem, entrou em contato com os discursos de Walter

Dauge, outro jovem militante, que também havia se aproximado das ideias de Trotsky. À época, estava aceso o choque entre o estalinismo (que exercia considerável influência sobre o “Hashomer”) e o trotskismo. Abraham inclinou-se rapidamente para as ideias da Oposição de Esquerda. No entanto, serviu ainda durante um ano como Presidente da Federação Sionista Belga.

Em 1940, com 22 anos, em plena Segunda Guerra Mundial, Leon deixou o sionismo e tornou-se marxista, juntando-se à seção belga da Quarta Internacional. Trotsky havia escrito um artigo intitulado “Lutando contra a corrente”, em abril de 1939, documento que exerceu um forte impacto sobre a seção inglesa da Quarta, caminho pelo qual acabou influenciando as seções belga e francesa. Em 1º de setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia. A invasão nazista sobre a Bélgica se concretiza a 10 de maio de 1940. Como se vê, a virada de Abraham Leon para o socialismo científico se deu em um quadro de conflagração. É nesse momento agudo da história do século XX que Abraham teve de se lançar ao trabalho prático de organização da seção belga, ao mesmo tempo em que submetia o borchovismo a uma crítica severa.

As peculiaridades trágicas da sociedade judaica não poderiam ser eliminadas à parte da sociedade capitalista em decadência. A revolução proletária mundial era a única capaz de responder a essas peculiaridades. No quadro do capitalismo decadente, nenhuma solução era possível. Assim, Abraham não só expôs o caráter utópico pequeno-burguês do ideal sionista, mas mostrou também como este ideal estava fadado a converter-se num instrumento nas mãos das potências imperialistas – previsão tragicamente confirmada pelos acontecimentos do pós-Segunda Guerra, até hoje.

Tornou-se um líder da luta contra a ocupação nazista e contra a hipocrisia do imperialismo dito “democrático”. Sua organização política chamou os trabalhadores belgas a desconfiarem de ambos os lados, e que assumissem uma posição de independência de classe, trabalhando para transformar a guerra imperialista em uma revolução socialista, uma tática semelhante à aplicada por Lênin na Rússia durante a Primeira Guerra Mundial. Ou seja, tendo rompido com o sionismo, lançou-se à luta contra todas as formas de chauvinismo, aplicando a tática do derrotismo revolucionário.

Leon passou a contar com um novo ascenso das massas, após a depressão causada pela guerra, e em particular pelo nazifascismo. Empreendeu, então, um duro trabalho de organização da seção belga, mesmo depois do assassinato de Trotsky, no México, em 20 de agosto de 1940. Apesar de muito jovem, encarnou a tarefa hercúlea de colocar em pé uma organização trotskista naquele contexto. Estabeleceu contato com Marcel Hic, da seção francesa, que havia ocupado temporariamente a função de dirigir a Quarta Internacional após o assassinato de Trotsky.

Com apenas 24 anos, em dezembro de 1942, escreveu “A Concepção materialista da questão judaica”, uma obra que usa o método marxista para abordar os problemas sociais e econômicos dos judeus na história. Depois de viver 2 anos em completa ilegalidade, foi estabelecer-se com a esposa em Charleroi, em função de um movimento clandestino de mineiros. Na primeira noite após a sua chegada, a casa para onde se mudou foi revistada pela polícia. Capturado pelos nazistas em junho de 1944, foi torturado pela Gestapo e deportado para o campo de concentração de Auschwitz, onde morreu em setembro daquele ano.

O POR havia destacado dois camaradas para iniciar o curso. O primeiro fez uma síntese histórica da perseguição dos judeus, desde os primeiros tempos até o capitalismo. Eis os principais aspectos:

A história dos Judeus está diretamente envolvida com a história dos demais povos, por sua sobrevivência e em diferentes períodos e modos de produção. São 4 mil anos de história, que tem início do ano 2.000 a.C. e se mantém com a formação do Estado sionista de Israel, em 1948 se arrastando até os dias de hoje.

Sua história demonstra que os elementos religiosos e míticos

utilizados para justificar a imposição do Estado de Israel pelo imperialismo é falsa. Em diferentes momentos da história, os Judeus sofreram os impactos das transformações das sociedades. Na antiguidade, a expansão do Império Babilônico levou os Judeus a sua primeira dispersão (diáspora), assim como durante a expansão do Império Romano (2ª diáspora). Foram oprimidos nas diferentes regiões que habitaram. Não por sua religião, mas pelo lugar que ocupavam nas relações econômicas. Eram dedicados exclusivamente ao comércio e ao artesanato.

Por exercerem essa atividade econômica, recebiam privilégios dos soberanos da época, mas ao mesmo tempo eram execrados pelo restante da população. Estavam sempre refém dos governantes e das alterações ocorridas na política e na economia de cada período da história. Seja na Alemanha medieval, na constituição dos Estados Nacionais na Idade Moderna, onde o capitalismo surge e se fortalece. Seja no século XX, quando o capitalismo entra em decomposição, os Judeus sempre foram reféns das mudanças. Por isso, a criação do Estado de Israel somente é obra de uma parcela da burguesia sionista e não do conjunto do Judeus.

O segundo expositor apresentou uma biografia de Abraham Leon, destacando sua trajetória até se tornar um membro e organizador da IV Internacional. Após as exposições, foram constituídos os grupos de estudos para coletivamente discutir as formulações de Leon. Para isso, o POR extraiu da obra de Leon suas principais colocações. Depois, em plenária, os militantes e simpatizantes expuseram as conclusões dos grupos. No final, os presentes homenagearam ficando de pé, com os punhos cerrados, dando um viva a Abraham Leon, um viva à Quarta Internacional e ao marxismo. Ao final do encontro, o partido anunciou que dará continuidade ao tema na próxima atividade de formação, dada a tremenda relevância do assunto e devido às necessidades práticas da luta política no campo do internacionalismo proletário.

Síntese das principais formulações do livro “A concepção materialista da questão judaica”

I. Bases para um estudo científico da história judaica

1. A dispersão dos judeus não data da queda de Jerusalém. Vários séculos antes, a grande maioria dos judeus já estava espalhada pelos quatro cantos do mundo.

2. A Diáspora não foi, de forma alguma, um fato acidental, o produto de um empreendimento de violência.

3. A razão essencial da migração judaica deve ser procurada nas condições geográficas da Palestina. Os judeus na Palestina são possuidores de um país montanhoso que, num determinado momento, já não era suficiente para garantir uma existência. Tal povo é obrigado a escolher entre a pilhagem e a emigração. As pessoas que vivem nessas condições não vão para o estrangeiro como agricultores. Elas vão como comerciantes.

4. As condições geográficas da Palestina explicam tanto a emigração judaica como o seu caráter comercial. Na época dos imperadores romanos, os judeus tiveram uma certa autonomia para constituírem um estado dentro do estado, diferentemente de outros estrangeiros.

5. O ódio aos judeus é anterior ao cristianismo. A causa do antissemitismo antigo é a mesma do antissemitismo medieval. A marcha triunfante do cristianismo foi acompanhada da expansão da economia feudal.

6. Não é a fidelidade dos judeus à sua fé que explica a sua preservação como um grupo social distinto, mas ao contrário, a sua preservação como um grupo social distinto é que explica o seu apego à sua fé. O antissemitismo cristão dos primeiros séculos dessa era não chegou ao ponto de exigir a aniquilação do judaísmo.

7. Foi a partir do século XII, como o desenvolvimento econômico da Europa, do crescimento das cidades e da formação de uma classe comercial, que a situação dos judeus começou a piorar. Os judeus constituíam um grupo social com uma função econômica específica. Eles são uma classe, ou melhor, uma classe de pessoas. Enquanto o catolicismo expressa os interesses da nobreza fundiária e da ordem feudal, o calvinismo (ou os puritanismo) os da burguesia ou do capitalismo, o judaísmo refletia os interesses de uma classe comercial pré-capitalista. O que distingue o capitalismo judaico do capitalismo propriamente dito é que, ao contrário deste último, não é portador de um novo modo de produção. A autonomia judaica é explicada pela posição social e econômica específica e não pela nacionalidade.

8. Somente quando os judeus deixam de constituir um grupo social particular é que são completamente assimilados pela sociedade. A lei histórica da assimilação poderia ser formulada da seguinte forma: os judeus deixam de constituir uma classe, perdem mais ou menos rapidamente suas características étnicas, religiosas e linguísticas.

Capítulo VI

As tendências contraditórias do problema judaico na era da ascensão capitalista

1. O desenvolvimento do capitalismo industrial acelerará a penetração dos judeus nas fileiras da burguesia e a sua assimilação cultural. Mas, em geral, foi a partir do início do século XIX que o judaísmo ocidental entrou no caminho da assimilação completa. A concentração das massas judaicas nas grandes cidades constituiu um dos fenômenos mais importantes da vida judaica na era capitalista moderna. O judaísmo passou, assim, por uma transformação muito significativa durante a era capitalista.

2. O capitalismo favoreceu a assimilação econômica e, conseqüentemente, a assimilação cultural. Por outro lado, ao desenraizar as massas judaicas, ao concentrá-las nas cidades, ao provocar o aumento do antissemitismo, estimulou o desenvolvimento do nacionalismo judaico.

3. Se o capitalismo criou primeiro as condições para um certo renascimento nacional judaico, desenraizando milhões de judeus, arrancando-os das suas condições de vida tradicionais e concentrando-os nas grandes cidades, rapidamente contribuiu para acelerar o processo de assimilação.

VII.

Decadência do capitalismo e a tragédia judaica do século XX

Europa Oriental

Quanto mais atrasada é uma região, mais facilmente os judeus conseguiram manter ali as suas posições centenárias. É a decadência geral do capitalismo que torna impossível a solução da questão judaica.

Europa Ocidental

1. Já antes da primeira guerra imperialista, a chegada massiva de judeus criou um forte movimento antissemita nas classes médias de vários países europeus.

2. É falso acusar o grande capital de ter dado origem ao antissemitismo. O grande capital apenas fez uso do antissemitismo elementar das massas pequeno-burguesas. Fez disso uma peça central da ideologia fascista.

3. A possibilidade real de agitação contra os capitalistas judeus existia devido ao antagonismo entre o capital monopolizador e o capital especulativo-comercial que era principalmente o capital judeu.

Racismo

1. O caráter principalmente comercial e artesanal do judaísmo, herança de um longo passado histórico, fez dele o inimigo número um da pequena burguesia no mercado interno. É o caráter pequeno-burguês do judaísmo que o torna tão odioso para a pequena burguesia.

2. O racismo é composto por elementos bastante heterogêneos. Reflete o desejo expansionista do grande capital. Expressa o ódio da pequena burguesia contra elementos estrangeiros no mercado interno, bem como as tendências anticapitalistas.

O Sionismo

1. O sionismo é o resultado da petrificação do capitalismo. O sionismo é o produto da era imperialista. A tragédia judaica do século XX é uma consequência direta da decadência do capitalismo.

2. A decadência capitalista, base do crescimento do sionismo, é também a causa da impossibilidade de sua realização.

3. O mundo moderno está colonizado, industrializado e dividido entre os vários imperialismos. Em todo o lugar, os emigrantes judeus encontraram tanto o nacionalismo dos nativos como o do imperialismo dominante.

4. Na Palestina, o nacionalismo judaico entra em conflito com um nacionalismo árabe cada vez mais agressivo.

5. Não é possível excluir naturalmente um sucesso relativo do sionismo no sentido da criação de uma maioria judaica na Palestina e da própria formação de um Estado judeu, isto é, um Estado colocado sob o domínio completo do imperialismo.

6. O sionismo afirma querer resolver a questão judaica independentemente da Revolução Mundial.

7. O sionismo demonstra que é uma excrescência ideológica e não uma doutrina científica.

Capítulo VIII

As vias de solução da questão judaica

1. O capitalismo destruiu as bases sociais sobre as quais o judaísmo se manteve durante séculos. Mas o capitalismo não resolveu o problema judaico, porque não conseguiu absorver o judeu libertado da sua condição social.

2. O capitalismo não só condenou a função social dos judeus, mas também condenou os próprios judeus.

3. A política de assimilação forçada e da perseguição nacional era desconhecida pelos romanos.

4. Hoje, os antagonismos culturais e linguísticos nacionais são apenas a manifestação dos antagonismos econômicos criados pelo capitalismo.

5. Com o desaparecimento do capitalismo, o problema nacional perderá toda a sua agudeza.

6. Se é prematuro falar de uma assimilação global dos povos, é óbvio que a economia planificada, estendida em escala geral, terá o efeito de aproximar todos os povos.

7. O socialismo garantirá que a "geração" ocorra nas melhores condições possíveis.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Retomar o caminho das grandes manifestações em defesa da Palestina

*Construir a frente única anti-imperialista
Superar as divisões que enfraquecem a luta*

Um vídeo circulou na última semana mostrando milhares de palestinos se reunindo numa região costeira do norte da Faixa de Gaza para aguardar uma possível ajuda humanitária. As imagens chamaram a atenção pela quantidade de pessoas e por refletir que além dos bombardeios e da destruição física, a fome e as necessidades mais elementares de sobrevivência permanecem colocando os palestinos em condições subumanas. No dia 25, bombardeios na Cidade de Gaza mataram ao menos vinte quatro palestinos. No sul, em Rafah, novos bombardeios e incursões foram realizadas. Uma mensagem do governo sionista de Israel foi divulgada - depois que as incursões começaram - ordenando que os civis se deslocassem para o norte. No dia 26, uma agência da ONU apresentou números estupefacentes sobre a situação das crianças palestinas desde outubro: mais de 15 mil foram mortas, 4 mil desaparecidas e 17 mil desacompanhadas. Nesses nove meses, todos os dias aproximadamente dez crianças em média perderam uma ou duas pernas. Esses números são mais que suficientes para expressar o quadro da barbárie na Palestina que se agrava dia a dia.

Recentemente, a ONU aprovou uma resolução proposta pelos EUA para cessar-fogo. No entanto, suas diretivas e resoluções são jogadas no lixo, sem que o Estado genocida de Israel sofra qualquer sanção significativa. Por trás dele, estão os EUA fornecendo apoio econômico, militar e político. O papel prático da Corte Internacional de Justiça e do Tribunal Penal Internacional é figurativo e não ultrapassa o campo da denúncia, quando se trata do envolvimento dos Estados Unidos.

O trágico é que, mesmo com a permanência do genocídio, o movimento internacional, que contou com imensas manifestações em diversos países, refluíu. A aposta das direções políticas de que o conflito seria resolvido pelas mãos de uma fração da burguesia, através da ONU e dos governos, cumpriu um papel desmobilizador. As manifestações multitudinárias na Europa, EUA e em países do Oriente Médio, principalmente, expressaram o embrião de uma frente única anti-imperialista, combatendo o genocídio, o Estado sionista de Israel e seus sustentadores, os Estados Unidos e Europa. A ausência da classe operária, com sua política e seus métodos próprios de luta, certamente contribuiu para esse refluxo mais geral.

No Brasil, os mesmos problemas se manifestaram: ilusões nas ações do governo Lula, ausência da classe operária organizada, divisões no movimento e apostas de que os boicotes e desinvestimentos, descolados das manifestações massivas e de outros métodos de ação direta, pudessem cumprir um papel progressivo.

Para superar o estado de letargia do movimento social brasileiro em relação ao genocídio em curso é preciso, de

um lado, pressionar as direções políticas vinculadas ao petismo e aliados, como a CUT, CTB, UNE, UBES e grandes sindicatos como o metalúrgico, APEOESP e outros, para convocar as assembleias e organizar os trabalhadores para travar a luta com seus métodos próprios, e de outro, superar as divisões corporativas no interior do movimento.

O Partido Operário Revolucionário (POR) participa das manifestações convocadas para o dia 30 de junho com a defesa da unidade frentista em torno às bandeiras que nos unificam, pelo cessar-fogo imediato em Gaza e pela autodeterminação do povo palestino. Na base dessas reivindicações está a orientação estratégica de lutar por uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, que é parte do conjunto das elaborações históricas do marxismo em relação à opressão nacional e de classe sofrida pela Palestina.

Viva a resistência heroica do povo palestino!

Retomar a luta nas ruas sobre a base da frente única anti-imperialista!

Que as centrais sindicais, sindicatos e movimentos rompam com a paralisia, chamem as assembleias e organizem os trabalhadores para lutar pelo fim do genocídio!

27 de junho de 2024

LANÇAMENTO LIVRO

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Adquirar com um distribuidor do Jornal Massas ou entre em contato para saber mais

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA E OS DEMAIS TRABALHADORES, ORGANIZADOS, UNIDOS E EM LUTA PODEM DERROTAR O ESTADO SIONISTA DE ISRAEL, OS ESTADOS UNIDOS E ALIADOS



Bolivia

Fracassa o golpe militar na Bolívia

Publicamos abaixo o posicionamento do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

TENTATIVA DE GOLPE MILITAR

FRACASSO DA FARSA DEMOCRÁTICO-BURGUESA

PELO PÃO, PELO TRABALHO, PELA EDUCAÇÃO, PELA SAÚDE!

GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS



A tentativa de golpe, sem pé nem cabeça, liderada pelo agora ex-comandante do Exército, general Zúñiga, evidencia o fracasso da democracia burguesa, à qual a esquerda reformista e os “democratas” neoliberais atribuíram a virtude de ser um muro contra o perigo das ditaduras militares. Evidencia o esgotamento do Estado burguês e a extrema degeneração da politicagem dos partidos burgueses.

A democracia burguesa, como mostra a experiência dos últimos 42 anos, é outra forma de ditadura da classe dominante sobre os explorados e oprimidos. Os politiquinhos da burguesia lutam ferozmente para chegar ao governo para se enriquecer, roubando do Estado enquanto governam para os empresários nativos e as transnacionais que saqueiam o país, sem mudar em nada sua condição de atraso e miséria generalizada.

A luta atual entre as facções do MAS e a velha direita, em meio à crise econômica prestes a explodir a qualquer momento, da qual todos são responsáveis, chegou ao ponto de uma paralisia governamental.

Uma situação tentadora para gorilas salvadores emergirem do coração do exército, árbitros da política, para subjugar com o sabre assassino os trabalhadores e as massas oprimidas que exigem pão, trabalho, educação e saúde do Estado burguês incapaz.

Os oprimidos rejeitam e lutam contra qualquer aventura golpista que busque instaurar uma ditadura militar, em defesa das liberdades democráticas, o que não é o mesmo que a defesa da democracia burguesa.

O governo de Arce Catacora acaba por ser o grande favore-



cido pela aventura descabelada do general Zúñiga; convocando as massas a saírem em defesa da democracia burguesa, diante do perigo golpista. Zúñiga, quando era preso, declarou que teria sido o próprio Arce quem lhe pediu para montar essa farsa do golpe.

O objetivo dos oprimidos deve ser retomar às bandeiras revolucionárias que nortearam a luta popular no passado, sob a estratégia operária: o governo operário-camponês e das classes médias empobrecidas.

COM O POR, AO SOCIALISMO

26 de junho de 2024

Argentina

Diante da repressão terrorista do governo de Milei

A repressão selvagem das forças repressivas federais pisoteando as liberdades democráticas é o outro lado do funcionamento antidemocrático do Congresso, que votou uma lei baseada em extorsão, ameaças, manobras e compras de votos. Desde a véspera, isolaram o Congresso com cercas para que ninguém se aproximasse. Na quarta-feira, cercaram-no com milhares de homens da Polícia Federal, da Gendarmaria, da Prefeitura e da Polícia de Segurança Aeroportuária. O protocolo repressivo havia sido superado pela presença maciça de manifestantes desde antes do meio-dia, ocupando praças, avenidas e ruas. Essa realidade foi cuidadosamente ocultada pela mídia.

O governo montou as provocações para reprimir com gases, balas, canhões de água, dezenas de prisões, para limpar toda a área de manifestantes, para que a votação da Lei pudesse ser consumada sem a presença de semelhante mobilização na área do Congresso. O governo previu que essa mobilização poderia se radicalizar quando o resultado da votação fraudulenta fosse conhecido.

O objetivo é disciplinar as massas, as suas organizações, para impedir

o direito de protesto. Não há acusações concretas contra os presos que foram mantidos por horas algemados em cima de caminhões sem que seus parentes soubessem onde estavam. Os feridos são centenas. As detenções arbitrárias não são um erro, é terrorismo para assustar quem participa da mobilização, criminalizando assim o protesto. Entre os presos está uma família que vendia empanadas (avó, filha e neta), um vendedor de choripán, manifestantes que deixaram a estação de metrô e uma mulher de 59 anos que filmou a repressão. Acusados de sedição e atentado à ordem constitucional. O promotor Carlos Stornelli pediu a prisão preventiva para todos eles e os acusou de 15 crimes. Alinhado assim com a Patricia Bullrich, que já havia pedido para centrar a investigação em um suposto crime de “sedição” e que os protestos faziam parte de uma nova modalidade de “golpe de Estado”.

Já conhecemos as jogadas desse promotor. Já deveria ter sido demitido há muito tempo. Não há garantia de imparcialidade nenhuma, muito pelo contrário.

Eles são acusados de “injúria, dano simples, incêndio criminoso, de 30 de junho a 13 de julho - 2024 - MASSAS 718 - 33



predação, delitos contra a segurança pública, instigação à prática de crimes, intimidação pública, incitação à violência, organização de grupos permanentes ou transitórios para impor suas ideias ou combater as ideias de outros pela força ou medo, crimes contra o poder público, ataque contra a autoridade, resistência à autoridade, perturbação da ordem enquanto o órgão legislativo estiver em sessão". A acusação de Stornelli não explica qual é a suspeita sobre cada um dos detidos, não descreve os fatos, não faz uma avaliação mínima das provas e pede prisão preventiva em todos os casos, quando o risco processual deve ser avaliado um a um. Como base, o procurador cita o texto do Gabinete do presidente que fala de golpe e das crônicas do Clarín e do La Nación. Ele não aponta uma única informação concreta sobre as pessoas que acusa.

É incrível que falem de Golpe. Parece estúpido. Mas é mais uma provocação. Na história da Argentina, os golpistas são os que governam hoje. Todos os golpes (1930, 1955, 1966, 1976) tinham atrás de si a oligarquia, o imperialismo, os setores mais concentrados do capital que governam hoje. A imputação de golpe é para acusar de terroristas os manifestantes, agravar as penas, ameaçar todos aqueles que se mobilizem. É inacreditável que possam acusar de "incitar a violência coletiva contra as instituições... possível insurreição contra a ordem constitucional e a vida democrática, com o objetivo de perturbar e/ou impedir, ainda que temporariamente, o livre exercício dos poderes constitucionais dos representantes da Câmara Alta". Do mesmo governo Milei que publicamente se diz uma "toupeira" para destruir o Estado, "que é seu principal inimigo", dos ratos no Congresso, de fechar o Congresso, de governar sem reconhecê-lo.

O papel da mídia é fundamental para justificar as medidas repressivas, mostrando repetidamente o carro incendiado, as pedras e os incidentes nas cercas, eventos que ocorreram em um espaço muito pequeno, para que a mobilização multitudinária não seja vista. Esconde as grandes mobilizações que ocorreram em todo o país. Mas nesses mesmos meios aparecem filmagens e fotos dos infiltrados que provocaram essas ações (dos quais os manifestantes que estavam localizados naquele espaço se distanciaram), que não foram presos ou identificados. Nas filmagens do evento, nenhum agente é visto intervindo, e alguns dos provocadores são vistos passando pela cerca para se encontrar com a polícia. Alguns desses meios de comunicação reproduziram e documentaram detenções arbitrárias. Nenhuma das pessoas detidas seria, segundo fontes judiciais, o autor do incêndio do carro da Cadena 3, anteriormente virado por um grupo de homens, que o Governo inclui entre os atos terroristas. Olhando para as fotografias dos homens encapuzados, que não eram manifestantes, mostradas pelo La Nación, o repórter da Cadena 3 afirma que eles estavam infiltrados.

Nesta repressão o Estado aparece sem máscara, com métodos de ditadura militar, com repressão física e judicial, para impor as políticas do setor mais poderoso e concentrado da economia, não tem outra forma de poder avançar com essas políticas. É a ditadura do capital por trás de um regime de ditadura civil.

As centrais sindicais, CGT e CTAs devem responder imediatamente, convocando uma greve geral para repudiar a brutal repressão contra os trabalhadores, os movimentos piqueteiros, contra a juventude e convocando toda a população a se manifestar contra tal ataque às liberdades democráticas. Não é com declarações e discursos que a repressão será interrompida. Devemos discutir como nos preparar para intervir em futuras manifestações para identificar e deter infiltrados, para evitar que desnaturalizem nossas lutas.

Todos os presos devem ser libertados imediatamente, seus processos anulados. É preciso identificar todos os responsáveis pela operação repressiva, que deram as ordens violando o direito de protesto, violando as elementares liberdades democráticas.

14 de junho de 2024

A aprovação da Lei de Bases nos deputados pode causar uma grande crise política

Imediatamente à aprovação da Lei no Senado, fazendo diversas modificações no texto recebido dos deputados, o governo afirmou que defendia o projeto original dos deputados, ou seja, que jogava no lixo as concessões que havia feito para conseguir o quórum e os votos para aprovar a lei. Aquilo que Francos havia negociado até o último minuto com os senadores para garantir que a lei saísse foi ignorado. Uma armadilha adicional do partido no poder que provocará atritos.

O governo pressiona para aprovar o Imposto de Renda e aos Bens Pessoais e também as privatizações que foram modificadas e eliminadas no Senado. O presidente da Câmara dos Deputados, Martín Menem, revelou que o partido no poder vai trabalhar para sancionar vários artigos que foram excluídos. "Tudo o que foi aprovado já é lei, mas vamos insistir na quarta categoria de Ganhos e Bens Pessoais. Também com privatizações."

Aerolíneas Argentinas, Radio Televisión Argentina (RTA) e Correios foram retirados da lista de empresas estatais a serem privatizadas. Estas modificações, que foram a chave para desbloquear o tratamento da lei, são as que o Governo quer apagar. Os "opositores" ficaram surpresos, pois interpretavam que um compromisso do partido no poder havia funcionado quando, por exemplo, empresas privatizada foram retiradas da folha de pagamento.

O argumento da Casa Rosada é que "nenhum compromisso foi assinado. Aerolíneas e Correio foram retiradas porque não tínhamos os votos."

Além das extorsões, pressões, ameaças e propinas, há essa manobra de ignorar os acordos alcançados para conseguir os votos. Uma lei que os parlamentares governistas não conheciam e tinham dificuldade de defender por ter sido elaborada por escritórios de advocacia de grandes corporações. Mais uma prova da degradação do Congresso e das formas democráticas, tudo cheira a podre.

(Extraído do Jornal Massas, nº 459, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Argentina

A "Cúpula da Paz na Suíça": Uma nova tentativa de isolar a Rússia

A Cúpula da Paz de Bürgenstock, na Suíça, sobre a Ucrânia, votou um documento que reflete as questões discutidas durante dois dias, mas não conseguiu unanimidade. Uma dúzia de países, Armênia, Bahrein, Brasil, Santa Sé, Índia, Indonésia, Líbia, México, Arábia Saudita, África do Sul, Tailândia e Emirados Árabes Unidos não assinaram, 80 Estados apoiaram. O conclave contou com a participação de 92 estados. Uma Cúpula para discutir a paz para a qual a Rússia não foi convidada demonstra por si só o seu fracasso, e que tinha qualquer outro objetivo menos a paz.

Os organizadores enfatizam que o "sucesso" do encontro é a presença e a "mensagem política" de estar com a Ucrânia. Zelensky disse: "Esta cúpula mostra que o apoio internacional é forte", mostrando o real propósito do encontro, que era o de atrair países que apoiam a Rússia, um objetivo que não foi alcançado.

O texto fala em "guerra", mas não em "agressão", como aparecia nos rascunhos anteriores das potências. A palavra "Rússia" é mencionada apenas na primeira frase do texto, mas para descrever o que foi abordado nesta cúpula: "A guerra em curso da Federação Russa contra a Ucrânia continua a causar sofrimento humano e destruição em grande escala, e a criar riscos e crises com repercussões globais para o mundo". O comunicado afirma que "qualquer ameaça ou uso de armas nucleares no contexto da guerra em curso contra a Ucrânia é inadmissível", que "a segurança alimentar

não deve se tornar uma arma de qualquer tipo" e pede que os prisioneiros de guerra sejam "totalmente libertados". Todas as crianças ucranianas ilegalmente deportadas e deslocadas, e todos os outros civis ucranianos que foram detidos ilegalmente, devem ser devolvidos à Ucrânia".

O documento reivindica "os princípios de soberania, independência e integridade territorial de todos os Estados, incluindo a Ucrânia, dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, incluindo águas territoriais, e a solução de controvérsias por meios pacíficos como princípios do direito internacional". "Todos os participantes apoiam a integridade territorial da Ucrânia. Não haverá paz sem essa integridade territorial", afirmou Zelensky.

Putin estabeleceu suas condições para a paz esta semana, incluindo que exigia o reconhecimento internacional da Crimeia e Sebastopol como território russo. "As tropas ucranianas devem se retirar completamente das regiões da República Popular de Donetsk, da República Popular de Luhansk, de Kherson e de Zaporizhzhia". Ele também exigiu que a Ucrânia não se junte à Otan.

As delegações declararam que uma verdadeira negociação de paz só poderia ser alcançada através da incorporação da Rússia. A maioria dos líderes enfatizou essa questão e os debates foram sobre questões que geraram consenso e evitaram grandes atritos com a Rússia. A declaração final

apela para o envolvimento de todas as partes na paz. “Acreditamos que a conquista da paz requer a participação de todas as partes e o diálogo entre elas. Decidimos, portanto, tomar medidas concretas no futuro nas áreas acima mencionadas, com maior empenho dos representantes de todas as partes.” Realizar-se-ão reuniões técnicas sobre as questões tratadas na Suíça em nível ministerial, tendo em vista uma segunda Cúpula a realizar-se após o verão europeu.

A natureza diplomática e o cuidado do documento não puderam esconder a manobra de fingir apoio a Zelensky e isolar a Rússia, assim como não tiveram como esconder o fato de que, dias antes, na reunião do G7, foram aprovados documentos claramente belicistas contra a Rússia, a China e também contra o Irã e outros países que não se subordinam à ordem

mundial. As potências imperialistas querem prolongar a guerra para causar o maior desgaste possível à Rússia, mesmo que a Ucrânia não tenha chances de triunfo. Não esqueçamos que os EUA não permitiram que a Ucrânia entrasse em negociações de paz com a Rússia. O documento nem sequer menciona a ofensiva da OTAN sobre Europa.

Não haverá paz na Europa nem autodeterminação para a Ucrânia até que a OTAN e as bases militares dos EUA na Europa terminem, até que as potências imperialistas que seguem as orientações hegemônicas dos EUA sejam derrotadas, não haverá paz até que a revolução social triunfe e a URSS associada aos Estados Unidos da Europa seja reconstruída.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 459, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas* 705, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos *Escritos de Trotsky*. No *Jornal Massas* 706, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No *Massas* 707, tratamos do Tomo I, vol. 4. No *Massas* 708 expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No *Jornal Massas*, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”. No *Jornal Massas* 710, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tare-

fas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No *Jornal Massas* 712, tratamos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”. No *Jornal Massas* 713, dedicamos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”. No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se encontram no documento “A Guerra e a IV Internacional, de 10 de junho de 1934. No *Massas* 715, expusemos as considerações de Trotsky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. Fizemos referências a alguns artigos que o antecede. No *Massas*

716, concluímos o Tomo VI, vol. 1, 1934-1935 expondo o documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, de 1º de fevereiro de 1935. Observamos que no Tomo VI, vol.2, 1934-1935, Trotsky retoma especificamente a questão da burocratização e do processo de restauração no texto “Outra vez sobre a questão do bonapartismo. O bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético”. No Tomo VII, vol.1, 1935-1936, Trotsky faz referência direta à questão da burocratização nos artigos: “Rússia e o Proletariado Mundial” (14 de setembro de 1935) e “Como Stalin venceu a oposição” (12 de novembro de 1935).

“Carta Aberta pela criação da IV Internacional”

O Tomo VII, vol.1, reúne em grande medida documentos sobre a atenção de Trotsky voltada a construir a IV Internacional. Estavam postas as discussões com agrupamentos centristas e ultraesquerdistas. A decisão de modificar a linha da Oposição de Esquerda, que prevaleceu de 1929 a 1933, que até então admitia a possibilidade de trabalhar como fração da III Internacional estalinizada, lançando a bandeira de construir uma nova Internacional, exigiu explicar o avanço do processo de burocratização do Estado operário que implicava a caracterização de que o Termidor estalinista já havia triunfado.

Distintamente das condições históricas do que se passou com a decomposição da II Internacional e a constituição da III Internacional, a formação da IV Internacional se contrapõe à III Internacional revisionista do marxismo-leninismo quando ainda estava vinculada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que conservava as conquistas fundamentais da Revolução de Outubro. Uma das tarefas essenciais da IV Internacional era a de interromper a marcha da contrarrevolução restauracionista. O ano de 1935 deixou mais claro que os conflitos entre as potências imperialistas indicavam a possibilidade de eclodir a Segunda Guerra Mundial. A III Internacional se encontrava completamente desarmada programática e organizativamente para responder à nova etapa da crise do capitalismo e combater a guerra imperialista com o programa do internacionalismo e com os métodos da luta de classes.

Assim que Hitler ascendeu ao poder e ficou comprovado que a III Internacional se achava prostrada diante das divisões interimperialistas, Trotsky pôs em marcha o movimento pela construção da IV Internacional. Um documento, de agosto de 1933, assinado por quatro organizações, colocava na ordem do dia a criação da nova Internacional. Cerca de dois anos depois, a direção da Oposição de Esquerda Internacional publicou o chamado “Carta Aberta pela criação da IV Internacional”. Faz uma avaliação do avanço da contrarrevolução na Europa e a crise por que passavam os Estados Unidos, que se encontravam diante de uma onda de greves. A Carta expõe a gravidade da situação levando em conta que o partido

estalinista se achava “atado de pés e mãos” diante do governo Roosevelt. Era imprescindível organizar a IV Internacional em meio à turbulência do capitalismo que se dirigia para a Segunda Guerra Mundial. Essa era a resposta à caracterização de que “a burocracia governante da URSS chegou à conclusão definitiva de que a Internacional Comunista é incapaz de prestar a menor ajuda diante do perigo da guerra e que, ao mesmo tempo, constitui um obstáculo para a diplomacia soviética”. E continua: “a dependência humilhante, verdadeiramente servil, da Internacional Comunista diante do extrato superior soviético se revela nitidamente na recente declaração de Stalin na qual aprova a política de defesa nacional do imperialismo francês”. Emergia a crise de direção: “a prostração, derrocada e putrefação das Internacionais Segunda e Terceira deixam o proletariado carente de direção revolucionária e conduzem as massas pequeno-burguesas ao desespero. Os dirigentes em bancarrota procuram atribuir a responsabilidade do triunfo do fascismo à ‘passividade’ do proletariado; assim se acoberta completamente a traição política”. A resposta à guerra com a política marxista-leninista condicionava a situação mundial e a necessidade da direção revolucionária. A Carta assim formula: “Lutar contra a guerra significa preparar a revolução, e essa é a tarefa dos partidos operários e da Internacional. Os marxistas colocam essa grande tarefa à vanguarda proletária sem nenhum tipo de adorno. À desesperadora consigna de ‘desarme’, contrapomos a consigna de ganhar o exército e armar os operários”.

O chamado a constituir a IV Internacional expressava o reconhecimento de que o estalinismo colocava em risco a URSS em meio ao mar revolto da crise mundial. Nesse momento, era preciso erguer o mais alto possível o internacionalismo proletário que se achava materializado na história das Internacionais. Assim, Trotsky sintetiza: “A mesma sequência de Internacionais possui sua própria lógica interna, que coincide com o ascenso histórico do proletariado. A Primeira Internacional elaborou o programa científico da revolução proletária, mas fracassou ao carecer de uma base de massas. A Segunda Internacional tirou das sombras, educou e mobilizou milhões de operários, mas, na hora decisiva, se viu traída pela burocracia

parlamentar e sindical corrompida pelo capitalismo em ascenso. A Terceira Internacional deu o primeiro exemplo de revolução proletária triunfante, mas foi esmagada entre as rodas do moinho da burocracia do Estado soviético isolado e da burocracia reformista do ocidente. Hoje, no marco da derrocada definitiva do capitalismo, a Quarta Internacional, apoiada sobre os ombros de suas antecessoras, enriquecida pela experiência de suas vitórias

e derrotas, mobilizará os trabalhadores do ocidente e oriente para o assalto vitorioso às fortalezas do capital mundial". A burocratização do Estado operário e a liquidação do caráter leninista do Partido Comunista, inevitavelmente, resultariam no sepultamento da III Internacional, justamente no momento em que o capitalismo se achava em convulsão e se potenciavam as tendências bélicas.

“Rússia e o proletariado mundial”

No artigo “Rússia e o proletariado mundial”, Trotsky responde ao informe de Dimitrov sobre o fascismo. Desmonta a falsa premissa estalinista sobre o socialismo em um só país, que afirmava a “a vitória final e irrevogável do socialismo no país dos soviets”. Diz: “Somente haverá vitória do socialismo, sobretudo vitória ‘final e irrevogável’ quando o nível de produtividade média de cada membro da sociedade socialista supere, inclusive amplamente o do operário capitalista”. E refere-se ao significado do monopólio do comércio exterior: “O fato de que o governo soviético deva aferrar-se ao monopólio do comércio exterior confirma amplamente o atraso da economia soviética, apesar dos êxitos obtidos. Porque se os custos de produção internos forem inferiores aos do capitalismo, o monopólio do comércio exterior seria supérfluo”. Completa do raciocínio: “De outro lado, dado que a burocracia soviética se assentou nos meios de produção nacionalizados a partir do plano quinquenal e da coletivização e que o produto soviético ainda é muito mais caro que o capitalista, seus próprios interesses não lhe permitem abandonar o monopólio do comércio exterior. Este fato decisivo – a baixa produtividade da força de trabalho na União Soviética – nos dá a chave para penetrar e esclarecer todos os mistérios”. Essa tese se mostrou fundamental para o desenvolvimento das diretrizes do movimento pela IV Internacional diante da dominação burocrática instaurada no seio da URSS pela direção estalinista.

Se o socialismo estivesse assegurado, como afirmava Dimitrov, porta-voz de Stalin na III Internacional, não necessitava de “uma burocracia onipotente dominada por um governante absoluto: antes de tudo a ditadura proletária não é senão um meio estatal para manter e proteger os cimentos

ameaçados, não assegurados do Estado socialista”. (...) “A luta do Estado operário contra o capitalismo que o cerca é – ao menos deveria ser – parte integrante da luta de classes do proletariado internacional”. (...) “A posição em voga de que o socialismo está assegurado internamente, mas que pode ser esmagado mediante a força militar, não tem sentido: nenhuma medida militar pode derrotar um sistema econômico que alcança maior produtividade do trabalho humano”. (...) “O grande perigo para o socialismo soviético não reside na força militar em si, mas nas mercadorias baratas que viriam por trás dos exércitos vitoriosos do capital. De outro lado, se o socialismo realmente estivesse assegurado na União Soviética, segundo os critérios mencionados anteriormente, isto é, se possuísse tecnologia, produtividade, bem-estar geral a toda a população mais elevados, não caberia falar sequer de uma vitória militar dos Estados capitalistas dilacerados por seus conflitos internos, sobre a União Soviética”.

Esse pressuposto de combate aos desvirtuamentos no revisionismo estalinista permite a conclusão: “demorará muitos anos para alcançar sequer o ‘bem-estar’ imperante nos países capitalistas adiantados e reeducar a população; isso sem levar em conta as contradições internas e o papel cada vez mais destrutivo da burocracia soviética, dos fatores capazes por si só de destruir as conquistas sociais ainda não asseguradas. A decomposição do capitalismo, o avanço do fascismo, o perigo crescente da guerra: todo esse processo são muito mais velozes que a construção do socialismo na URSS”. Essa formulação contém o prognóstico sobre o curso do processo de restauração capitalista.

“Como Stalin venceu a Oposição”

O último documento do Tomo VII, vol.1, que trata da questão do revisionismo estalinista e suas consequências negativas para a defesa da URSS diante das ameaças do imperialismo – “Como Stalin venceu a Oposição”, 12 de novembro de 1935 – foi uma resposta à carta do camarada Zeller. Trotsky alerta para o fato de que a resposta corresponde ao “problema das leis que regem a revolução e a contrarrevolução”. Não se trata de uma “forma puramente individual”. Explica: “Quem possui um conhecimento mínimo da história sabe que toda revolução dá lugar a uma posterior contrarrevolução que, desde logo, nunca alcança retroceder a nação até o ponto de partida no terreno econômico, mas que sempre arranca do povo uma boa parte, às vezes uma grande parte, de suas conquistas políticas. E, como regra geral, a primeira vítima da onda reacionária é o extrato de revolucionários que encabeçou as massas no primeiro período, o período da ofensiva, o período ‘heroico’ da revolução. Essa observação histórica geral nos deve permitir compreender que o processo não se rege pela habilidade, astúcia ou inteligência de dois ou três indivíduos, mas sim por causas muitíssimos mais profundas”.

A questão da direção sempre é importante, tanto para a revolução vitoriosa quanto posteriormente. As condições objetivas são um fator, em última instância, que determinam a fortaleza da direção. Havia, portanto, de considerar as qualidades dos dirigentes dos lados em luta no processo de burocratização e desvio programático após a tomada do poder pelo proletariado. Era um equívoco achar que Trotsky poderia se valer do aparato militar contra Stalin, uma vez que estava no comando do Exército Vermelho. A burocracia se instaurou e se fortaleceu depois da profunda luta das massas operárias e camponesas que se achavam sob a direção do Partido Bolchevique. A experiência demonstrava como se constituía a burocracia no movimento sindical. O reformismo na época de progresso do capitalismo se converteu em burocracia apoiada em privilégios. Distintamente, a burocracia soviética se mostrou “mais poderosa que todas as burocracias reformistas dos países capitalistas juntas, uma vez que tem em suas mãos o poder do Estado com suas vantagens e privilégios”. Contribuíram decisivamente para seu fortalecimento “as derrotas dos movimentos revo-

lucionários europeus e asiáticos que socavaram gradualmente a confiança dos operários soviéticos em seus aliados internacionais”. Ao contrário, se passava com a Oposição de Esquerda que “não provinha do aparato, mas da atividade das massas revolucionárias”. De forma que o “refluxo do movimento revolucionário, o cansaço, as derrotas na Europa e na Ásia, a desilusão das massas operárias foram os fatores que debilitaram inexorável e diretamente as posições dos revolucionários internacionalistas”. É no interstício dessa contradição que o Exército Vermelho acabou sendo parte do processo da burocratização.

A explicação de Trotsky de que se tivesse recorrido a “um golpe de Estado militar contra a fração de Zinoviev, Kamenev, Stalin e companhia” poderia sair vitorioso, “inclusive sem derramar sangue, mas, isso somente teria servido para acelerar o ritmo da burocratização e do bonapartismo contra os quais lutava a Oposição de Esquerda”. Eis o fundamental da questão: “a tarefa dos bolchevistas leninistas não era a de apoiar-se na burocracia militar contra a burocracia partidária, mas a de apoiar-se na vanguarda proletária e por seu intermédio nas massas populares, para dominar a burocracia em seu conjunto, limpá-la de elementos estranhos, submetê-la à vigilância e ao controle dos operários e restabelecer sua política pela via do internacionalismo revolucionário”. Aí estão expressas as limitações da Oposição de Esquerda. Trotsky reconhece que a simpatia dos operários de vanguarda com a Oposição era passiva. Sem que uma vanguarda proletária se colocasse em ação contra o processo de degeneração do regime soviético não seria possível interromper o fortalecimento da burocracia estalinista. Dessa explicação, Trotsky deduz que “os fatores decisivos são a luta de classes e o processo interior que sofrem as massas combatentes”. Nesse marco desfavorável, colocava-se a necessidade de construir a IV Internacional. Seguindo o percurso das Internacionais anteriores, o dirigente da Revolução Russa, ao lado de Lênin, tem como prognóstico que o avanço da revolução mundial sob a direção da nova Internacional varreria a camarilha estalinista.

(As citações foram extraídas da obra *Escritos, Leon Trotsky, Tomo VII, vol.1, Editorial Pluma*)

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

